

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 8 de Outubro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1297 • Director: José Casanova

A situação na área da Saúde Um desafio do PCP ao Governo

Pág. 18

Ministros políticas e lutas

O Governo do PS não ataca os factores estruturais que estão na base da permanente crise do sector e dos protestos dos agricultores, independentemente da genuinidade de alguns deles.

■ Lino de Carvalho Pág. 19

Grupo BCP/BPA Comissão de trabalhadores resiste ao assalto

■ Entrevista na pág. 21

À beira da catástrofe

Nos dias negros de 22 e 23 de Setembro, a Wall Street conheceu o pânico. E não foi no mercado de acções.

■ Manoel de Lencastre

Págs. 24 e 25



Págs. 5, 6 e 7

Carvalhas na Reunião Nacional de Quadros

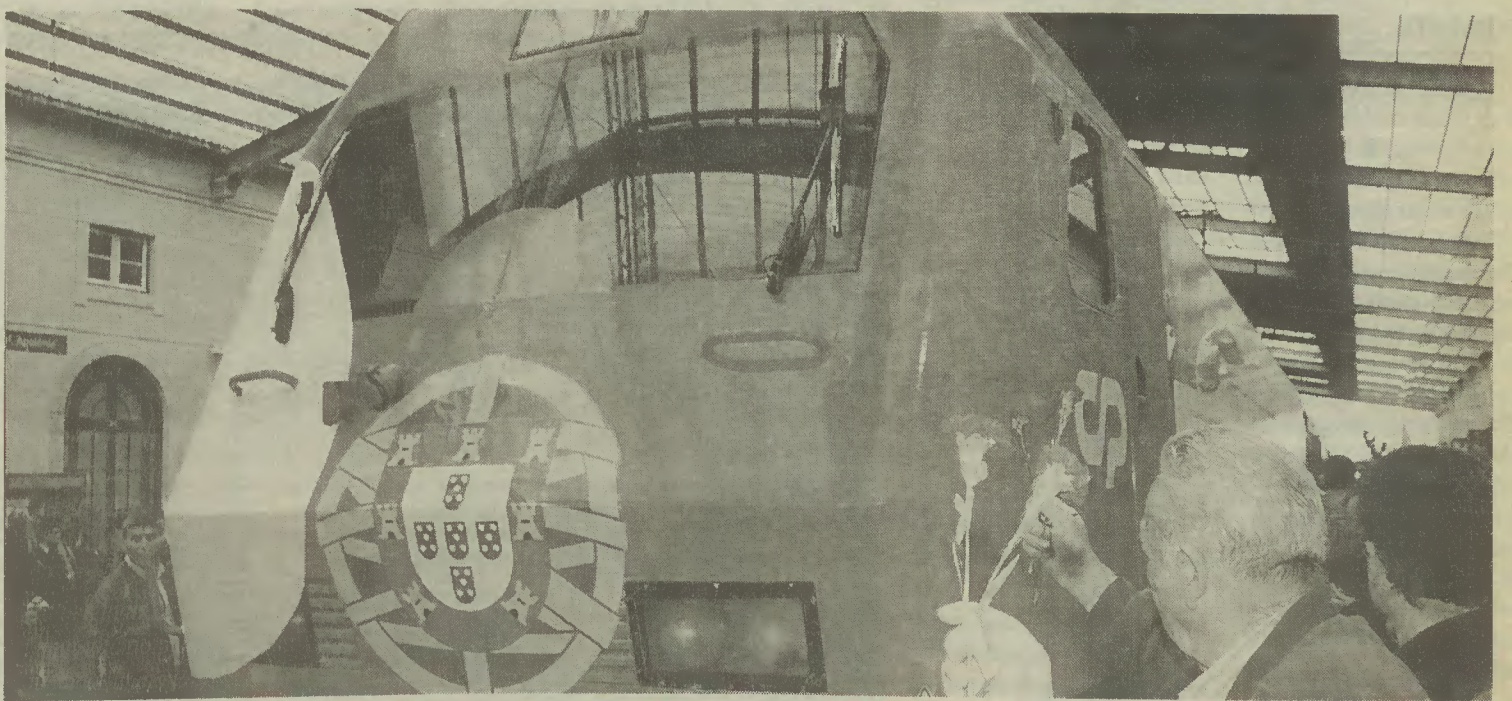
Contra o pacote laboral

DERROTAR

A OFENSIVA DO PS

40 anos depois

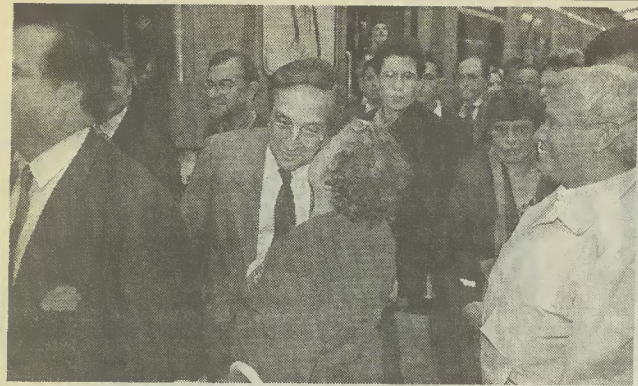
Centrais



Um comboio da liberdade

EDITORIAL

Sem aspas



O «Comboio da Liberdade» assinalou o 40º aniversário das eleições de 1958

RESUMO

30
Quarta-feira

A Expo'98 encerra ■ Sabe-se que o ministro da Agricultura, Gomes da Silva, sofreu uma crise cardíaca na terça-feira ■ A Nato decide acelerar uma intervenção militar no Kosovo ■ O FMI divulga um relatório em que prevê uma futura recessão a nível planetário ■ Em Espanha, depois de se encontrar com todos os partidos políticos, o Governo de Aznar reclama à ETA o abandono definitivo das armas para prosseguir as negociações ■ Na Rússia, Boris Ieltsin aprova a nomeação de mais sete ministros para o novo Governo chefiado por Primakov ■ Israel impõe um bloqueio total à cidade de Hebron, na sequência de um atentado à granada.

1
Quinta-feira

Capoulas Santos substitui Gomes da Silva no cargo de ministro da Agricultura ■ A ministra da Saúde apresenta uma proposta de manutenção alargada dos serviços mínimos dos hospitais ■ Os valores das acções caem abruptamente em todo o mundo e, em Lisboa, a Bolsa é interrompida por duas horas ■ O ministro da Defesa garante que Portugal não participará numa eventual missão da Nato no Kosovo... ■ ... uma intervenção que a Rússia critica, defendendo a sua aprovação prévia pelo Conselho de Segurança da ONU.

2
Sexta-feira

Tem lugar, em Lisboa, a Reunião de Quadros do PCP sobre o Ensino Superior ■ O Governo impõe os serviços mínimos nos hospitais abrangidos pela greve «self-service», depois do Sindicato Independente dos Médicos recusar a proposta de Maria de Belém ■ Uma grande mancha de crude é detectada ao largo da Figueira da Foz ■ É inaugurado o Salão de Banda Desenhada de Lisboa ■ Em Angola, três tiros são disparados sobre a viatura de Abel Chivukuvuku, líder parlamentar da Unita ■ Os EUA dão duas semanas à Sérvia para tirar as suas forças especiais do Kosovo, de forma a evitar uma intervenção militar.

3
Sábado

Realiza-se a Reunião Nacional de Quadros do PCP, em Alcântara, Lisboa ■ O «Comboio da Liberdade» assinala o 40º aniversário das eleições de 1958 e a

campanha de Humberto Delgado, numa viagem do Porto a Lisboa que junta diversas personalidades da sociedade portuguesa ■ Garcia dos Santos, ex-presidente da JAE, denuncia no «Expresso» a existência de corrupção na empresa ■ Realiza-se, em Moscovo, uma manifestação popular para relembrar as vítimas do ataque ao parlamento russo, ordenado por Ieltsin há cinco anos ■ Os conservadores vencem as eleições legislativas australianas.

4
Domingo

Os dirigentes associativos do Ensino Superior decidem reforçar a contestação ao ministro da Educação ■ No Brasil, Fernando Henrique Cardoso é reeleito Presidente da República ■ Em Itália, o Partido da Refundação Comunista decide não viabilizar o Orçamento de Estado para 1999 e retirar o seu apoio ao Governo de Romano Prodi ■ Os ministros russos dos Negócios Estrangeiros e da Defesa deslocam-se a Belgrado, para uma reunião com o presidente jugoslavo, Slobodan Milosevic.

5
Segunda-feira

Comemora-se o 88º aniversário da implantação da República ■ O pintor Lima de Freitas falece, em Lisboa ■ Inicia-se, em Washington, a assembleia do Fundo Monetário Internacional ■ A Câmara de Representantes dos Estados Unidos aprova o início do processo de destituição do presidente Bill Clinton ■ Gerry Adams, líder do Sinn Féin, em visita ao País Basco, apela ao Governo espanhol que aproveite o cessar-fogo da ETA.

6
Terça-feira

António Guterres inicia uma visita oficial a Moçambique ■ A Comissão Nacional de Eleições nega provimento à queixa apresentada pelo Movimento Portugal Único contra a Câmara do Porto ■ Hosni Mubarak, Presidente egípcio, desloca-se a Ancara para tentar resolver crise turco-síria ■ O Governo italiano disponibiliza-se para receber Jonas Savimbi ■ A pedido do Ministério da Justiça alemão, o Parlamento Europeu retira imunidade a Jean Marie Le Pen, por este haver qualificado as câmaras de gás um pormenor da II Guerra Mundial... ■ ... e renuncia a pronunciar-se sobre a despenalização da droga, por divergências de opinião sobre o assunto entre os «quinze».

Um governo que tem como preocupação primeira e sistemática cumprir o seu papel de mandatário do grande capital é, inevitavelmente, um governo que faz dos trabalhadores o alvo primeiro e sistemático dos seus ataques e ofensivas. E não há discurso, por mais falacioso e demagógico, que consiga esconder esta realidade.

Na situação actual, o Governo do PS, na linha da política de direita que vem praticando, prepara-se para tentar concretizar um pacote laboral que, feito à justa medida dos interesses do patronato, constitui um gravíssimo atentado aos direitos dos trabalhadores. E fá-lo de forma capciosa e hipócrita, procurando esconder as medidas antilaborais num mar de projectos de diplomas e de piás declarações de intenções.

Tudo isto coloca em primeiro plano a necessidade imperiosa de um amplo esclarecimento sobre os sinistros objectivos deste pacote laboral e de um esforço de mobilização dos trabalhadores para a luta.

Porque é necessário e é possível obrigar o Governo não só a recuar em relação ao pacote laboral como a dar resposta a importantes e justas aspirações e reivindicações dos trabalhadores portugueses.

**É necessário e é possível
obrigar o Governo não
só a recuar em relação
ao pacote laboral como a
dar resposta a
importantes e justas
aspirações e
reivindicações dos
trabalhadores
portugueses**

Seis propostas - que a concretizarem-se seriam autênticos tiros disparados à queima-roupa contra direitos essenciais dos trabalhadores - emergem do caudaloso pacote laboral congeminado pelo Governo de António Guterres. Trata-se - como sublinhou incisivamente Carlos Carvalhas na Reunião Nacional de Quadros do PCP, no sábado passado - de "seis peças essenciais que procuram minar pilares fundamentais do direito ao trabalho", seis peças que visam conceder "chorudos benefícios e vantagens para o grande capital, menos receitas para a Segurança Social e maior fragilização e insegurança para os trabalhadores, nomeadamente para os jovens trabalhadores e trabalhadoras". Trata-se, ao fim e ao cabo, da exemplificação concreta e flagrante do conteúdo de classe da política do Governo do PS: uma política que reserva aos trabalhadores o agravamento da exploração, a redução e violação de direitos, a contenção salarial, o desemprego e a instabilidade no emprego, as reformas desumanas e as desumanas e forçadas reformas antecipadas, a injustiça fiscal, a negação do direito à dignidade; e que brinda os grandes grupos económicos e financeiros com a luz verde para agirem como muito bem entenderem, com todas as portas abertas para o aumento do seu poder e dos seus lucros, com o fabuloso negócio das privatizações, com os favorecimentos e as isenções fiscais.

O Governo procura dissimular os seus objectivos, o concreto e real conteúdo de classe deste pacote laboral (e da sua política em geral) através da utilização de um dis-

curso mistificatório e hipócrita - aliás, sem qualquer inovação porque traduzido à letra da linguagem da nova ordem mundial e como que construído a partir do orwelliano "Dicionário da Novilíngua"... pelo que a introdução do ponto de vista de classe na análise desse discurso conduzirá, naturalmente, à sua descodificação e ao seu subsequente desmascaramento. Com efeito, o verdadeiro significado da "modernidade", das "preocupações sociais", da "solidariedade", do "diálogo", da "justiça social"... que enfeitam a oratória governamental, está exemplarmente expresso nas consequências da política que tem vindo a ser aplicada, nomeadamente no facto, também referido pelo secretário-geral do PCP, "de termos de novo meia dúzia de famílias com o seu banco e a sua companhia de seguros, o seu hipermercado e o seu grande meio de comunicação social, lado a lado com milhares e milhares de famílias excluídas de um nível de vida digno". Ou seja: as "preocupações sociais" e a "modernidade", com as quais o governo do PS decorou o seu

pacote laboral, têm a exacta dimensão dos interesses dessa meia dúzia de famílias.

Lutar contra este pacote laboral e derrotá-lo constitui, para os trabalhadores, tarefa prioritária e exequível. O Governo tudo fez para esconder dos trabalhadores os seus verdadeiros objectivos e para acelerar o processo de concretização do seu pacote laboral. Convinha-lhe "arrumar o assunto"

no sossego do período de férias e no silêncio da Assembleia da República e, tanto quanto possível, longe das eleições de 1999... Não o conseguiu: e esta foi uma primeira vitória dos trabalhadores, na qual a intervenção, a acção e a luta do PCP e do Movimento Sindical Unitário tiveram papel determinante. Agora, a luta continua!: contra o pacote laboral e pelas justas reivindicações dos trabalhadores.

Importa sublinhar que, aos seis anunciados disparos da política de direita, os comunistas contrapõem seis propostas de uma política de esquerda, a saber: que as matérias de trabalho a tempo parcial, do conceito de retribuição, de trabalho por turnos, passem para nível de negociação de contratação colectiva; que não só não seja alargado o período dos contratos a prazo como passem a efectivos todos os trabalhadores que exerçam uma função de carácter permanente; que a nenhum trabalhador possa ser roubado o direito a, no mínimo, quatro semanas de férias pagas; que as contribuições para a Segurança Social não sejam delapidadas em benefício dos lucros das empresas; que as mulheres e os jovens trabalhadores não sejam discriminados em matéria de direitos e de salários; que se aprove um Orçamento de Estado com mais justiça e dimensão social.

São seis propostas por cuja concretização o PCP se dispõe a lutar e que terão tanto mais viabilidade quanto maior for o número de trabalhadores a assumi-las activamente. São seis propostas - estas sim- repletas de modernidade e de justiça social. Sem aspas.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sôcio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sôcio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1150 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:

DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
— 1150 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada 2ª-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1150 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1150 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
flecka Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Uma oferta inédita

Vaclav Havel, presidente da República Checa, visitou recentemente os Estados Unidos da América. A visita parece ter corrido às mil maravilhas, o que não surpreende dadas as enormes afinidades existentes entre Havel e Clinton em várias matérias, nomeadamente no que toca à "democracia", às "liberdades" e aos inevitáveis "direitos humanos" - áreas em que ambos são não só reconhecidos especialistas como praticantes exímios.

Em pleno voo de regresso a Praga, eis que Havel, num acesso de inspiração digno do professor Pardal, foi assaltado por uma notável e originalíssima ideia: a de "ver Madeleine Albright suceder-lhe na presidência da República Checa"! E se bem o pensou melhor o tornou público.

A princípio toda a gente riu. A coisa tinha piada: "este Havel é um tipo cheio de graça", "esta está boa", "que sentido de humor o deste homem", "eu sempre disse que ele era um génio", "só ele se lembraria de uma destas: pôr a chefe da diplomacia norte-americana na presidência da República Checa!" - comentava-se, com

enlevo e êxtase, no círculo dos colaboradores mais próximos do Presidente.

Presume-se que Havel há-de ter vivido, então, momentos semelhantes aos sofridos, n' "A Capital", pelo Arturinho Corvelo ao ouvir as gargalhadas suscitadas pela leitura pública do seu drama "Amores de Poeta"... E a reacção (salvo seja...) não se fez esperar: um seu "porta-voz oficial confirmou que a sugestão" de Madeleine Albright suceder a Havel na presidência da República Checa "foi avançada de facto seriamente". Com coisas sérias não se brinca! - há-de ter disparado o Presidente. E a verdade é que, esclarecida a situação, postos os necessários pontos nos respectivos ii, as risadas acabaram. Entre os que deixaram de rir, houve quem passasse "seriamente" a defender a "genial ideia" ("o respeitável jornal «Lidove Novyni»" publicou, mesmo, "uma sondagem segundo a qual a esmagadora maioria dos leitores se pronunciava a favor da ascensão de Albright à chefia do Estado

checo"); houve também quem, "sem ir contra a ideia de Havel", se arriscasse a sublinhar "o facto de Albright conhecer demasiados segredos de Estado americanos para poder vir a ser presidente de um outro país". E estou em crer que também há-de ter havido quem tenha dado ao democrata e patriota Havel a resposta merecida - mas desses não rezam as notícias.

Imagino o espanto, a incredulidade e as gargalhadas que esta cena típica do tempo que vivemos há-de proporcionar às gerações vindouras... De qualquer forma e tendo em conta os factos, resta saber qual será a resposta de Madeleine Albright: aceitará a inédita oferta do presidente Havel? Estou em crer que não. Pelo simples facto de que não tem necessidade disso: para fazer o que ela iria fazer já lá está o presidente Havel - ou qualquer gémeo que lhe venha a suceder.

■ José Casanova

A terceira via

Abertura de mais uma via privatizadora está para breve. O secretário de Estado do Tesouro assim o garantiu, declarando que se mantém calendarizada para Novembro a segunda fase de venda da Brisa, «esclarecendo» que o tombo verificado recentemente na bolsa não «comprometeu o objectivo do Governo». O Executivo de Guterres continua a arrecadar milhões e já se prevê que em final do ano o total venha a ultrapassar os 700 milhões de contos. Tudo isto vem provar várias coisas. Que, em primeiro lugar e ao contrário dos pequenos investidores, o Governo não tem razões de queixa. Que há objectivos que o Governo cumpre e há compromissos a que não tenta escapar. Não falamos certamente daqueles que muitos eleitores esperariam que cumprisse, nomeadamente esperando que Guterres seguisse no Governo uma política de esquerda (na realidade ele não se comprometeu a tal). Falamos dos que assumiu com o grande patronato que o apoiou antes das eleições e que continua a manifestar-lhe o seu agrado.

Já não se usa, de resto, para os lados do PS, falar-se em esquerda, sequer em socialismo. A chamada «terceira via», surgida na crista da onda rosa que assombra e abafa hoje a Europa, aí está, às claras, a mostrar o que é, o que quer e, sobretudo, o que faz. A expressão «terceira via» teve, como ainda se recorda, a sua história. Apregoava ideias, se bem se lembram. Foi-se a ver e era apenas a corrida para um bom emprego, um lugar ao quente, junto dos que falam em solidariedade e a demonstram a quem tem dinheiro para pagá-la. A onda rosa enveredou pela terceira via. Não a do chamado «socialismo renovado», como por aí se afir-

ma. Mas pelo caminho do velho liberalismo - toda a liberdade de exploração, mantendo o Estado as funções «mínimas» de reprimir quem não acate a receita.

É que este «neoliberalismo» nem sequer é novo, senão no facto de atacar novamente em toda a parte e em força, usando o Estado para apoiar a estratégia dos grandes grupos económicos e para garantir a submissão dos trabalhadores aos desígnios do capital, empurrando a segurança social para as beatíficas instituições de caridade. Como é velho e relho o «capitalismo popular» de novo aí a arrebatar aos pequenos, em cada crise, um capital que lhes fazia crer, por uns meses, serem «pequenos e médios ricos».

Nas hostes cor-de-rosa, há quem se rebele. Como Mário Soares, zurrindo, por interposto Tony Blair, a «terceira via» de Guterres. Mas são assim mesmo as contradições da social-democracia. Dos compromissos que assumem, só alguns podem cumprir. Os mais fáceis. Aqueles mais próximos do dinheiro e mais afastados da justiça. E não valem, ou pouco valem, hoje, as vozes de quem, outonalmente, se pretende elevar ao estatuto de «consciência crítica», quando a ideia já não singra e as pernas viajeiras não levam se não da cadeira ao sofá. São vozes carregadas do travo amargo de quem abriu a via para que assim tivessem acontecido.

■ Leandro Martins

BRASIL
eleições
e globalização

Os resultados numéricos das eleições brasileiras, nomeadamente os das legislativas, são, na altura em que escrevemos estas linhas, ainda pouco conhecidos. Apontam para uma vitória tangencial de FHC nas presidenciais, contrariando a tão apregoada segurança numa eleição confortável à 1ª volta. Partidário da "globalização", preocupado com a sua imagem internacional - mais do que com os verdadeiros problemas do povo e do país - FHC contou e beneficiou com vários apoios no plano internacional. Neste contexto, o progresso da candidatura de Lula - a par do crescimento do PT, e outros partidos da oposição, no Congresso e no Senado e na disputa do lugar de governador em vários Estados - deve ser amplamente valorizado. Mostra como a unidade alcançada na *União do Povo - Muda Brasil* (PT, PC do B, PDT, PSB e PCB) potenciou a insatisfação e o desejo de mudança.

A reeleição de FHC deu-se num quadro de fictícia estabilidade do real, mantida por motivos eleitorais. A campanha do presidente baseou-se ainda na mentira e na demagogia, em promessas e no autoritarismo. A ameaça do "caos se não houver continuidade" e a argumentação de que "é difícil ser democrata no Brasil" para justificar o seu exercício do poder desviaram muitos milhares de votos de trabalhadores. Muito em breve sentirão o logro em que caíram. Porque a crise está a estoirar. E, então, seguir-se-á o verdadeiro caos provocado por FHC e a coligação de direita que o apoia.

No primeiro mandato, o presidente brasileiro a tudo recorreu - reforma constitucional, corrupção, violência, alienação do património público, recurso sistemático a legislação provisória, campanhas de desinformação - para criar as condições políticas, económicas, sociais e institucionais que garantissem os interesses das multinacionais e dos grandes grupos financeiros. Medidas que sendo internas, brasileiras, tendo em conta a "globalização", não podiam garantir a imunidade face aos efeitos "globais" do sistema financeiro internacional. A economia brasileira sofre hoje as repercussões da crise asiática. A fuga de capitais - 15 mil milhões de dólares só na 1ª quinzena de Setembro - e a atracção de capitais através de elevadíssimas taxas de juro pôs o país à venda. Duplicou a dívida externa durante o mandato de FHC; desequilibrou-se a balança de pagamentos, à custa da destruição da produção nacional, da falência de pequenas e médias empresas, do desemprego e da limitação de direitos. O Brasil está hoje nas mãos do FMI. E do acordo a que se chegar, nestes dias, dependerão não apenas as condições de vida imediatas do povo brasileiro, mas a própria soberania do país.

Foi contra esta política de crescente dependência que a *União do Povo - Muda Brasil* mobilizou os brasileiros para a campanha de Lula, propondo um programa de desenvolvimento com estabilidade que tivesse como base uma justa repartição do rendimento e enfrentasse com urgência a crise social. Mudar o dia-a-dia dos brasileiros era o grande objectivo. Com o seu envolvimento, rompendo sentimentos de impotência e fatalismo. Combatendo o desemprego, lutando pelo salário mínimo, enfrentando o problema da fome e da violência, mobilizando para a reforma agrária. Criando condições para que as massas construam o seu futuro.

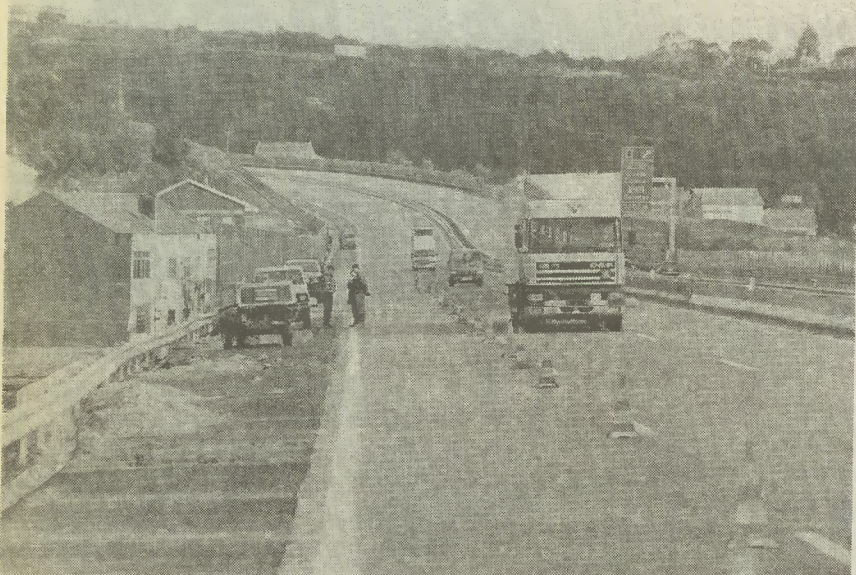
É difícil prever os desenvolvimentos da crise brasileira. Bem como da extensão dos seus reflexos à América Latina. Mas podemos afirmar que o Brasil é hoje presa e vítima da "globalização". Este processo, e também projecto do capitalismo dos nossos dias, de domínio imperial, cria e recria os seus instrumentos (veja-se o AMI). E os seus homens. FHC é hoje um dos seus servidores.

■ Manuela Bernardino



Foto: Jorge Caria

SEMANA



Garcia dos Santos denuncia escândalos de corrupção na JAE

Numa entrevista ao *Expresso*, o general Garcia dos Santos, ex-presidente da Junta Autónoma das Estradas (JAE), afirma que «a corrupção existe na Junta Autónoma das Estradas em termos pessoais e em termos de financiamentos dos partidos políticos», admitindo que «existem canais para o financiamento de partidos por verbas da JAE» e acrescentando ter «quase a certeza absoluta de que o Governo sabe

quem são as pessoas corruptas dentro da Junta». Segundo o *Expresso*, o general exemplifica com uma situação ocorrida pouco depois de ter assumido a presidência da JAE, em Abril de 1997, relatando que «logo a seguir à tomada de posse fui abordado no sentido de privilegiar determinada organização política em detrimento de outra que o estava a ser até então» e frisando: «É evidente que a minha posição foi muito clara: comigo isso não

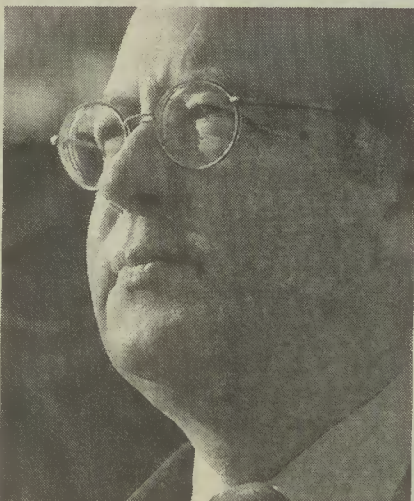
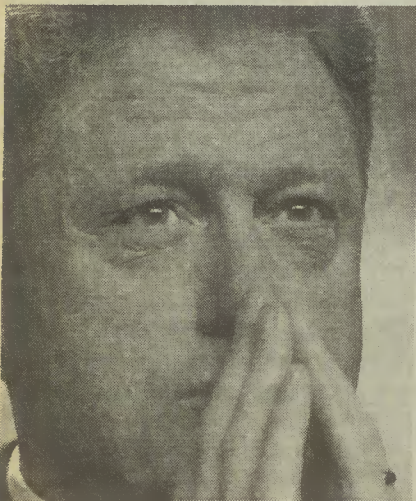
seria possível». Garcia dos Santos apresentou o seu pedido de demissão da presidência da JAE há cerca de quatro meses, na sequência de denúncias que então também fez de irregularidades ocorridas na JAE. O ministro da tutela, João Cravinho - que, na altura, aceitou de imediato a demissão do general, substituindo-o logo de seguida -, reagiu agora às novas denúncias de Garcia dos Santos com a ameaça de o processar pessoal-

mente e acusando-o de estar «mentalmente inconsequente», afirmações que o general atribuiu à «perturbação» deste governante. Entretanto, todos os partidos políticos com assento na Assembleia da República secundaram o PCP na exigência de um inquérito parlamentar a todo este caso, enquanto o procurador-geral da República, Cunha Rodrigues, anunciou que vai «retomar o processo e ver o que se passa com a hipótese de o reabrir».

Comissão judicial aprova processo contra Bill Clinton

A comissão judicial da Câmara dos Representantes dos EUA aprovou a abertura de um inquérito preliminar para se decidir sobre o eventual desencadear de um processo de destituição contra o Presidente Bill Clinton, tendo os 31 membros republicanos da comissão imposto esta decisão, contra os 16 votos democratas que se opunham à abertura do inquérito. O poder político legislativo deu assim o seu aval às acusações do Procurador Kenneth Starr, nomeadamente de que houve, por parte do Presidente Clinton, «perjúrio, conspiração e obstrução à justiça», com a agravante de ter aumentado as acusações ao Presidente de 11 para 15 através do desdo-

bramento da apreciação das ilegalidades atribuídas a Clinton, abrindo a possibilidade deste ser investigado em relação a outros escândalos em que o seu nome esteve envolvido, para além do «caso Monica Lewinski». Este inquérito é o primeiro passo para o lançamento de um eventual processo de destituição e não prevê prazos para a sua conclusão, o que abre caminho a um implacável, longo e penoso confronto político, onde os republicanos subordinam tudo ao objectivo central de destruir o presidente democrata e, decorrentemente, as hipóteses de o seu partido se manter no poder nas próximas eleições presidenciais.



Egipto ameaça com arma atômica

O Presidente egípcio, Hosni Mubarak, afirmou que o seu país se dotará de armas nucleares em caso de necessidade absoluta.

«Se formos obrigados, fá-lo-emos, mas trata-se da última coisa sobre a qual nos debruçamos», frisou Mubarak, no que constitui a primeira vez que um dirigente egípcio refere a possibilidade

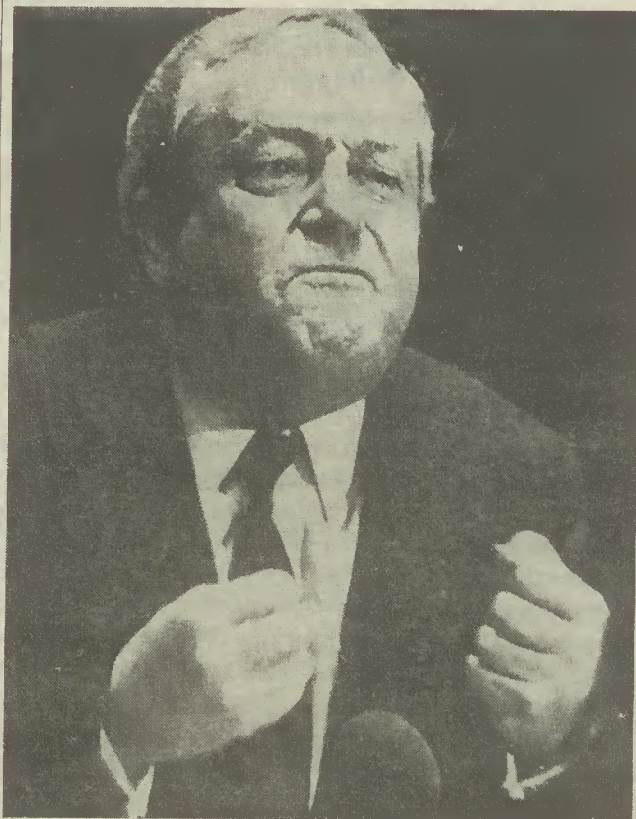


de o seu país se dotar com armamento atômico. O Egipto aderiu ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e, ao contrário do seu vizinho Israel - que detém capacidade nuclear -, apenas pos-

sui um minirreactor de dois megawatts.

Entretanto, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, lamentou a ausência de avanços para a criação de uma zona desnuclearizada no Próximo-

Oriente, crítica que aponta directamente para Israel, o país da região que, por um lado, é o único que detém um arsenal nuclear não declarado e, por outro, é também o único que continua a recusar a assinatura do Tratado de Não Proliferação Nuclear, já assinado por todos os países árabes da região.



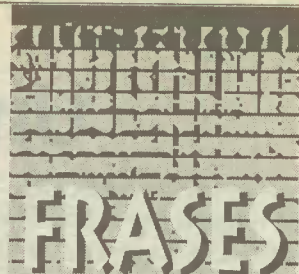
Posta em causa imunidade de Le Pen

Uma larga maioria dos grupos representados no Parlamento Europeu pronunciou-se esta semana a favor do levantamento da imunidade parlamentar do deputado Jean-Marie Le Pen, chefe do partido de extrema-direita francesa Frente Nacional, na sequência das declarações de Le Pen em 5 de Dezembro do ano passado perante a imprensa de Munique, na Alemanha, afirmando que as câmaras de gás, com que o nazismo exterminou milhões de pessoas, não passaram de um

«detalhe da história da Segunda Guerra Mundial». Caso lhe seja levantada a imunidade parlamentar, Le Pen poderá ser ouvido pela justiça alemã, que o processou por estas afirmações. «Recomendamos o levantamento da imunidade parlamentar de Jean-Marie Le Pen, porque o que ele disse é punível pelo direito alemão. Trata-se do período mais negro da nossa história», afirmou o eurodeputado alemão Willi Rothley, acrescentando: «Se a imunidade for levantada, ele será convocado

pela justiça alemã. Se não responder a essa convocação será aprisionado mal pise território alemão».

As afirmações de Le Pen considerando os campos de concentração e as câmaras de gás «um detalhe» desencadeou uma onda de indignação no Parlamento Europeu, enquanto o seu autor se refugiava no «direito de expressão», direito esse, aliás, que Le Pen regularmente quer retirar aos seus opositores, apenas não o fazendo porque não tem tido meios nem força para isso.



«Nem todos os compromissos são admissíveis e tolerância não pode ser sinónimo de laxismo»

(Presidente da República, Jorge Sampaio, Diário de Notícias, 6.10.98)

«Interesses corporativos» não se podem sobrepor ao interesse nacional»

(idem ibidem)

«É preciso pôr as convicções políticas como instrumentos norteadores da sociedade»

(idem ibidem)

«A globalização é tão volátil quanto são as bolsas de valores. Quem quer safar o seu, safe-o de um segundo para o outro, seja onde for e como for. Não há comedimento, paciência ou solidariedade. O «sucesso» depende, pelo contrário, do despudor, da pressa e da avidez»

(Victor Cunha Rego, idem)

«Não admira que alguém ganhe muito dinheiro e logo a seguir perca tudo. Mas o que espanta, e muito, é que, quando uns poucos perdem «papéis» na bolsa, milhões em todo o mundo ficam sem almoçar»

(Leonel Moura, A Capital, 5.10.98)

«Gomes da Silva tem ataque cardíaco, Jardim diagnostica: «Foi da mioleira que comeu». Quanto ao ataque de Jardim, foi da falta de mioleira...»

(Tal & Qual, 2.10.98)

«É inglório o esforço dos professores na procura de soluções dentro da escola, que só podem ser encontradas no espaço circundante»

(Daniel Sampaio, Notícias Magazine, 4.10.98)

«Enquanto o ministro da Educação não for capaz de dar o salto qualitativo de diversificar a oferta de serviços escolares, em vez de tentar melhorar o modelo de escola única do Minho ao Algarve, muitas ideias correctas, mas pontuais, serão perdidas na entropia do sistema e ministros com ideias certas não conseguirão resultados visíveis»

(idem ibidem)

«É que o passo para a lisura e para a transparência não foi dado: converter o lugar do futuro PGR [Procurador-Geral da República] num instituto possível de ser sufragado pela vontade popular»

(Francisco Moita Flores, Diário de Notícias, 5.10.98)

Pânico na Bolsa atrasa privatizações

O recente *crash* na Bolsa de Lisboa ocorrido em 1 de Outubro - que lançou o pânico em numerosos pequenos «apostadores» bolsistas e forçou a administração da Bolsa a intervir pela primeira vez, desde o anterior *crash* de 1987, fechando a sessão por algumas horas -, teve já uma consequência concreta: as privatizações previstas pelo Governo do Partido Socialista até ao final deste ano vão ser adiadas, o que terá reflexos

no esperado afluxo de divisas nos cofres do Estado. Apesar de o ministro das Finanças ter ido à televisão a «apelar à calma» e a garantir que não havia razões para pânicos, a queda da Bolsa portuguesa foi quase vertiginosa e conduziu, para já, a este «atraso» nos planos governamentais de compor o ramallete das finanças públicas com mais uma dose de privatizações.

TRABALHADORES

Encontro nacional de quadros reafirma empenhamento do PCP

Ir às empresas

e estar com os trabalhadores na luta por vida melhor

PCP

pelo trabalho com direitos

contra o Pacote Laboral do governo PS.

Enquanto o Governo se propõe legalizar a acentuação da exploração, os comunistas avançam para o esclarecimento e a mobilização dos trabalhadores em defesa dos direitos conquistados ao longo de décadas e agora ameaçados pela generalização do trabalho a tempo parcial – a peça-chave – e demais componentes do pacote laboral do PS.

Quadros comunistas de todo o País, na sua maior parte com responsabilidades no movimento sindical, em comissões de trabalhadores ou em células de empresa e organismos com intervenção em matérias laborais ou sociais, reuniram-se durante o passado sábado, em Lisboa, para debater a situação social, o pacote laboral do Governo do PS, a iniciativa do PCP e o desenvolvimento da luta, com o objectivo de «saber onde estamos e aquilo com que realmente nos confrontamos, para saber para onde vamos e quais os caminhos e que prioridades melhor correspondem às orientações traçadas pelo Partido nos seus diversos níveis», como disse Jerónimo de Sousa.

doras possibilidades de recrutamento, renovação e rejuvenescimento da própria organização».

Quase todas as intervenções convergiram na apreciação positiva dos resultados mais evidentes da jornada nacional, surgindo vários relatos de acções realizadas à porta de empresas, onde os trabalhadores expressaram a sua satisfação por os comunistas ali levarem a sua mensagem em momentos que não são de eleições. Também se verificaram reacções intempestivas de algumas administrações, como, por exemplo, na Auto-Europa (onde a administração solicitou mesmo a intervenção da GNR para impedir a distribuição de folhetos) e em hipermercados do distrito de Setúbal.

Jornada nacional

Intervindo na abertura do encontro, este membro da Comissão Política do PCP deu nota da boa aceitação que marcou as acções desenvolvidas durante a jornada de esclarecimento da semana passada, tal como na campanha nacional de Maio-Junho. «Foram importantes estas iniciativas. Foi importante ir lá. Mas o que pode ser determinante para transformar esta reconhecida influência social do Partido em influência política e eleitoral é ir lá, mas também, e mais do que isso, é estar lá», salientou Jerónimo de Sousa. Numa primeira avaliação, «estas acções revelaram não só empenhamento, como criatividade das organizações do Partido, como demonstraram o valor do conteúdo da actividade dos organismos de trabalhadores comunistas, o melhor aproveitamento da informação e da imprensa partidária, uma ligação mais estreita aos trabalhadores, o esclarecimento das posições e análises do Partido e anima-

Diversos camaradas referiram, também a propósito da forma como decorreu a jornada, as dificuldades de organização que a sua realização revelou em alguns casos. Foram igualmente relatadas na reunião experiências de algumas importantes organizações regionais, onde foram definidas prioridades e medidas para o reforço da influência e da intervenção do Partido junto dos trabalhadores. «Onde foram tomadas medidas, houve ganhos», destacou Jerónimo de Sousa, na breve intervenção de balanço dos trabalhos do encontro.

Com ligeiras alterações, mereceu «aceitação geral» o documento de referência para a discussão de dia 3, na Junta de Freguesia de Alcântara, e que constitui agora «uma boa base para algumas direcções de trabalho prioritárias».

Foi marcada com fortes aplausos e gritos de «PCP! PCP!», «Assim se vê a força do PC» e «A luta continua» a intervenção de encerramento de Carlos Carvalhas, de que publicamos significativos excertos.



Contra a lei da selva trabalho com direitos

Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas

(...)
Há uma grande diferença entre o discurso governamental e a prática política.

Quantas vezes não ouvimos o secretário-geral do PS dizer que o avanço da nossa economia não podia assentar nos baixos salários? No entanto, quando se trata do concreto, o que temos é a pressão para a baixa dos salários reais sob o eufemismo da moderação salarial.

Quantas vezes não ouvimos os membros do Governo falar em justiça social e em solidariedade? No entanto, quando olhamos para a distribuição do Rendimento Nacional, o que vemos é a penalização dos salários ano após ano. O crescimento acelerado das grandes fortunas e acentuação das desigualdades são infelizmente uma realidade, **10% da população portuguesa concentra cerca de metade da riqueza nacional.**

Quantas vezes não ouvimos também falar em justiça fiscal? No entanto, em todos os orçamentos deste Governo continuaram a aumentar os benefícios fiscais, no essencial dirigidos às actividades financeiras e especulativas e os assalariados continuaram a pagar o grosso dos impostos. Depois, como se sabe, a reforma fiscal é mais uma promessa que ficará dentro da gaveta...

Nos últimos tempos até temos visto o Primeiro-Ministro criticar, para estrangeiro ver, a globalização e o liberalismo... É caso para perguntar: mas então o PS não esteve de acordo com a Organização Mundial do Comércio, ou com a total liberdade da circulação de capitais, ou com o Pacto de Estabilidade?

O virtual e o real

Poderíamos multiplicar os exemplos. Há de facto uma grande diferença entre a retórica, entre o marketing político e as medidas concretas que pesam na vida das famílias e dos cidadãos.

Se a Expo '98 ainda não tivesse encerrado, diríamos que entre a política virtual e os conteúdos reais não só não há qualquer coincidência, como o fosso tem vindo a aumentar. Como estamos em época de vindimas - e más -, creio que a imagem que mais se ajusta à política do Governo é a de *muita parra e muito pouca uva...*

O Governo esteve de acordo e até louvou o «Pacto de Estabilidade», nunca o contestou, nunca juntou a sua voz à de outros governos quando estes defenderam pelo menos a sua flexibilização.

Agora invoca os compromissos com a União Europeia e os critérios de Maastricht, para justificar uma política neoliberal que se tem traduzido no aumento do trabalho precário e clandestino e na insegurança dos vínculos laborais.

Estamos perante um quadro em que é a própria dignidade dos trabalhadores que está posta em causa. O que se pretende no fundo é liquidar, o mais possível, direitos duramente conquistados para que a exploração e a acumulação se realize sem constrangimentos. É a aplicação do chamado «modelo americano» isto é, a lei da selva.

Vejamos o que aconteceu nos Estados Unidos com a aplicação da famosa lei sobre o trabalho parcial que o Governo PS quer agora introduzir em Portugal.

Só entre 1969 e 1994, o número de trabalhadores a tempo parcial passou nos EUA de 6% para 12,9% da população activa. Este crescimento, que se tem mantido, criou neste país uma nova categoria de pobres, que eles designaram por «pobres que trabalham».

Calcula-se que um terço da população activa dos EUA vive numa situação de pobreza.

É isto que se quer para o nosso país? Quer juntar-se aos milhares de reformados que vivem com reformas de miséria e aos trabalhadores que foram obrigados a reformarem-se antecipadamente, uma nova camada de trabalhadores, uma «geração 2000» sem direitos, sem segurança e ganhando apenas para a sua sobrevivência?

(...)

A crise

Seria bom que o Governo e os socialistas reflectissem nas consequências das políticas neoliberais e na actual crise.

A teologia da soberania do mercado, do mercado global como o decisor a quem se devem submeter os povos, a absolutização da inflação e das medidas monetaristas, bem como as «tretas» de menos

TRABALHADORES

Encontro Nacional de Quadros do PCP

Estado, geraram diversas linhas de fundo que têm caracterizado a evolução da economia mundial:

a) a explosão do capital especulativo (80% das transacções financeiras não estão ligadas a transacções comerciais nem a investimentos);

b) a multiplicação do emprego precário e o desemprego como um fenómeno estrutural e massivo;

c) a aceleração da concentração e centralização de capitais, com as privatizações, fusões e absorções, substituindo empregos relativamente bem pagos por empregos instáveis e mal remunerados;

d) e, como trinco destas linhas de fundo, a acentuação das desigualdades e a concentração da riqueza em níveis sem precedentes.

O absurdo e a irracionalidade da especulação vai ao ponto de, por mais de uma vez, o anúncio da diminuição do desemprego nos EUA se ter traduzido em significativas quedas bolsistas!

Há muito que a ligação entre a especulação bolsista e a diminuição do número de empregos se tem verificado. Quando por exemplo, o Chemical Bank e o Chase Manhattan Bank anunciaram a sua fusão em 1995, lançando no desemprego 16% dos seus empregados, o valor bolsista destas duas sociedades cresceu 11%!

Em Janeiro de 1996, o anúncio de 40 mil despedimentos feitos pela AT&T provocou um aumento em flecha do valor das acções do gigante americano das telecomunicações, mostrando claramente o divórcio entre a economia financeira e o progresso social.

Mas esta economia de casino, contra os trabalhadores e os povos, e as contradições inerentes ao capitalismo acabam por desembocar em crises, como a que estamos a assistir com graves consequências no domínio da actividade económica geral e com sofrimentos sem conta.

Estamos perante uma crise mundial, que assenta no tipo de crescimento que se tem verificado, com a dominação dos mercados financeiros e da especulação fazendo cada vez mais pressão sobre os direitos e os salários dos trabalhadores.

Calcula-se que a actual crise já provocou 10 milhões de desempregados ou seja, um número correspondente à população de Portugal!

E não é com discursos apaziguadores do(s) Ministro(s) das Finanças, nem com o passe de mágica da descida das taxas de juro que a situação se inverte.

A diminuição das taxas de juro sem o aumento do poder de compra das massas populares, sem a taxação (taxa Tobin) dos capitais especulativos e sem a valorização e dignificação de quem trabalha não passará de um paliativo para que o capital financeiro tome mais um pouco de oxigénio para continuar com a sua acção predadora, comprando a pataca empresas rentáveis nos países financeiramente estrangulados. É aliás significativo que o governo japonês queira agora nacionalizar bancos em dificuldades.

É por isso que consideramos que é cada vez mais necessário um novo rumo para a «construção europeia», privilegiando a convergência das economias reais, o princípio da coesão económica e social dando primazia ao combate ao desemprego e ao nivelamento por cima das conquistas sociais e à redução do horário de trabalho sem perda de salários e de direitos. Pensamos que face a esta crise se está em boa altura para se exigir e mostrar como é necessário renegociar o «Pacto de Estabilidade» e dar uma outra orientação ao Banco Central Europeu.

E defendemos também que no nosso país é necessário e urgente equilibrar a distribuição do rendimento nacional, alargar o mercado interno e defender e valorizar o aparelho produtivo nacional e a produção portuguesa.

E por isso temos exigido e continuaremos a lutar pelo aumento das reformas e das pensões, pelo aumento dos vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública, pela diminuição das tarifas da electricidade, pela criação de medidas que venham, já no próximo ano, a atenuar a factura escolar.

(...)

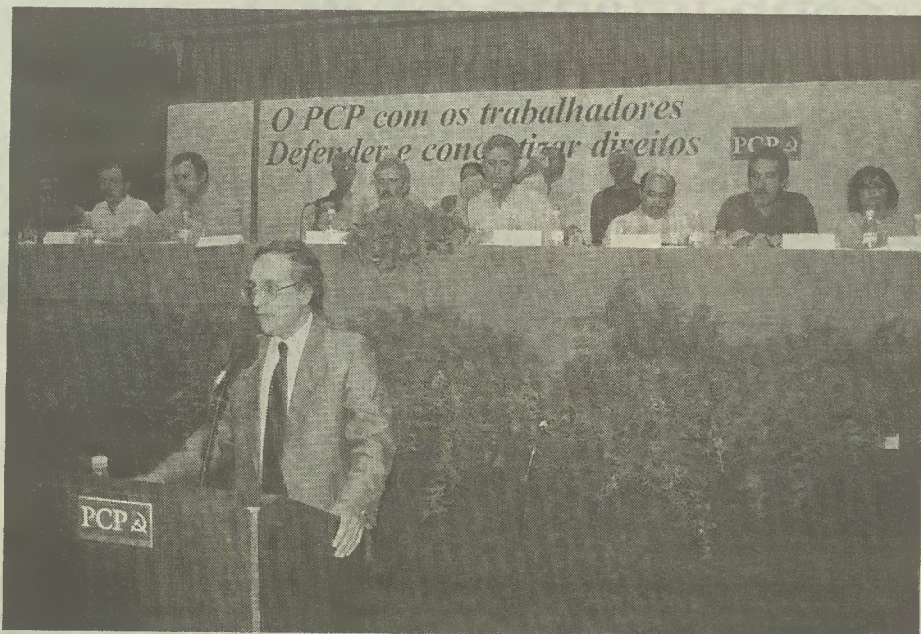
Foi um governo socialista que deixou como triste marca os famigerados contratos a prazo. Agora este Governo quer aumentar de três para quatro anos a vigência destes contratos. É uma vergonha!

Nós perguntamos aos socialistas: é com medidas como estas que se ajuda a perspectivar o futuro da juventude? Nós pensamos que não.

Na floresta dos cerca de trinta diplomas, alguns dos quais com medidas que estamos de acordo, escondem-se seis peças essenciais que procuram minar pilares fundamentais do direito ao trabalho. E a primeira, a do trabalho parcial, já está na Assembleia da República para ser submetida à discussão pública.

Com tal medida, o Governo vai pela primeira vez subsidiar o trabalho precário e facultar às empresas, simultaneamente, o acesso a subsídios estatais e a diminuição dos descontos para a Segurança Social.

Permite colocar nalgumas empresas todos os trabalhadores a tempo parcial, com redução do salário, a supressão do subsídio de alimentação e a redução dos subsídios de férias e de Natal! É um mimo, como são um mimo a proposta de alteração à lei das férias submetendo este direito à assiduidade; ou a proposta que altera o conceito de retribuição em que o salário seria desvalorizado; ou as propostas relativas ao regime de trabalho por turnos e ao *lay-off*.



Até se procura condicionar o direito às férias com a assiduidade, em que conta negativamente as ausências por doença prolongada, por falecimento de um irmão, ou por necessidade de cumprimento de obrigações legais...

São propostas, todas elas, que concedem chorudos benefícios e vantagens para o grande capital, menos receitas para a Segurança Social e maior fragilização e insegurança para os trabalhadores, nomeadamente para os jovens trabalhadores e trabalhadoras.

E tudo isto vindo de um Governo socialista.

A modernidade do PS

Por isso, quando o Primeiro-Ministro, em discurso solene no dia do encerramento da Expo '98, lançou um desafio aos portugueses para que o nosso país venha a ser um país tão moderno como os mais modernos, é caso para lhe perguntar qual é a modernidade de entrarmos no próximo século com as mesmas chagas sociais com que os nossos antepassados entraram no século actual.

Qual é a modernidade de oferecer à juventude um futuro de incertezas, de empregos precários e mal pagos, ou a perspectiva do desemprego e da emigração?

Qual é a modernidade de termos de novo meia dúzia de famílias com o seu banco e a sua companhia de seguros, o seu hipermercado e o seu grande meio de comunicação social, lado a lado com milhares e milhares de famílias excluídas de um nível de vida digno e sujeitas a uma vida cada vez mais dura.

Qual é a modernidade de se criar uma nova geração sem direitos e de fragilizar e discriminar ainda mais as mulheres no trabalho, ou qual é a modernidade de termos o poder político cada vez mais submetido, dependente e dominado pelo poder económico?

Qual é a modernidade de termos cada vez mais cidadãos divorciados do país oficial, da intervenção cívica, da participação política, por verem que as suas questões não são debatidas nem resolvidas, por verem que as promessas não são cumpridas?

Não há, de facto, nenhuma modernidade quando vemos que, dos cerca de 1500 milhares de milhões de dólares que representam no planeta as transacções financeiras, apenas 1% não é de natureza especulativa e é consagrado à criação de novas riquezas.

Não há nenhuma modernidade quando se vê a explosão das riquezas especulativas lado a lado com a espiral das desigualdades, da pobreza e do desemprego; quando a competição é encarada como uma lógica de guerra; quando os Estados se desresponsabilizam das suas funções sociais; quando os custos da solidariedade são considerados pelos grandes senhores da finança insuportáveis e se procura minar e liquidar os principais esquemas de protecção social...

Não há de facto qualquer modernidade quando se vê no «Relatório de Desenvolvimento Humano» de 1998, encomendado pelas Nações Unidas, que na totalidade - e passo a citar - «as nações mais ricas do mundo albergam mais de 100 milhões de pessoas com rendimentos abaixo do nível de pobreza, que mais de 37 milhões estão desempregados, que 100 milhões não têm abrigo e que 200 milhões têm uma expectativa de vida inferior a 60 anos».

Não há demagogia nem retórica social que esconda ou disfarce esta realidade, que tem responsáveis muito concretos e que é a consequência da lei da selva do capitalismo e da sua expressão neoliberal.

Pela nossa parte, tudo faremos para combater no concreto os dogmas do neoliberalismo, as políticas de direita, as políticas de concentração da riqueza. Ficaram tristemente célebres os *pacotes* laborais da AD e dos governos do PSD.

Os *pacotes* laborais do PSD foram derrotados. O deste Governo virá a conta-gotas, para ver se passa e para testar a capacidade de protesto e a extensão da indignação.

O PCP e, estamos certos, o movimento sindical e os trabalhadores em geral não deixarão de dar uma resposta firme, clara e determinada a esta ofensiva. Há condições para derrotar o *pacote* laboral do PS.

E reafirmo que os portugueses e as portuguesas não estão condenados a terem que estar sujeitos ou a terem apenas de optar entre a política de direita conduzida pela direita ou a política de direita concretizada pelo Governo do PS.

Nós continuamos a intervir e a empenhar os nossos esforços para o desenvolvimento de uma sociedade mais solidária, mais justa, mais humana e uma sociedade sem exploradores e explorados.

(...)

Jerónimo de Sousa

Impunidade

«O sentimento de impunidade por parte do patronato acicacatado a introduzir e a concretizar novas, refinadas e por vezes violentas formas de exploração, viradas única e exclusivamente para somar mais lucro ao lucro, ainda que geralmente baptizado de aumento da competitividade das empresas». (...)

«É neste quadro que surge um conjunto enorme de propostas de alteração à legislação laboral, visando mais desregulamentação, numa autêntica operação de minagem a alguns pilares do Direito do Trabalho. Não foi nenhum acto precipitado ou mal avaliado no seu impacto social e laboral. A fonte de inspiração foram os manuais do capital e as receitas neoliberais. E é o pagamento com juros às confederações patronais, pela redução do horário para as 40 horas, que já então consideraram pouco compensadora a inclusão, na lei, da flexibilidade e da polivalência.

«São propostas que já seriam lei, não tivesse havido a luta dos trabalhadores, da CGTP, do movimento sindical e do Partido em torno da defesa do conceito de horário de trabalho, luta notável que conduziu a que o Governo, desde 1996, não avançasse com as restantes medidas configuradas no denominado Acordo de Concertação Estratégica.» (...)

«O facto é que o Governo recuou no tempo e no modo de concretização da ofensiva legislativa. Tal recuo tem significado, não só porque cada dia de vida é vida. O tempo político e eleitoral pode pesar.

«Mas persiste uma questão central: o Governo não vai abdicar dos conteúdos gravosos expressos em 6 ou 7 peças do emaranhado de 34 propostas e, principalmente, da proposta do trabalho a tempo parcial. (...) É o conceito de emprego que está em causa, substituindo-o pela empregabilidade; é

Francisco Lopes

O PS fecha um

«O Governo PS (...) não continuou apenas a política de direita, o PS com a sua acção está a completar um ciclo que iniciou há mais de vinte anos.

«Pela mão do PS, verificou-se o rápido reforço dos grupos económicos e financeiros, que adquiriram um enorme poder económico e um crescente controlo sobre a vida nacional» (...).

«As privatizações constituem uma das páginas mais negras da evolução política das últimas duas décadas em Portugal, cuja história um dia há-de ser feita. E é significativo do conteúdo da política do actual Governo que este faça das privatizações um elemento para se diferenciar do Governo anterior por aquilo que há de mais negativo. O PS gaba-se de ter privatizado mais e mais depressa que o PSD.»

(...) «Curiosamente a enorme demagogia em torno do capitalismo popular que atraiu trabalhadores e pequenos accionistas para a compra de acções, e que numa certa fase lhe deu alguns ganhos reais para camuflar os ganhos dos tubarões da finança, mais uma vez está a mostrar a sua falsidade.

(...) «A lógica do lucro leva a que os serviços públicos, sejam geridos, cortando investimento em todas as áreas que não são as mais lucrativas, pondo em causa a qualidade dos serviços, e conduzindo ao aumento dos preços, ou à manutenção de preços injustificadamente altos. É isso que sucede com os preços da elec-

tricidade, em relação aos quais o nosso Partido, tomou oportunamente a iniciativa de propor a sua redução em 15%, tendo presente os elevadíssimos lucros da EDP.

«A mesma lógica de subordinação de tudo ao critério do lucro, é responsável por sérios ataques aos interesses dos trabalhadores. O processo de privatizações significou a liquidação de dezenas de milhares de postos de trabalho, a eliminação de direitos, o corte de regalias, a intensificação dos ritmos de trabalho e as pressões para a limitação do espaço de liberdade e acção e organização dos trabalhadores e das suas organizações representativas.»

Luta de massas

«O nosso Partido tem pela frente um quadro político em que se destaca o referendo sobre a Regionalização, os problemas resultantes da política do Governo e da situação social e em que se colocam já no horizonte as eleições para o Parlamento Europeu e as eleições legislativas.

«Neste quadro, múltiplas linhas de trabalho se colocam, mas de entre elas destaca-se sem dúvida o desenvolvimento da luta de massas. O desenvolvimento da luta contra o *pacote* laboral, em defesa da Segurança Social, contra as privatizações, pelo aumento dos salários, contra

não pode ser lei

forçar por lei a chamada partilha do emprego entre os que o têm e os que estão desempregados, com partilha dos salários, dos subsídios, a par da eliminação e restrição de direitos. (...) O que se quer é transformar a excepção em regra geral.

«Que consequências isso teria num país com salários tão baixos? Que consequências para o estatuto de igualdade da mulher e para as futuras gerações de jovens trabalhadores? Que consequências na luta pela redução do horário de trabalho, no financiamento e nos encargos da Segurança Social, ou, se quisermos, na possibilidade de participação, de sindicalização desse trabalhador, na capacidade de exercer direitos colectivos, como a greve, ser membro de uma CT ou delegado sindical, já que, desesperadamente, teria que encontrar outra metade ou outro terço de emprego?»

(...)

ciclo

as discriminações, pela defesa e concretização de direitos, pela redução do horário de trabalho, contra a injustiça fiscal.

«O desenvolvimento da luta de massas, articulado com a acção política do Partido, é sempre necessário, mas é essencial nos próximos tempos.»

(...)

«A organização partidária assume uma grande importância. (...) O reforço da organização e, em particular, da organização e intervenção do Partido junto da classe operária e dos trabalhadores é um aspecto estratégico fundamental para o seu reforço, para a concretização dos seus objectivos, do seu projecto de transformação social.

«Definimos orientações ao longo dos anos, realizámos a Conferência Nacional, o XV Congresso reafirmou essas direcções de trabalho, que o CC estimulou, e muitas medidas foram de facto tomadas, com destaque para as adoptadas por algumas DOR. (...)

«Impõe-se uma decidida acção para concretizar as medidas decididas e para adoptar muitas mais, de modo a conseguir que o Partido tenha uma maior ligação aos trabalhadores, tenha mais e mais fortes colectivos nas empresas e sectores, raízes da sua força e factor de irradiação da sua influência.

Rejuvenescimento

«Hoje existem mutações e alterações na estrutura empresarial e na organização do trabalho, nos valores e até no conteúdo das reivindicações por parte dos trabalhadores e, em particular, da nova geração operária, num quadro que tende a agravar-se face à palavra de ordem e aos objectivos do capitalismo para prosseguir a desregulamentação e aprofundar a precarização, empurrando para fora das empresas e para a reforma a geração mais sindicalizada e com mais consciência de classe. Não há que subestimar esses milhares de camaradas que nas empresas, na frente sindical e nas comissões de trabalhadores foram obreiros das conquistas e direitos e continuam hoje a ser protagonistas na sua defesa e no seu exercício. São indispensáveis mas insuficientes.

«Vamos ter de direccionar o nosso trabalho prioritário para essas novas gerações de trabalhadores, com certeza com formas de inter-

venção e organização inovadoras e audaciosas, mas tendo como ponto de referência e ponto de partida os seus problemas concretos, porque, havendo, como há, muita mudança, os objectivos e a natureza da exploração continuam inalteráveis e mais tarde ou mais cedo são entendidos pelos trabalhadores.»



Vem de longe a prática dos pacotes legislativos, com que diferentes governos procuram servir idênticos patrões. Também é antiga e reconhecida a capacidade dos trabalhadores resistirem à insaciável gula do grande capital (foto da manifestação de 6 de Fevereiro de 1988, em Lisboa, integrada numa acção nacional da CGTP contra o pacote laboral do Governo PSD/Cavaco Silva, na altura identificado como a quinta tentativa para modificar as leis laborais em prejuízo dos trabalhadores)



PCP
pelo trabalho
com direitos

contra

o Pacote Laboral
do governo PS.



Debate

Belmiros, pacotes e resultados da luta

O encontro nacional do dia 3 prolongou-se durante cerca de cinco horas, permitindo que umas três dezenas de camaradas relatassem experiências, expressassem preocupações, fizessem críticas e elogios, apontassem propostas e soluções, denunciasses fraudes e injustiças, reafirmassem esperanças e opções de luta. Não se tratava de um congresso, nem de um comício, mas isso não impediu que as intervenções (em grande parte, não escritas) mostrassem uma anterior reflexão profunda,

nas já precárias condições de trabalho dos jovens.

José Paleta sublinhou que «sem células de empresa, este Partido não seria o mesmo». Ana Avoila chamou a atenção para o facto de os trabalhadores do Estado também serem atingidos pelo pacote e, sobretudo, pela política de privatização dos serviços públicos, que afecta trabalhadores e utentes. António Tremeço salientou que os problemas do trabalho do Partido nas empresas devem merecer a atenção de todo

nem que os aplausos e as palavras de ordem ecoassem vigorosamente no salão da Junta de Freguesia de Alcântara.

A «estrela» da reunião foi a jornada de esclarecimento levada a cabo pelos comunistas, a nível nacional, durante a última semana. O «bombo da festa» foi o pacote laboral que o Governo do PS já começou a despachar, com realce para a proposta de lei sobre a generalização do trabalho a tempo parcial. O «buslís da questão» foi o reforço da influência e da intervenção do PCP, como factor determinante para garantir a defesa dos direitos dos trabalhadores face à poderosa ofensiva de que estão a ser alvo.

Da jornada, que se saldou em inúmeras acções de distribuição do folheto central e várias iniciativas de venda do «Avante!», falaram camaradas do Comité Central e responsáveis e outros membros de direcções regionais e comissões concelhias, de Setúbal ao Porto, de Lisboa a Évora ou Viseu. Dirigentes e delegados sindicais - dos químicos ao calçado, do comércio aos metalúrgicos ou à administração pública - e activistas de células do Partido em empresas referiram os perigos da eventual aplicação das alterações legislativas que o Governo patrocina, a partir dos acordos engendrados na Concertação Estratégica.

José Ernesto Cartaxo fez o primeiro apelo à mobilização dos trabalhadores para a semana de luta que a CGTP já marcou para a semana de 26 a 31 deste mês. Paulo Raimundo realçou as graves implicações que o novo pacote teria

o colectivo partidário, prevenindo o surgimento de organismos estanques.

A batalha pela concretização das regiões administrativas foi um dos temas centrais da intervenção de António Andrez, responsável da direcção regional de Lisboa na Comissão Política, que criticou ainda algumas ideias que começam a surgir, de outros quadrantes políticos, a propósito das comemorações dos 25 anos da revolução de Abril.

Manuel Carvalho da Silva recordou que «obtivemos resultados das lutas em que nos empenhámos», e referiu que o Governo ainda não deu por concluído o texto do diploma sobre o conceito de retribuição, o que mostra que a luta e os protestos podem travar o aparecimento de novas doses do pacote laboral. Arménio Carlos recordou outros pacotes, justificados com promessas que nunca se concretizaram, e defendeu como preocupação real quanto às próximas gerações «dar ao nossos filhos, no mínimo, o que obtivemos» com Abril e a luta de décadas.

Belmiro de Azevedo esteve no encontro pelas vozes de Fátima Neves e Manuel Guerreiro, como «inovador» nas formas de exploração que implantou nas empresas da Sonae, sem esperar pela cobertura legal que o Governo agora pretende alargar a outros belmiros e, pior ainda, como potencial beneficiário das pretendidas alterações legislativas, uma vez que estas poderiam liquidar benefícios que, contra todas as dificuldades e pressões, já foram conquistados nos hipermercados, com a luta dos trabalhadores.

TRABALHADORES

Metalsines

O desvio de encomendas para empresas fora de Portugal está a preocupar a Comissão de Trabalhadores da AD Tranz-Metalsines e o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, dado que a empresa só tem trabalho assegurado até finais de Janeiro do próximo ano. Para esta situação contribui a alteração de algumas encomendas nomeadamente o fabrico de 30 vagões porta-contentores, que afinal será posto a concurso internacional. Por outro lado, até ao momento AD Tranz não distribuiu nenhum trabalho à Metalsines, após ter ganho o concurso do Metro do Porto. A obra está avaliada em 160 milhões de contos, dos quais cerca de 100 milhões cabem à AD Tranz. A Sorefame já recebeu encomendas no valor de 30 por cento daquele montante mas até ao momento a Metalsines não recebeu qualquer trabalho.

Química

Contra a ofensiva laboral pronunciaram-se no passado dia 29 de Setembro os corpos gerentes do Sinqüifa - Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás - que debateram o conteúdo das novas leis que o Governo pretende aprovar e o próximo referendo sobre a regionalização, decidindo sobre este último apelar ao voto no SIM. A sessão plenária exigiu que o Governo cesse de imediato a ofensiva legislativa e abandone todos os projectos que visem fragilizar a segurança social e reduzir ou retirar direitos já consagrados na lei e na contratação colectiva. Em contrapartida, o Sinqüifa reclama medidas sérias para o reforço da acção da Inspeção de Trabalho de modo a fazer cumprir escrupulosamente a lei e a contratação colectiva.

Livros na região centro

Uma festa do livro decorre desde o passado dia 25 de Setembro e até 10 de Outubro, no mercado municipal de Viseu. Trata-se de uma iniciativa promovida conjuntamente pelo Sindicato dos Professores da Região Centro e pela Câmara Municipal de Viseu. No certame estão disponíveis meio milhão de títulos com preços a partir de 300 escudos e está patente uma exposição com 50 cartazes de Sebastião Salgado.

CGTP-IN assinalou 28.º aniversário

Acção sindical somou importantes vitórias

Sectores como o da hotelaria, da metalurgia e dos transportes conseguiram «resultados excepcionais» no que diz respeito a alterações salariais e aplicação das 40 horas semanais, salientou Carvalho da Silva.

Citado pela Agência Lusa, durante um jantar de confraternização de sindicalistas e activistas sindicais do distrito de Viana do Castelo, realizado, sexta-feira, no âmbito das comemorações do vigésimo oitavo aniversário da CGTP-IN, o coordenador da Inter-sindical sublinhou que «o percurso de luta nestes últimos meses foi extraordinário, com mais mobilização e participação dos trabalhadores e da juventude», acrescentando que «o conjunto de sindicatos apresenta um crescimento global dos trabalhadores sindicalizados em mais de três por cento».

Na sua intervenção, Carvalho da Silva referiu-se também à alteração da legislação do trabalho, frisando que «a regulamentação do trabalho e

tempo parcial foi combinada no desfecho do processo das 40 horas semanais como espécie de contrapartida aos patrões».

«Está em marcha um processo que resulta de reivindicações patronais, com o governo a oferecer aos patrões uma certa protecção», alertou o coordenador da CGTP-IN, acrescentando que «estes querem um mecanismo legislativo que lhes permita encontrar formas de reduzir o tempo de trabalho e ao mesmo tempo reduzir os salários».

Carvalho da Silva observou ainda que a Segurança Social é «muito frágil» em Portugal e que «as pensões de reforma são muito baixas», frisando que «tem de haver uma relação forte entre o

valor das pensões e aquilo que se desconta».

«O Governo está a preparar um orçamento e uma política que são eleitoralistas, por isso temos que estar mais à defesa e não podemos permitir que haja respostas pontuais sem compromissos futuros. A segurança social tem que ser discutida», realçou o sindicalista.

O coordenador da CGTP-IN referiu-se ainda à criação das regiões administrativas, considerando que é um processo «muito importante», na medida em que «vai despojar novas dinâmicas de desenvolvimento» e vai permitir o aumento da participação dos cidadãos».

Defendeu ainda que a regionalização «é uma batalha que não se ganha somente com propaganda nas televisões e em cartazes», mas que «implica uma discussão e um esclarecimento cabal junto da população».

Trabalhadores da Lionesa querem gestão controlada

Reunidos em plenário, em que participou Manuel Carvalho da Silva, da CGTP-IN, os trabalhadores da Fábrica de Tecidos Lionesa, de Leça do Balio, decidiram na passada sexta-feira, apresentar uma previdência cautelar e o consequente arresto dos bens da empresa, como forma de evitar que a situação da empresa se degrade.

Apelando à administração para que continue as negociações com as entidades envolvidas, designadamente com a segurança social, o plenário decidiu recorrer ao processo especial de recuperação de empresas, e, nesse sentido, solicitar ao tribunal a nomeação do gestor judicial, com poderes especiais, que substitua de imediato a actual administração.

Defendendo a gestão controlada da empresa, os trabalhadores exigem ainda uma auditoria para apuramento de responsabilidades, «incluindo criminais», uma vez que ao longo de anos foram retidas as contribuições dos trabalhadores que deviam ser entregues à Segurança Social, de acordo com o plano de recuperação aprovado em 1995.

Meses em atraso

Estas medidas justificam-se já que a administração não cumpriu os acordos com os trabalhadores, ou seja não retomou a laboração em 1 de Outubro, nem pagou os salários de Junho, Julho, subsídio de férias, Agosto e Setembro.

Segundo a resolução do plenário, a administração tem protelado os acordos de contratos a estabelecer com a Segurança Social, apresentando novas exigências, para «provavelmente criar obstáculos ao acordo de viabilização», estabelecido no passado mês de Julho.

A tudo isto soma-se uma gestão «duvidosa» que indicia «uma ausência de controlo de facturação (e esta a preços muito baixos, comparados com o mercado), a movimentação de dinheiros, venda de equipamentos (teares), contactos com imobiliárias e desenvolvimento de projectos e põem em risco postos de trabalho e os interesses dos principais credores». São estes a Segurança Social, com cerca de um milhão de contos; a Banca, 400 mil contos; e os 220 trabalhadores da empresa, com cerca de 200 mil contos.

O acordo de viabilização previa a dação em pagamento de terrenos à Segurança Social e a venda de parte do imóvel permitindo o relançamento da actividade produtiva, o pagamento aos trabalhadores e credores e resolução do passivo a médio/longo prazo.

Debate em Aveiro defende mais justiça fiscal

Promovido no âmbito das comemorações do 28º aniversário da CGTP-IN, a União de Sindicatos de Aveiro promoveu um debate sobre política fiscal, que terminou com a aprovação de uma resolução que alerta para as profundas injustiças do sistema.

O debate, que contou com Maria do Carmo Tavares, da Comissão Executiva da CGTP-IN, concluiu que «a situação é verdadeiramente escandalosa. As empresas pagam apenas 16 por cento do total das receitas, enquanto 75 por cento são suportados pelos rendimentos do trabalho, quer através de impostos directos e indirectos».

Segundo dados contidos na resolução, «mais de 100 mil empresas não têm pago IRC ao longo dos últimos anos». Por outro lado, ao mesmo tempo que os especuladores bolsistas estão isentos de qualquer imposto, os benefícios fiscais que favorecem «sobretudo os contribuintes de maiores rendimentos, passaram de 162 milhões de contos em 1996 para 225 milhões de contos em 1998».

Entretanto, não se concretizam medidas para a redução da tributação sobre os rendimentos do trabalho, apesar de serem defendidas pelo Governo e por todos os partidos como uma componente fundamental para uma reforma fiscal.

Neste quadro, o plenário/debate insistiu na necessidade da redução da tributação sobre os rendimentos do trabalho; a implementação da colecta mínima para as categorias de rendimento B e C do IRS (isentando os rendimentos inferiores a 18 salários mínimos) e dos métodos indiciários.

Os presentes defenderam ainda «a eliminação dos benefícios fiscais concedidos aos dividendos de acções cotadas em bolsa, aos dividendos de acções adquiridas nas privatizações e aos montantes aplicados na compra de acções das empresas privatizadas; a aplicação da regra geral do englobamento de rendimentos (eliminação das taxas liberatórias); e alteração do regime de tributação dos ganhos accionistas e das obrigações de informação do sistema financeiro para com a administração fiscal».

Por último, a resolução sublinha a necessidade de «um combate eficaz à fraude fiscal, através de um reforço acentuado dos meios de fiscalização e a eliminação do sigilo bancário para assegurar uma tributação mais justa e equilibrada da carga fiscal, de modo a que a grande maioria dos cidadãos possa pagar menos impostos sem prejuízo da estabilidade das receitas fiscais e dos meios necessários para o financiamento das funções sociais do Estado».

Coordenadora das CT's condena administração do Atlântico

O Secretariado Nacional da Comissão Coordenadora das CT's do Sector Bancário aprovou uma moção em que condena «o comportamento da Administração do BPA que, em clara violação da lei, interferiu com um órgão que lhe é totalmente alheio e que apenas responde perante a lei, os trabalhadores que representa ou em subordinação a decisões do poder judicial».

Esta posição refere-se à recente investida da Administração do BPA contra a Comissão de Trabalhadores que resultou na tentativa fracassada de encerramento das instalações em Lisboa, intento que concretizou na cidade do Porto.

A moção reclama a urgente reposição da legalidade no BPA, onde os direitos

dos trabalhadores estão «coarctados», nomeadamente o exercício do controlo de gestão.

A coordenadora manifesta a «mais completa solidariedade» aos trabalhadores do BPA, salientando a «atitude corajosa de resistência que têm demonstrado e o empenho de tudo fazer para que dentro deste Banco o respeito pela lei seja retomado e o papel da CT reconhecido».

A moção que foi enviada aos principais órgãos de poder, comissões de trabalhadores, sindicatos e outras entidades, exige da Administração do BPA «a reabertura imediata das instalações da CT na cidade do Porto e a não interferência no funcionamento do órgão». (Ver entrevista sobre este tema na página 21).

Barreiro diz Não a resíduos industriais

O Barreiro diz não ao projecto de instalação da Estação de Tratamento de Resíduos Industriais na Quimiparque. Esta a decisão assumida pela Câmara e pela Assembleia Municipal do Barreiro, entretanto divulgada em conferência de imprensa. Porque não é no coração de uma zona urbana que hoje se localizam este tipo de instalações. Porque o Barreiro já sacrificou gerações ao modelo industrial assente na indústria química pesada, uma realidade que com grande esforço se tem vindo a tentar inverter.

A decisão do Governo de localizar no Barreiro a Estação de Pré-Tratamento de Resíduos Perigosos é condenada pela Câmara Municipal do Barreiro, quer por ignorar qualquer diálogo prévio, quer por ignorar as realidades locais.

Em comunicado de imprensa, a Câmara lembra que, se o Barreiro sacrificou gerações ao modelo industrial assente na indústria química pesada, se o Barreiro sofreu a nível externo o anátema de zona poluída e de local de pouca atractibilidade e portanto pouco competitivo em relação às dinâmicas de progresso e desenvolvimento actuais, se esse modelo foi perverso, porque ao ser substancialmente abandonado deixou apenas o desemprego e um concelho marcado por uma imagem urbana desventrada pelo crescimento anárquico e pela degradação estética do parque urbano construído, não é justo que hoje seja escolhido para a localização de instalações que retoma essa imagem negativa.

Também a Assembleia Municipal do Barreiro recusa a decisão do Governo e sublinha que o estudo de impacte ambiental mostra que a localização de uma estação deste tipo deverá ser afastada de aglomerados populacionais, pelo que só a aplicação de critérios economicistas que defendem interesses empresariais sem ter em conta a segurança, a saúde e o bem-estar das populações podem sugerir a sua localização num parque empresarial integrado num tecido urbano.

De notar que a Quimiparque é actualmente um parque empresarial, e não apenas industrial, que inclui empresas de serviços e nomeadamente um grande centro comercial com 3 salas de cinema e um ginásio de manutenção.

Acresce que este espaço é envolvido pelas freguesias do Barreiro, Lavradio e Alto do Seixalinho, onde reside mais de metade dos habitantes do concelho e se concentra a maioria dos serviços públicos, incluindo o Hospital distrital, centros de saúde e escolas, de par de grande actividade associativa e de lazer.

No documento divulgado pela Câmara sublinha-se ainda que o Barreiro não se está a pôr de fora do problema do tratamento de resíduos industriais. Concretamente, no seu complexo industrial, produz hoje, de acordo com os estudos existentes, cerca de 3500 toneladas por ano, mas,

simultaneamente, são tratadas cerca de 40.000 toneladas de resíduos industriais.

É neste quadro que Câmara e Assembleia Municipal recusam a decisão do Governo e afirmam a sua determinação em prosseguir a luta. Uma luta também partilhada pela Juventude Comunista Portuguesa do Barreiro, que propõe um projecto de desenvolvimento humanizado onde os seus habitantes se reconheçam e recu-

sa o projecto actualmente em discussão pública, por este não ir ao encontro das aspirações do povo barreirense.

Alhandra e Moita tomam posição

A Assembleia de Freguesia do Vale da Amoreira, Concelho da Moita, decidiu manifestar a sua preocupação face à anunciada intenção do governo em proceder à incineração de resíduos tóxicos em fábricas cimenteiras, entre as quais a Secil no Outão, bem como, estabelecer na Quimiparque no Barreiro uma estação de recolha e pré-tratamento daqueles resíduos.

Uma proposta da CDU, aprovada por unanimidade, que defende que sejam procuradas soluções para obrigar ao trata-

mento de resíduos tóxicos, assentes no pressuposto de que os seus produtores devem ser responsáveis pelo pré-tratamento e que acautelem a segurança das populações, a saúde pública e o ambiente.

Também os autarcas da freguesia de Alhandra e da Câmara e Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira aprovaram um manifesto concelhio contra a possibilidade de escolha da cimenteira alhandrense para queimar resíduos tóxicos.

No documento, os autarcas informam a população sobre o estudo sobre a Eliminação de Resíduos Industriais Perigosos pelo Sector Cimenteiro, considerando que a escolha da CIMPOR e Alhandra vai comprometer não só os projectos de requalificação e investimento que se pretendem desenvolver como também põe em risco a saúde pública.



O Barreiro luta por criar uma nova imagem

Regionalização em debate

A regionalização é, neste momento, tema de debate um pouco por todo o país e, em particular, ao nível local e municipal.

Em Sines, a CDU apresentou uma moção, que contou com o voto contra do PSD, em que se apela à população para que vote SIM no próximo referendo sobre a regionalização.

No documento, a CDU sublinha os efeitos positivos da regionalização na organização social, política e económica do país. Por via do aprofundamento do regime democrático; de uma profunda reforma da administração pública; de uma superior eficácia na utilização dos recursos nacionais; a colocação de um ponto final na longa tradição centralista do país, ao descentralizar competências e recursos do poder central para as regiões, em simultâneo com o reforço do municipalismo; dar corpo ao princípio da subsidiariedade; pela criação de condições para a introdução do mecanismo de coordenação horizontal dos serviços públicos na região.

A Assembleia Municipal de Almada, decidiu, por maioria, aprovar uma moção de apoio à regionalização em que sublinha que esta tem como objectivo fundamental a descentralização do poder, aproximando o seu exercício dos cidadãos, sem afectar as prerrogativas de Estado-Nação.

A moção lembra que esta descentralização será concretizada num país que ao longo dos séculos se encontrou quase permanentemente numa situação de concentração política de poderes, sem partilha equitativa e numa perspectiva centralista.

A Câmara Municipal da Moita aprovou, por unanimidade, uma moção pela regionalização, que considera como «o ordenamento político mais eficaz da administração pública para a correcção das assimetrias no desenvolvimento nacional, ao mesmo tempo que permite a racionalidade e a justiça relativa na mobilização de recursos e no direccionamento de investimentos».

Jovens agricultores pela regionalização

Dez razões para o Sim

«De Norte a Sul, Portugal, um só país, tem várias agriculturas», lembra a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal – Norte, em documento sobre a regionalização.

Porque, «para respeitar e defender melhor a lavoura precisamos agora de criar as Regiões Administrativas», a AJAP avança com dez razões para o SIM.

Uma primeira razão é a necessidade de mudanças positivas na administração pública, «mudanças capazes de fazer respeitar as características e aproveitar os potenciais agro-florestais de cada região».

Acresce a necessidade de «mais e mais rápidos apoios técnicos e financeiros, regionalizados», para garantir melhores rendimentos, à semelhança de países em que já está feita a regionalização. Como é o caso dos subsídios aos agricultores espanhóis e franceses, para recolha de leite nas regiões do interior ou para ajuda ao escoamento de produtos em alturas de crise.

De entre as outras razões para o SIM, invocadas pelos Jovens Agricultores, contam-se uma maior produção agrícola e menos papéis, escolher

as caras dos mais próximos representantes, ter mais perto um conjunto operativo de serviços públicos à lavoura.

Em causa estão, igualmente, questões como uma mais justa aplicação dos dinheiros públicos e da União Europeia nos investimentos locais e regionais e a garantia de ajudas e outros apoios regionalizados, «para garantir que as nossas principais produções regionais, o leite e a carne, o vinho, o azeite, etc., não desapareçam da nossa região e passe quase tudo para umas, poucas, zonas de produção intensiva e para a mão de meia-dúzia de grandes industriais do sector». A que se soma a necessidade de controlar a invasão pelas importações de produtos estrangeiros.

Fazer ouvir a sua voz junto de quem passa a ter poder de decidir em cada Região, é mais uma das razões que a AJAP invoca, «tendo nomeadamente em vista projectos de desenvolvimento local e regional que sirvam a agricultura familiar em cada região».

Trata-se, no fundo, de viver melhor nas nossas aldeias e vilas rurais.

A concluir, a AJAP, organização filiada na CNA – Confederação Nacional da Agricultura, adverte que «a regionalização, só por si, não será a varinha de condão capaz de resolver todos os nossos problemas». Mas, «com a regionalização, com mais democracia e descentralização», os camponeses ficam em melhores condições para defender e promover os seus direitos e interesses, «defender e promover, em cada região, a lavoura nacional».



Agricultura familiar ganha com a regionalização, defendem os jovens agricultores

ÉVORA PS prossegue abusos

A divulgação do número de telefone da CCRA para a marcação de presença numa iniciativa do Forum Alentejo/PS sobre o futuro da Câmara Municipal de Évora, é «mais um exemplo da abusiva utilização de meios públicos ao serviço do PS» e do seu vereador José Ernesto - também líder do Forum -, contra a Câmara Municipal.

A acusação pertence à Direcção da Organização Regional de Évora do PCP que, face «a tais comportamentos e atitudes», decidiu mais uma vez denunciar publicamente «a ilegalidade em que se encontra o dr. José Ernesto» ao acumular o cargo de presidente da CCRA com o de vereador do PS na Câmara Municipal.

SANTARÉM Grave situação na agricultura

Após reunião para analisar a situação política nacional e a sua incidência a nível regional, a Direcção da Organização Regional de Santarém manifestou a sua preocupação com a grave situação que a agricultura vive na região, particularmente nas produções da vinha, frutas e produtos hortícolas.

Também a ausência de resposta por parte do Governo na adopção de medidas excepcionais preocupa a DORSA que, manifestando a sua solidariedade com os agricultores atingidos pelas intempéries, sunhina a necessidade de «ser accionado o Fundo de Calamidades» e a disponibilização de outros meios financeiros extraordinários previstos na resolução aprovada pela Assembleia da República por proposta do Grupo Parlamentar do PCP.

COIMBRA Contra instabilidade laboral

Também a Comissão Concelhia de Coimbra analisou a difícil situação laboral da região, designadamente no sector têxtil - com redução de postos de trabalho, salários e subsídios em atraso (Textilândia), pagamentos com atraso de salários (Rifer) e violação dos direitos dos trabalhadores (Colsi) - e, alertando para as alterações das leis laborais que o PS pretende, afirmou que estas, a serem aprovadas, «colocarão nas mãos do patronato instrumentos poderosos» para uma maior exploração dos trabalhadores, particularmente dos jovens trabalhadores e para uma maior instabilidade laboral.

BRAGANÇA Língua mirandesa já oficial

O novo Plano Rodoviário Nacional «não contempla um só km de auto-estrada para o distrito», denuncia a DORBA do PCP que, por essa razão, decidiu propor ao Grupo Parlamentar chamar à Assembleia de República o respectivo Decreto-Lei, para retificação, propondo que os troços do IP4 e do IP2 passem a auto-estrada e a contemplação no Plano das propostas aprovadas pelo executivo da Câmara Municipal de Bragança. Entretanto, o PCP congratula-se com o facto da AR ter aprovado, com os seus votos, a língua mirandesa como língua oficial, o que - através da elaboração e edição de documentos como a gramática ou literatura - permitirá «preservar e divulgar» uma língua que é falada em «todo o Planalto Mirandês», por cerca de 15 mil pessoas.

No que respeita aos danos causados à agricultura pelas intempéries, a DORBA decidiu recomendar à Comissão de Agricultura o levantamento exaustivo da situação, no sentido de uma tomada de posição com vista à resolução dos problemas existentes.

OVAR Poluição é «insustentável»

A fábrica de papel INDUPEL, há várias décadas instalada na zona do Carril, em Ovar, está a provocar as reclamações dos residentes na área e de quantos sofrem as consequências do «atentado ambiental» que ela representa, nomeadamente na Escola Primária dos Combatentes e na Escola Secundária Júlio Dinis.

Uma delegação do PCP, integrando Manuela Mourão, eleita da CDU na Assembleia de Freguesia de Ovar, deslocou-se ao local onde, depois de falar com os residentes, constatou que, devido ao crescimento da cidade, o impacto desta indústria altamente poluente está a criar uma situação «insustentável», seja a nível de barulho, de cheiro, de vibrações ou derrames de óleo na via pública.

A existência, em plena cidade, de uma unidade fabril que despeja sem tratamento os seus efluentes para o rio Cáster e as dificuldades de acesso que os camiões provocam, são outros aspectos do problema que levaram o PCP a apelar ao Presidente da Câmara Municipal para que informe as populações sobre o andamento do processo de transferência da fábrica para a freguesia de Arada.

Agricultura PCP exige mudança de política

«A substituição de ministros serve, a maioria das vezes, para desculpar o Primeiro-Ministro e o Governo pelas políticas que executam», afirmou aos jornalistas Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP, na conferência de imprensa, realizada a 30 de Setembro. Na ocasião, Agostinho Lopes proferiu uma declaração (que a seguir se transcreve) com a análise do PCP sobre a situação da agricultura nacional.

1. Como várias vezes o PCP tem salientado, o problema da agricultura portuguesa não é uma questão de ministros. A questão central é a da política agrícola prosseguida. O que continuamos a exigir é a mudança de política. O que se impõe é a viragem para uma política agrícola orientada pelos interesses do País, conduzida conforme os interesses dos pequenos e médios agricultores e assalariados agrícolas portugueses.

2. O Governo PS e o ministro da Agricultura só podem queixar-se de si próprios pela situação a que se chegou neste importante sector:

- não responderam, nestes já mais de três anos de governo, às expectativas dos agricultores dando continuidade, em aspectos essenciais, à política dos governos PSD/Cavaco Silva,

quer no plano interno quer comunitário;

- manifestaram uma evidente incapacidade para lidar com situações de crise, como a que se vive no momento, decorrente de acidentes climáticos diversos e dos problemas em torno da BSE;

- realizaram uma gestão desastrosa do Ministério da Agricultura, em que orientações políticas erradas ou desajustadas se somaram frequentes vezes a declarações públicas dos seus responsáveis, que no mínimo se podem considerar inconvenientes.

3. A crítica global que fazemos à política agrícola prosseguida pelo Governo PS, não pode deixar de ser acompanhada pela denúncia da hipocrisia e falta de escrúpulos políticos com que o PSD se tem manifestado sobre a matéria, dadas as suas responsabilidades



pelos principais problemas da agricultura portuguesa. Acusação que estendemos ao PP/CDS e à CAP que, ao longo destes anos, apoiaram, quando não aplaudiram, alguns dos aspectos essenciais dessa política: reforma da PAC de 1992, «venda da» 2ª reforma do período de transição, políticas de sanidade animal, seguros agrícolas, etc., etc.

4. Queremos finalmente referir que, independentemente de possíveis evoluções na titularidade da pasta do Ministério da Agricultura, a exigência que continuamos a fazer é a de que o Governo PS/António Guterres tome as medidas necessárias para responder aos graves problemas com que os agricultores

portugueses estão confrontados no presente momento:

- a resposta aos problemas da calamidade agrícola, conforme a Resolução aprovada na Assembleia da República, segundo proposta do Grupo Parlamentar do PCP;

- a necessidade de um cuidadoso e activo acompanhamento da grave situação existente com a BSE. Para um melhor apuramento da situação será realizada na Assembleia da República, por proposta do PCP, uma Audição Parlamentar nos próximos dias 7 e 9 de Outubro;

- a consideração de medidas urgentes para os mercados pecuários de bovino e suíno, a braços com graves problemas de escoamento e baixas de preços.

Queima de resíduos tóxicos sem plano global de gestão

O Projecto de Eliminação de Resíduos Industriais pelo Sector Cimenteiro, que desde finais de Agosto se encontra em fase de inquérito público, tem sido atentamente acompanhado pela Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP.

O projecto, que decorre da opção do Governo pela «co-incineração em unidade cimenteiras nacionais, como forma preferencial de tratamento dos resíduos industriais perigosos incineráveis», contempla como opção possível a fábrica Cimpor em Alhandra,

onde naturalmente teria um forte impacto. Mas, para o PCP, esse impacto far-se-ia também sentir mais ou menos directamente nas freguesias de Vila Franca de Xira, São João dos Montes, Sobralinho e Alverca.

A queima dos resíduos tóxicos é uma questão de âmbito nacional, ligada à forma de organização e funcionamento da economia portuguesa e aos interesses que a dominam, dizem os comunistas, lamentando a inexistência em Portugal de um sistema global e integrado de gestão dos resíduos

industriais e de uma política de prevenção e redução da produção e nocividade destes. Porém, em sua opinião, «qualquer opção deve minimizar os riscos e prejuízos para o bem-estar das populações».

Ora, a fábrica Cimpor, situada na malha urbana da freguesia de Alhandra - onde vivem cerca de 8 mil pessoas -, está rodeada de uma zona de onde, apenas num raio de 5 km, residem cerca de 70 mil pessoas.

Daí que o PCP considere a opção por Alhandra «extrema-

mente negativa e prejudicial» para as populações do município e apoie a acção desenvolvida pela população e pelos órgãos autárquicos no sentido de a inviabilizar.

Também em Coimbra, a Comissão Concelhia do PCP se debruçou sobre o impacto ambiental da incineração de resíduos industriais em fábricas cimenteiras, tendo concluído que esta não deve ter lugar na unidade de Souselas da Cimpor. Quer pelos riscos do transporte de resíduos do Barreiro para o Norte, quer pelos danos que, há longos anos, o povo de Souselas tem vindo a ser sujeito, quer, ainda, pela poluição atmosférica que irá recair sobre a cidade de Coimbra.

Por seu lado, a Comissão Concelhia do Barreiro «opõe-se firmemente a qualquer tentativa de instalar no concelho uma Estação de Recolha e Pré-Tratamento de Resíduos Industriais» perigosos e não perigosos. O próprio estudo de Impacto Ambiental confirma as «consequências negativas» da sua instalação que, a verificar-se, não só poria em risco «a saúde e a qualidade de vida das populações», como significaria «uma inversão completa da estratégia de desenvolvimento e requalificação consignada no PDM do Barreiro».

Há muito que o PCP defende a necessidade de encontrar uma solução para os resíduos industriais depositados na actual Quimiparque. Opõe-se, contudo, à solução apresentada pelo Governo, que «favorece os interesses de grandes grupos económicos em prejuízo do Barreiro e das suas gentes».

CAMARADAS FALECIDOS

Horácio Mendes Guimarães

Faleceu recentemente, com 78 anos de idade, o camarada Horácio Mendes Guimarães. Destacado antifascista, foi membro da Organização Concelhia de Guimarães.

Libério da Silva Costa

Faleceu, com 82 anos de idade, o camarada Libério da Silva Costa. Membro do Partido desde 1977, militava na organização da Cova da Piedade.

Manuel António Brito

Vítima de doença grave, faleceu recentemente, com 54 anos de idade, o camarada Manuel António Brito. Natural de Baleizão, residia na Idanha-Belas, concelho de Sintra, onde estava organizado.

Maria Vitória Graça Alves Pratas

Faleceu no dia 29 de Setembro, no Hospital

Distrital de Beja, vítima de acidente de viação, a camarada Maria Vitória Graça Alves Pratas, de 65 anos, funcionária pública. Membro da Comissão Concelhia de Ourique, mostrou sempre disponibilidade para qualquer tarefa que o Partido lhe colocava e que desempenhava com grande dedicação. No seu funeral participaram muitos camaradas e amigos e uma delegação da Comissão Concelhia de Ourique.

Vítor Manuel Teles d'Almeida d'Eça

Faleceu no passado dia 19 de Setembro, com 61 anos de idade, o camarada Vítor Manuel Teles d'Almeida d'Eça, natural de Leiria. Era reformado da Função Pública. Foi eleito na freguesia de S. Cristóvão e S. Lourenço até ao último mandato, sendo muito considerado e estimado pelos camaradas e eleitos de outras forças políticas.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

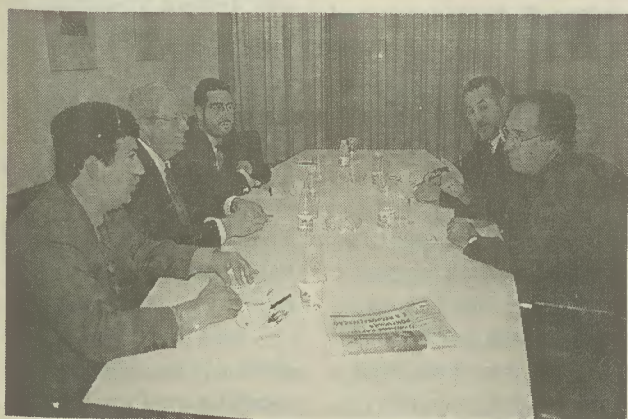
Madeira

PCP realiza V Congresso

Com a presença do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, de Luís Sá, membro da Comissão Política, e de Rosa Rabiais, do Secretariado do CC, decorreu, no passado fim-de-semana, no Funchal, o V Congresso Regional do PCP/Madeira, sob o lema *Mais força às populações*.

Região insular atlântica, integrada no espaço europeu, o PCP/Madeira convidou para o

V Congresso os seus «congéneres» dos Açores e Canárias, que se fizeram representar res-



PCP recebe associação de empresas

No passado dia 1 de Outubro, uma delegação do PCP, integrando o Secretário-Geral, Carlos Carvalhas, e Agostinho Lopes, membro da Comissão Política, recebeu, no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, uma delegação da Associação das Micro, Pequenas e Médias Empresas de Portugal (AMPME), dirigida pelo presidente da sua Direcção Nacional, Pedro Fernandes.

pectivamente por Decq Mota e Segundo Martinez, dando dimensão mais ampla a uma realização que, «antes de ser dos comunistas madeirenses, é de todos os que lutam por uma sociedade mais justa e fraterna.»

Durante os dois dias de Congresso, os comunistas reflectiram sobre algumas ideias que há muito vinham amadurecendo: rejuvenescer e renovar o Partido, intensificar a sua intervenção e luta, tendo desfilado pela tribuna do Congresso muitos militantes que deram conta das actividades levadas a cabo nas várias frentes de trabalho e de luta, junto das populações e dos trabalhadores.

Com uma boa participação de delegados e convidados, este congresso foi animado pelos resultados conseguidos pelo Partido, através de uma intervenção que aposta na renovação para um trabalho mais eficaz.

No espaço que separou o IV do V Congresso - cerca de dois anos e meio - o PCP viu o seu prestígio aumentado e reconhecido na Região, obteve óptimos resultados eleitorais, liderou e apoiou inúmeros movimentos de luta - alguns dos quais ainda

activos -, melhorou a organização interna e descentralizou a sua intervenção com a abertura de dois novos centros de trabalho.

Ao mesmo tempo, o PCP defendeu, ao lado das populações, várias reivindicações - incluindo as que o Governo Regional decidiu não considerar prioritárias por serem «apadrinhadas» pelos comunistas -, contestando sistematicamente o «comportamento de exploradores de colonos», assumido pelos governo e pelos autarcas «laranja».

O V Congresso sublinhou a evolução verificada na maneira de pensar e agir das populações - «lenta mas firme e irreversível» -, para a qual os comunistas muito contribuíram.

Por fim, a assembleia magna dos comunistas da Madeira, elegeu por unanimidade Edgar Silva como Coordenador Regional, alargou de 15 para 23 o número de elementos da Direcção da Organização Regional, extinguiu o Conselho Regional e criou o Encontro Regional de Quadros, um órgão mais amplo que reunirá pelo menos duas vezes por ano para discutir e deliberar sobre as orientações do Partido para a Região.

Montijo

Presidente avilta a população

A Assembleia de Freguesia do Montijo recusou, no passado dia 11 de Setembro, a pretensão da presidente da Câmara Municipal, Amélia Antunes, e do PS em mudar o Cais Fluvial de Passageiros para o Seixalinho, decisão com a qual a Comissão Concelhia do PCP se congratula.

Os comunistas denunciam, porém, as declarações «irresponsáveis, levianas e aviltosas» do bom nome daquele órgão autárquico, feitas em Assembleia Municipal pelo sr. Evangelista e pela presidente do Montijo, no sentido de ter havido «manipulação» na realização e nas conclusões da Assembleia de Freguesia.

Entretanto, a Concelhia do PCP estranha que o actual Executivo quisesse dar andamento ao projecto de urbanização da Mundett, uma vez que ele incluía terrenos reclamados por dois proprietários distintos e uma superfície comercial lesiva dos interesses do pequeno e médio comércio local, que não foi ouvido sobre o assunto. E, por outro lado, reclama que a Câmara assuma as suas responsabilidades quanto aos créditos que os trabalhadores lhe concederam e pague aos trabalhadores «as horas extraordinárias e dias de descanso de compensação.»

O PCP analisou também o «flagelo do desemprego» no Montijo - números oficiais

apontam para mais de 2000 inscritos no Centro de Emprego -, concluindo que ele resulta da «falta de medidas de dinamização da indústria ligeira», pela Câmara, designadamente na captação de investimentos.

Através do seu Grupo Parlamentar, os comunistas vão propor a inclusão no PIDDAC de um conjunto de obras necessárias ao concelho, exigindo, ainda, a aplicação do Projecto de Lei do PCP, aprovado na Comissão da Agricultura da AR, que obriga à dotação de verbas adicionais do orçamento de Estado para cobrir os danos que as recentes intempéries infligiram aos agricultores. E, alertando para a ameaça que paira sobre o

sector da carne de porco, com a invasão de carne estrangeira, exige que o Governo ponha, igualmente, em prática a lei igualmente proposta pelo PCP, e aprovada na AR, que cria o Observatório das Importações e Exportações dos Produtos Agrícolas e Pecuários.

Por fim, a Concelhia do PCP, para atenuar os impactos negativos resultantes da construção da Ponte Vasco da Gama (por que, aliás a CDU - contra a opinião do PS - sempre se bateu), sublinha a actualidade do Memorando do anterior Executivo da CDU, que, para esse efeito, reclamava do Governo um investimento de mais de 16 milhões de contos.

LISBOA

Escolas abrem com «problemas velhos»

«O novo ano lectivo começa com problemas velhos» e «novos embaraços» pela não aplicação do decreto-lei que determina os apoios aos alunos com necessidades educativas especiais e a existência, portanto, de turmas sobrelotadas, acusa a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP. Para o Governo o que é preciso é abrir as escolas na «data estabelecida.» Entretanto, mantém-se a insuficiência de verbas em escolas e a penalização de professores pela imposição ilegal das modificações ao Estatuto da Carreira Docente, persiste a barreira do numerus clausus, criam-se novos obstáculos ao ensino superior com o aumento das propinas. Problemas que, segundo o PCP, poderiam ser minorados se houvesse «vontade política por parte do Governo, com o reforço de verbas para a Educação no próximo Orçamento do Estado». Ainda que a educação e o ensino, dizem, dependam muito da melhoria da qualidade de vida e da resolução de problemas como o desemprego, a habitação, o acesso à saúde, a miséria e a exclusão social.

ALGARVE

Traçado de vias gera polémica

A Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP apresentou ao Grupo Parlamentar comunista algumas propostas a defender quando da discussão do Plano Rodoviário Nacional na AR, entre as quais a conclusão da Auto-Estrada do Algarve e do traçado da Via do Infante e o anúncio público pelo Governo do calendário para a execução das referidas obras.

O PCP acusa o Executivo de não ter ouvido as autarquias e as populações na definição do traçado destas infra-estruturas, o que gerou uma polémica que, independentemente do respeito que «merecem as questões ambientais», «tem servido de justificação ao Governo para cobrir atrasos da sua inteira responsabilidade». Atrasos contra os quais as estruturas regionais do PS têm protestado, «na tentativa de branquear» o seu partido.

A DORAL, apoiando o traçado proposto na solução central poente e a construção do IC 27, considera indispensável que se clarifique a quem vai caber a responsabilidade da manutenção da Rede Regional de Estradas e os motivos que levaram à omissão das estradas Nacionais 2 e 120.

AÇORES

Direita quer gerar crise política

Em declaração pública, o coordenador do PCP/Açores, José Decq Mota, denuncia as atitudes, «geradoras de um ambiente de crise política», desencadeadas nas últimas semanas pelo PP e o PSD. Tratando-se de atitudes, até à data, sem «expressão institucional» no que respeita a atitudes concretas, elas incluem, contudo «referências a moções de censura ao Governo, «convites para o Governo promover uma moção de confiança e sugestões para o Governo se demitir.»

José Decq Mota manifesta-se contra esta estratégia e diz que os comunistas lutaram durante muitos anos «contra o poder absoluto do PSD», pelo que irão continuar a defender a concretização da «mudança» para que contribuam.

Assim, o PCP adverte que, «no caso de vir a ser promovida pelo PP e PSD uma moção de censura», não a aprovará, porque, se o fizesse, «mais do que criticar o Governo minoritário, estaria a ajudar a abrir caminho para o regresso do PSD ao poder e para a instalação do PP nesse poder, sem que esses partidos tenham ganho as eleições.»

LISBOA

Festa do «Avante!» sempre teve apoios

A propósito de notícias surgidas sobre o apoio da Câmara de Lisboa à Festa do «Avante!»/98, José Fidalgo, do PCP, interveio na Assembleia Municipal do passado dia 22 de Setembro, estranhando o teor de tais notícias.

Ainda que sendo uma iniciativa do PCP, a Festa do «Avante!» é visitada todos os anos por milhares de lisboetas e «cidadãos dos mais diversos credos e quadrantes políticos.»

Assim, como espaço onde, durante três dias, «é possível assistir a espectáculos de grande qualidade, participar em dezenas de debates, visitar exposições, ver e comprar artesanato e apreciar a gastronomia de todo o país», a festa tem recebido, desde a primeira edição, apoios para a sua construção e funcionamento. Nomeadamente da CML e dos seus diferentes presidentes - engº Aquilino, engº Abecasis, dr. Jorge Sampaio e, agora, dr. João Soares. Apoios, aliás, que nunca se esconderam, que são publicamente agradecidos e que se podem ver nos materiais concedidos a título de empréstimo.

José Fidalgo, convida, pois, os que falam da festa «sem a conhecer», para a visitarem no próximo ano.

Mercado da Ajuda

PCP promove audição pública

A Direcção da Zona Ocidental de Lisboa analisou os principais problemas das suas freguesias, considerando como prioridade de trabalho a situação do Casal Ventoso, para a qual é preciso encontrar soluções que respondam ao realojamento negociado com as famílias que habitam o bairro que não ponham em causa a construção dos equipamentos sociais necessários nem a abertura do bairro à cidade.

A situação do Bairro da Liberdade e a necessidade de a Câmara e a Junta de Freguesia de Campolide concertarem acções com as forças vivas e a população para a sua reconversão urbanística, foi outra questão abordada, a propósito da qual os comunistas vão promover uma audição pública.

Também o processo de reabilitação urbana do Convento das Bernardas, e a necessidade da sua aceleração, e a construção

do Mercado da Ajuda, na Boa Hora, foram motivo da apreciação dos comunistas que, em relação a esta última obra, exigem à Junta e Assembleia de Freguesia da Ajuda que respeitem os compromissos assumidos com as populações.

O PCP defende ainda a construção de um equipamento desportivo de média dimensão, junto ao Salão Portugal agora cedido pela Câmara ao Comité Olímpico Português, e, registan-

do com satisfação o reconhecimento pelo Governo do erro cometido no caso dos despejos dos reformados da GNR das casas localizadas na freguesia dos Prazeres, lembra que em resposta ao requerimento apresentado pelos deputados do PCP, foi assumido o compromisso de encontrar uma resposta adequada, particularmente para os reformados que não possuem habitação alternativa ou capacidade económica.

Gestão dos oceanos diz respeito a toda a Humanidade

- relatório de Lino de Carvalho aprovado no Conselho da Europa

A gestão dos recursos vivos marinhos, e dos oceanos em geral, é uma questão que diz respeito a toda a Humanidade e a todas as gerações, pelo que a nossa geração não tem o direito de, em nome da rentabilidade economicista das suas frotas e da sua actividade, esgotar esses recursos sem consideração pela sustentabilidade da sua exploração e pelo futuro das comunidades ribeirinhas. Esta a questão central do relatório do deputado comunista Lino de Carvalho sobre «A exploração sustentada dos recursos biológicos marinhos», recentemente aprovado na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

O relatório faz notar que «é hoje reconhecido que uma exploração irresponsável dos recursos biológicos marinhos, associada a profundas alterações dos eco-sistemas, estão na base do desequilíbrio que hoje se verifica em inúmeros stocks de várias espécies piscatórias», citando a propósito os exemplos do bacalhau e da sardinha. «Quanto ao primeiro - refere o documento -, a tonelagem pescada no Atlântico caiu praticamente para metade depois dos inícios dos anos 70. Quanto à sardinha, estão hoje em cima da mesa da União Europeia propostas com vista à redução, para 1991, de mais de 80 por cento do esforço de pesca nesta espécie».

Sublinhando que, neste terreno, «existe um défice de conhecimento sobre o estado real dos recursos e das causas da sua diminuição», o relatório propõe o aprofundamento «dos trabalhos de investigação científica sobre o estado dos recursos vivos marinhos», bem como o reforço dos «mecanismos de gestão e controlo do esforço de pesca». Por outro lado, e tendo em conta a multiplicidade de motivos que levam à redução dos stocks (excesso de exploração, alteração dos factores naturais ambientais, poluição dos oceanos, etc.), o relatório propõe, entre outras coisas, «uma perspectiva integrada e global, multidisciplinar e multi-sectorial, nos trabalhos de investigação científica sobre os oceanos, o que pressupõe uma maior cooperação entre os Estados, designadamente os Estados membros do Conselho da Europa». Ainda neste âmbito, o documento considera ser de todo o interesse a criação de uma Agência Marítima Europeia que «contribua para uma melhor coordenação e exploração dos conhecimentos e das experiências europeias a respeito dos oceanos».

Direitos inalienáveis

A importância económica e social dos oceanos e da gestão racional dos seus recursos não é negligenciável. Como recorda Lino de Carvalho no relatório que vimos citando, «as actividades marítimas da pesca representam 3 a 5 por cento do PIB dos países marítimos europeus», estimando-se «em mais de 400 000 o número actual de pescadores na Europa». Sabendo-se que cada emprego no mar está na origem de quatro empregos em terra, refere o documento, **pode-se concluir que as actividades ligadas às pescas são responsáveis por cerca de dois milhões de empregos**. Se a este aspecto se juntar o facto de a pesca «mergulhar em profundas e tradicionais raízes culturais da Europa», fácil se torna concluir da necessidade de «defender, preservar e garantir um futuro com qualidade de vida às comunidades ribeirinhas».

É neste contexto, prossegue o relatório, que a pesca costeira - exercida em geral na zona dos

mares territoriais - assume uma importância estratégica para a manutenção e desenvolvimento das múltiplas comunidades piscatórias ribeirinhas, em países como Portugal, Espanha, Grécia, França, Dinamarca, Noruega, Suécia, Chipre, entre outros, onde esse segmento de pesca representa cerca de 80 por cento das frotas e do emprego no sector. Desta realidade decorre a necessidade «de medidas específicas de controlo do esforço de

pesca nesta zona, e de restringir o seu acesso exclusivamente às frotas dos respectivos Estados - que nela exercem direitos de soberania inalienáveis e não partilháveis - sem prejuízo, obviamente, dos acordos existentes entre Estados». Pela mesma ordem de razões se justifica «um direito de preferência na zona contígua, com a consideração do seu alargamento em certas situações específicas (como nas zonas de arquipélagos) e a manutenção das 200 milhas sob jurisdição soberana de cada Estado, tendo embora em conta também aqui os acordos de cooperação e integração regional existentes como é o caso da União Europeia e da sua Política Comum de Pescas».

Controlar o acesso aos recursos

De acordo com o relatório de Lino de Carvalho, quer na pesca costeira quer na pesca de alto mar, «o controlo do acesso aos recursos é a pedra de toque de toda a política de pescas com base em medidas de gestão descentralizadas que tenham em conta as especificidades de cada zona e a diversidade das condições biogeográficas ou de produção das pescarias, bem como a relação existente entre a dimensão de cada frota de pesca e a dos respectivos stocks». Na opinião do relator, que faz uma abordagem crítica a dois dos sistemas de gestão dos recursos pesqueiros existentes, torna-se necessário fazer **um balanço de aplicação dos diferentes sistemas de gestão dos recursos haliêuticos e aplicar com rigor o Código de Conduta da FAO para uma Pesca Responsável, bem como generalizar a aplicação do princípio baseado na chamada 'abordagem de precaução', o que no essencial significa que na ausência de dados científicos suficientemente testados, devem ser tomadas medidas de prevenção antes dos problemas acontecerem**.

O relator alerta ainda para as duas condições que devem ser respeitadas, sejam quais foram os sistemas de gestão das pescas a aplicar: **que nenhuma política de redução do esforço de pesca se baseia exclusivamente numa política de abate de embarcações; e que qualquer redução do esforço de pesca, por razões estranhas à responsabilidade de pescadores e armadores, seja compensada com apoios sociais**.

Finalmente, tendo em conta que a exploração sustentada dos recursos biológicos marinhos é um dever de solidariedade entre gerações, o relatório aprovado pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa propõe que a comunidade internacional, com relevo para o próprio Conselho da Europa, desenvolva, a partir das escolas, uma campanha de sensibilização pública sobre os mares e os seus recursos.

PS chumba diplomas favoráveis aos trabalhadores

Ao optar pela abstenção, sabendo antecipadamente que tal representaria uma forma de os inviabilizar, dada a oposição do PSD e CDS/PP, de forma ínvia, o PS voltou a carimbar, na passada semana, com o seu voto, o chumbo de mais dois diplomas com incidência no plano laboral orientados para a salvaguarda de direitos dos trabalhadores. Qualquer deles subscrito pela bancada do PCP, visavam, num caso, a defesa de direitos em matéria de segurança no emprego, e, no outro, impedir práticas abusivas das entidades patronais lesivas da saúde dos trabalhadores e violadoras do seu direito à privacidade.

No que se refere a este último, em causa está, concretamente, a tentativa de instituir nas empresas práticas absolutamente condenáveis que ofendem a dignidade do trabalhador e que acabam por se constituir em factor de degradação das condições de trabalho.

Delas falou a deputada

comunista Odete Santos, citando, entre outros exemplos, o estabelecimento de horários para a utilização das instalações sanitárias a horas certas, a colocação de máquinas de ponto junto das mesmas para contabilizar o tempo gasto pelos trabalhadores nessas interrupções de trabalho e até,

imagine-se, a colocação de vídeo virado para as instalações, como acontece numa empresa da indústria química do concelho de Palmela.

Pôr cobro a este estado de coisas, que conferem «uma nova e dramática actualidade aos "Tempos Modernos" de Charlie Chaplin, como sublinhou Odete Santos, era, pois, o objectivo do diploma comunista, que pretendia constituir-se num primeiro passo na adopção de medidas tendentes a impedir a utilização abusiva das novas tecnologias na vigilância do trabalhador nos locais de trabalho.

A nada disto, porém, parece ter sido sensível a bancada socialista, confirmando, uma vez mais, pela prática, os compromissos e opções pelo grande capital que tenta durar em tempos de eleições.

Intervenção no Kosovo Posição de Veiga Simão carece de esclarecimentos

O Grupo Parlamentar do PCP quer ver esclarecidos o sentido e alcance das posições do Ministério da Defesa Nacional relativas ao emprego das Forças Armadas Portuguesas em operações militares no estrangeiro. Em causa estão afirmações do Ministro da Defesa, numa recente reunião informal de ministros da defesa da NATO, em que resolveu "disponibilizar" três F16, uma fragata e uma unidade operacional terrestre para intervenção militar no Kosovo.

Em carta dirigida ao Presidente da Assembleia da República, em que solicita a realização de um debate de urgência sobre o ocorrido, que reputa de enorme gravidade, o presidente do Grupo comunista, Octávio Teixeira, sublinha

que um posicionamento deste alcance não pode deixar de merecer uma imediata apreciação por parte do Parlamento.

Na sua missiva, recorda ainda que a disponibilidade manifestada tem como objecto uma intervenção militar num país estrangeiro, tendo sido feita à revelia de qualquer pronúncia do Presidente da República, da Assembleia da República e do Conselho Superior de Defesa Nacional.

«Acrece - salienta Octávio Teixeira - que o Ministro da Defesa defendeu ainda que a intervenção militar no Kosovo pudesse ser feita à revelia de qualquer mandato das Nações Unidas».

Até quando?

Todos conhecem aquele boneco do "valentão das dúzias" a alardear predicados que não tem, faltando-lhe em coragem e dignidade o que lhe sobra em prosápia e arrogância.

Pois foi precisamente a imagem que me surgiu quando lia (incrédulo) num matutino as declarações do Ministro da Defesa de Portugal.

A notícia (não desmentida) afirma que Veiga Simão defendeu em Vilamoura, na reunião de ministros da Defesa da NATO, que o novo conceito estratégico da NATO não deve consagrar uma posição rígida sobre a existência de um mandato político prévio a qualquer intervenção militar da Aliança. Traduzindo, significa defender que os americanos e os aliados ocidentais, quando se tratar de prosseguir os seus interesses estratégicos, como no caso da Bósnia ou agora na Jugoslávia, devem intervir pela força armada, quando e onde entenderem, sem que previamente as Nações Unidas se tenham pronunciado nesse sentido.

E isto apesar de se conhecer e constatar (ou decerto por isso mesmo) a instrumentalização crescente do papel dos sistemas de segurança colectiva, como a ONU e a OSCE, cada vez mais limitados nas funções para que foram criados, o que não pode deixar de representar um profundo golpe no

papel que muitos lhes auguraram no período pós guerra fria.

Mas, quando o próprio social democrata Gerhard Schröder, recém-eleito chanceler da poderosa Alemanha, afirma que a NATO não pode intervir no Kosovo sem mandato da ONU, as declarações do ministro Veiga Simão sobre este assunto, a acrescentar à oferta que fez de aviões, navios e unidades operacionais portuguesas para uma possível intervenção militar, são de uma enorme gravidade e constituem uma verdadeira questão de Estado, tanto mais grave quanto o estranho e comprometedor silêncio do Primeiro-Ministro, do Governo e dos outros órgãos do poder político.

Até quando este ministro de antigamente continuará a abusar da paciência dos portugueses? Nunca ninguém ousou ir tão longe.

Não podemos ficar calados, no Portugal democrático que queremos defender e consolidar. É por isso extremamente importante e oportuno o requerimento do Grupo Parlamentar do PCP para a realização de um debate de urgência na Assembleia da República sobre as posições do Ministro da Defesa Nacional relativas ao emprego das Forças Armadas Portuguesas em operações militares estrangeiras.

■ José Neto

Contra a vontade do PS Parlamento de acordo com a baixa do preço da electricidade

O Grupo Parlamentar socialista não conseguiu impedir que todos os restantes partidos com assento parlamentar fizessem convergir os seus votos para aprovar um projecto de resolução que recomenda a intervenção do Governo no sentido de uma descida de 15 por cento das tarifas da electricidade. Apenas com os votos contra do PS, a bancada comunista viu assim aprovado o seu requerimento preconizando "uma baixa generalizada dos preços da energia eléctrica (na ordem dos 15 por cento), tendo em particular atenção a baixa das tarifas para os consumidores domésticos".

No seu discurso, o presidente do Grupo Parlamentar do PCP justificou este diploma com o argumento de que "a electricidade é um bem de primeira necessidade para os cidadãos e para as empresas", a que cresce, por outro lado, o facto de seu preço, em Portugal, ser "exorbitante em termos relativos e absolutos".

Octávio Teixeira invocou ainda a circunstância de a EDP reunir todas as possibilidades para baixar as suas tarifas, "sem que isso afecte o seu necessário equilíbrio económico e financeiro".

"É comum afirmar-se que Portugal tem dos preços de energia eléctrica mais altos da União Europeia. É verdade, mas é muito mais do que isso", declarou Octávio Teixeira, para depois sustentar que, em 1997, de acordo com o Eurostat, e

tendo em consideração o poder de compra, "Portugal ocupava o quarto lugar dos preços mais elevados para a indústria" e, entre os quinze Estados-membros da União Europeia, "era o país com a electricidade mais cara para os consumidores domésticos".

"Não há razão para tão grande e injustificada diferença. Os cidadãos também têm o direito de ser protegidos contra a espoliação", sublinhou o presidente da formação comunista, antes de fundamentar as razões que estão na base do cálculo de 15 por cento para o valor atribuído à redução da tarifa.

Desde logo, explicou, porque sendo a empresa de electricidade da União Europeia com maior taxa de rentabilidade - depois de ter obtido em 1996 lucros declarados de 126 milhões, subiu para os 148 milhões

em 1997 e prevê-se que atinja os 200 milhões no ano corrente -, uma redução de 15 por cento é "total e folgadoamente suportável", em termos económicos e financeiros.

Mais concretamente, "se os preços das tarifas para consumos domésticos e industriais fossem em média reduzidos em 15 por cento", ainda assim, sublinhou Octávio Teixeira, a "EDP apresentaria lucros da ordem dos 110 milhões de contos em 1998", atingindo o autofinanciamento gerado pela empresa os 200 milhões de contos, "qualquer coisa como o dobro dos seus investimentos anuais".

Completamente desprovidos de sentido são ainda, no entender do Grupo comunista, quaisquer argumentos que pretendam justificar os actuais preços com base seja na lógica bolsista, seja na lógica da expansão (internacionalização) pela expansão, seja ainda na lógica da redução do défice orçamental.

"Que interesse económico tem para o País - inquiriu Octávio Teixeira - a EDP comprar uma empresa no Brasil por 90 milhões de contos que são sacados aos bolsos dos portugueses e aos custos das empresas nacionais?" "Nenhum", garantiu, na medida em que não há internacionalização, mas, tão só, quando

muito, «internacionalização» financeira, "que pode interessar aos seus accionistas privados, mas não aos consumidores portugueses, e muito menos quando são eles a pagar esses investimentos financeiros que apenas a outros aproveitam".

No entender do líder da bancada do PCP, por outro lado, não pode ser o interesse do Orçamento do Estado a "ditar

esta espoliação dos cidadãos", isto é, não é aceitável que o preço da electricidade funcione como "um autêntico imposto".

"Se o Governo quer aumentar os impostos para cumprir o mal-fadado Pacto de Estabilidade, faça-o às claras, enviando uma proposta de lei à Assembleia da República. Não pode é continuar a impor autênticos impostos ilegais", sustentou.

Revolta dos Marinheiros de 1936

O Presidente da Assembleia da República associou-se ao apelo do Grupo Parlamentar do PCP dirigido a Jorge Sampaio para que este concedesse os sete marinheiros ainda sobreviventes que participaram na Revolta do 8 de Setembro de 1936. Almeida Santos foi mesmo mais longe ao considerar que a única insígnia condigna para estes cidadãos é a Ordem da Liberdade. A questão foi suscitada pelo deputado João Amaral em intervenção evocativa da Revolta dos Marinheiros, acontecimento marcante na história da luta pela liberdade e contra a ditadura. Também a bancada socialista, por intermédio de Fernando Pereira Marques, considerou oportuna a iniciativa do PCP, associando-se ao tributo por este prestado e juntando a sua voz à da Comissão Promotora da Homenagem aos Marinheiros do 8 de Setembro.

Recordados por João Amaral foram, sobretudo, o valor histórico e a heroicidade dos que protagonizaram aquele acto de revolta contra a ditadura. "Nesse dia - lembrou - os marinheiros de três navios de guerra da Armada Portuguesa, os navios de 1ª classe «Bartolomeu Dias» e «Afonso de Albuquerque» e o contratorpedeiro «Dão», revoltaram-se e tomaram conta dos navios, com o objectivo de fazer um ultimato ao governo de Salazar para que este cessasse a repressão contra os marinheiros".

Da violência repressiva que depois se abateu sobre os 200 revoltosos falou ainda João Amaral - prestando homenagem aos mortos e aos que foram inaugurar o campo de concentração do Tarrafal - , para concluir que o "exemplo de dignidade cívica destes marinheiros não se perdeu".

Pelo contrário, "honrou para sempre a Marinha de Guerra Portuguesa e foi uma inspiração de coragem e determinação para os militares portugueses que em 25 de Abril de 1974 derrubaram o regime de Salazar/Caetano".

Crise bolsista

A queda vertiginosa ocorrida na passada semana na bolsa portuguesa, responsável por fortes dores de cabeça e por momentos de pânico nos pequenos investidores, não passou à margem do Parlamento, dando origem a posições diferenciadas dos principais partidos com assento parlamentar. Enquanto PS, PSD e PP fizeram a apologia de um aparente e infundada excesso de optimismo quanto à possibilidade de a bolsa portuguesa ultrapassar rapidamente a sua actual fase de instabilidade, a bancada comunista, pela voz do seu presidente, optou por uma reacção de prudência e sensatez.

Das bancadas do PS, PSD e CDS/PP veio uma posição unânime justificando o comportamento dos investidores na Bolsa de Lisboa com base em causas emocionais e não reais, uma vez que, disseram, há razões para crer na solidez das economias de Portugal e da União Europeia.

Diferentemente desta explicação, Octávio Teixeira entende que a quebra verificada na Bolsa de Lisboa se deve a uma crise, "que primeiro surgiu como meramente financeira, para apresentar agora indícios claros de se tratar de uma crise económica".

Contrariando a receita apontada pelo Fundo Monetário Internacional para ultrapassar a actual conjuntura de instabilidade, o líder parlamentar comunista defende que "não basta baixar as taxas de juro".

Pelo contrário, "é preciso haver um aumento global do poder de compra, porque há um fenómeno de sobreprodução e de incapacidade de consumo", sustenta Octávio Teixeira, para quem, ao nível político, é também necessário "colocar travões na especulação financeira mundial".

Segurança nas estradas



Está agendado para o próximo dia 14 um debate de urgência com vista a analisar "a situação de segurança

nas estradas portuguesas, particularmente no IP 5". Para o Grupo Parlamentar do PCP, que requereu a sua realização, este debate justifica-se plenamente face à gravíssima situação que se continua a viver nas estradas portuguesas em matéria de segurança.

Sublinhando que uma das mais graves situações é a do IP 5, estrada com intenso movimento onde ocorre "um número trágico de acidentes", a direcção da bancada comunista entende que importa adoptar medidas - aliás reclamadas pelas populações - que permitam "alterar profundamente as condições de segurança rodoviária com a urgência que a questão exige".

Relacionamento com grupos económicos



Estava previsto para ontem o início do inquérito parlamentar proposto pelo PCP ao relacionamento dos governos de Cavaco Silva

e de António Guterres com os grupos económicos. Na ordem de trabalho desta primeira reunião da Comissão estavam inscritos apenas, por um lado, a aprovação do regulamento interno da Comissão, e, por outro, o juramento dos funcionários da Assembleia da República que participarão nos trabalhos.

A mesa da Comissão de Inquérito é composta pelos deputados Guilherme Silva, PSD, que assume a presidência, cabendo a Júlio Meirinhos (PS) a vice-presidência, enquanto Moura e Silva (CDS/PP) e António Filipe garantem a qualidade de secretário.

O inquérito ao relacionamento dos governos de Cavaco Silva (e do PS) com os agentes económicos foi proposto pela bancada comunista, recorde-se, depois de o PSD ter apresentado um pedido no mesmo sentido para averiguar o relacionamento do executivo de António Guterres com destacadas empresas portuguesas.

"Vacac loucas" motivam audição



O ministro da Agricultura vai ao Parlamento amanhã, sexta-feira, debater em sede de Comissão a situação do alegado

acréscimo do número de casos da "doença das vacas loucas" em Portugal.

Esta decisão da Comissão de Agricultura, aprovada por unanimidade, surge na sequência da proposta do PCP para a realização de uma audição parlamentar sobre este "aumento de casos de BSE (Encefalopatia Espongiforme Bovina) em Portugal", situação que tem vindo a gerar fundadas preocupações em vários sectores, designadamente entre produtores, veterinários e consumidores. Para além do titular da pasta da Agricultura, a Comissão realizará audições com o Sindicato Nacional dos Médicos Veterinários e com as quatro Confederações de Agricultura nacionais.

PCP questiona pós Expo

A análise das contas e gastos da Expo 98 e o apuramento de responsabilidades por erros, desvios ou fraudes constituem uma exigência do Grupo Parlamentar do PCP, que se revela igualmente preocupado com a operação de reconversão urbana para aquela área e com o desemprego que vai atingir muitos trabalhadores.

Sem deixar de passar um olhar sobre o que de mais relevante ocorreu no período de quatro meses em que durou esta "realização nacional", que classificou como "um sucesso" - não obstante algumas observações críticas -, foi sobretudo no futuro que João Amaral pôs o enfoque da sua intervenção sobre a Expo 98.

Acabada a festa, em hora de balanço, ainda que prematuro quanto a considerações finais, o parlamentar comunista evidenciou ser da maior importância, sobretudo, o esclarecimento sobre o modo como funcionou a gestão e como falhou o sistema de controlo nas contas, descobertas que foram fraudes cuja investigação importa aprofundar com apuramento pleno de responsabilidades.

Igual atenção merece, noutra plano - em paralelo com a necessidade de serem adoptadas medidas que dêem resposta ao problema social dos trabalhadores atirados para o desemprego - a questão da reconversão urbanística que a realização da Expo 98 veio possibilitar, recuperando uma das áreas mais degradadas do País, uma operação de requalificação do território que importa prosseguir no estrito e rigoroso respeito pelas planos elaborados.

"Queremos que a Expo seja um espaço articulado com a cidade, e não uma ilha. Entendemos que a zona não deve servir para especulação urbanística, com uma massa excessiva de construção. Pronunciamos-nos por um adequado uso do espaço público, que deve ser aberto a toda a população, incluindo os espaços verdes", realçou João Amaral, igualmente defensor do "programa de anima-

ção" que mantenha uma boa relação dos cidadãos com o rio, bem como, noutra vertente, de "uma correcta articulação entre as funções habitação, lazer, serviços e outras actividades económicas".

Abordada pelo parlamentar comunista foi ainda a transição de competências no capítulo da gestão do território da Parque Expo para os municípios de Lisboa e Loures; questão relativamente à qual existe um protocolo cujo conteúdo está longe de contemplar todas as matérias.

Lembrando a inevitabilidade desta transferência, João Amaral fez notar, contudo, que ela "não pode significar sobre-encargos sobre os municípios", recordando ainda que importa que, desde já, "todas as decisões de planeamento e outras sejam objecto de acordo municipal".

Antes, pronunciando-se genericamente sobre a realização da Expo 98, João Amaral deixou palavras que não esconderam a apreciação no geral positiva da bancada comunista sobre o evento, abrangendo desde logo os que a "conceberam e dirigiram", mas também os que a "ergueram e fizeram funcionar", passando pela "imagem de qualidade do recinto e da sua arquitectura", pela "boa prestação da organização" e pela escolha dos oceanos como temática de fundo de toda a exposição.

Como notas críticas ficaram os preços praticados que inviabilizaram seguramente a presença de muitas famílias portuguesas, bem como a promoção internacional da Expo, que, na opinião de João Amaral, obedeceu sobretudo a uma lógica comercial, visando captar visitantes, quando teria sido possível compatibilizá-la com uma outra dirigida mais para a promoção de Portugal.

Em todo o caso, apesar das observações críticas, o que prevalece, assinalado por João Amaral, é o "sucesso" da iniciativa. Espera-se agora - as palavras são suas - "que o post-Expo não contrarie as expectativas criadas".

Guerrilhas colombianas propõem paz

O Exército de Libertação Nacional e o Exército Popular de Libertação apelou, no sábado, ao diálogo com o Governo colombiano, através de três dos seus comandantes actualmente detidos na prisão de máxima segurança de Itagüí: Felipe Torre e Antonio Galán (ELN) e Francisco Caraballo (EPL). A declaração foi transmitida em directo pela televisão, numa altura em que o Governo e os diversos dirigentes políticos se preparam para assinar um acordo que permita impulsionar o processo de paz.

Conservadores reeleitos na Austrália

A coligação liberal-conservadora foi reeleita nas eleições legislativas antecipadas, realizadas na Austrália no sábado. No fecho da nossa edição e apesar dos resultados finais não terem ainda sido publicados, o Governo liderado por John Howard tinha já uma maioria de 71 dos 148 mandatos no parlamento, enquanto os trabalhistas conseguiram 64. O partido de extrema-direita «One Nation» obteve 3,7 por cento dos votos e não conseguiu nenhum lugar, um resultado muito diferente do apontado pelas sondagens que previam a eleição de 12 a 15 deputados.

Camada de ozono diminui

Na segunda metade de Setembro registou-se a maior amplitude do «buraco» de ozono sobre o Antártico, com uma área equivalente a duas vezes e meia a da Europa. Segundo a Organização Mundial de Meteorologia, citada pela agência Lusa, no princípio de Setembro a área abrangida pelo «buraco» era de 16 milhões de quilómetros quadrados, passando para 25 milhões duas semanas depois. O limite máximo anterior foi atingido em 1993 e era de 22 milhões. Como referiu a OMM, o desaparecimento de ozono é provocado

Itália Refundação Comunista retira apoio a Governo

O Comité Político Nacional da Refundação Comunista decidiu, no passado domingo, não viabilizar o Orçamento de Estado para 1999 que será apresentado no final do mês pelo Governo. Esta moção, apresentada pelo secretário-geral do partido Fausto Bertinotti, foi aprovada por 188 votos a favor.

A moção manifesta «desconfiança em relação à política económica e social do Governo» e reflecte «um juízo negativo» sobre o orçamento para 1999, adiantando que os deputados irão «votar contra este projecto de lei e retirar a sua confiança ao Governo».

Oliviero Diliberto, líder

parlamentar da formação, já assegurou que todos os deputados comunistas irão votar contra o orçamento.

Uma outra proposta apresentada pelo presidente da Refundação Comunista, Armando Cossuta, que defendia o apoio ao executivo de Romano Prodi, recebeu 112 votos. Esta divisão no seio do

partido levou à demissão de Cossuta.

Face a esta perspectiva, o Governo corre o sério risco de ver o seu plano orçamental chumbado no Parlamento. Os analistas políticos apontam para duas possibilidades: a convocação de eleições antecipadas - proposta rejeitada por todas as forças, à excepção do partido de direita de Silvio Berlusconi -, ou a demissão de Prodi e a formação de um executivo técnico.

Esse eventual Governo funcionaria durante seis meses, até à eleição para a Presidência

da República, período em que a Constituição proíbe a dissolução do Parlamento. Carlos Azeglio Ciampi, actual ministro do Tesouro e da Economia, é referido como o possível líder desse executivo.

Uma terceira hipótese, a aliança do Governo com forças de centro, foi repetidamente rejeitada pelo primeiro-ministro.

Refira-se que em Outubro do ano passado, a Refundação Comunista aprovou o Orçamento de Estado para 1998, depois de Prodi ter prometido



Fausto Bertinotti

a aprovação de um projecto de lei de redução do horário de trabalho semanal de 40 para 35 horas.

Iniciativas no Porto

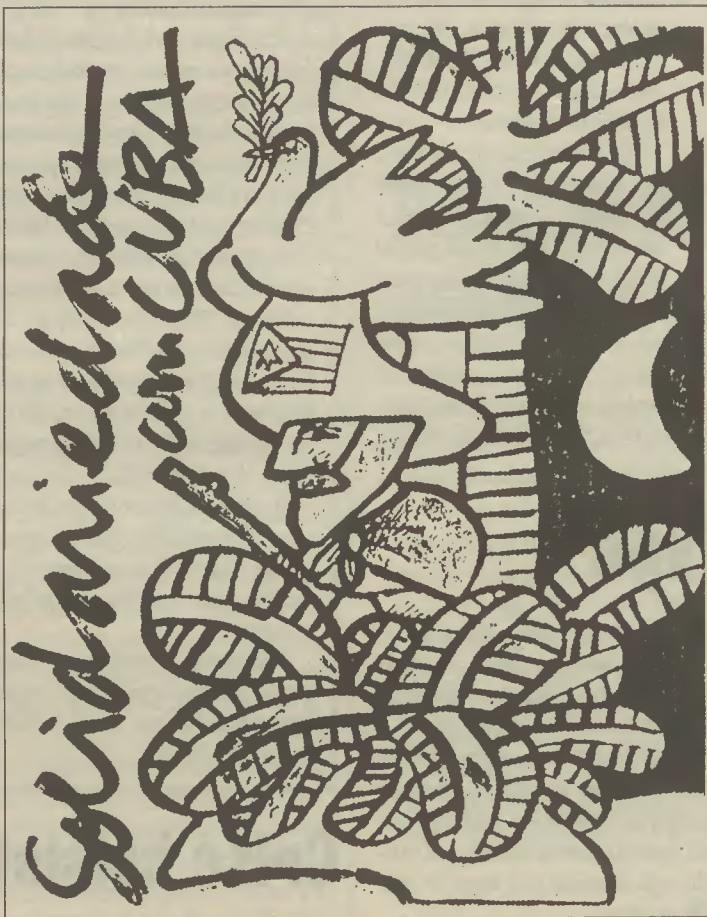
Novos apoios contra bloqueio a Cuba

A lista de apoios ao apelo de solidariedade com Cuba não pára de aumentar. A comissão organizadora das iniciativas contra o bloqueio que terão lugar nos próximos dias 17 e 18 no Porto por ocasião da Cimeira Ibero-Americana anunciou, na semana passada, o nome de numerosas estruturas que subscreveram o documento.

Entre elas encontram-se inúmeras organizações sindicais como a CGTP-IN, o Sindicato dos Bancários, o Sindicato dos Jornalistas, o Sindicato dos Professores do Norte, a Federação dos Trabalhadores Têxteis, o Sindicato da Função Pública, o Sindicato da Construção Civil, a Confederação dos Quadros Técnicos e Científicos, o STAL e a União dos Sindicatos do Porto.

A Federação Académica do Porto, as Associações Académicas de Lisboa e de Coimbra, o Conselho Nacional de Juventude e a Juventude Operária Católica fazem parte do conjunto de organizações juvenis e estudantis que apoiam o apelo, juntamente com a Federação Nacional das Associações de Trabalhadores Estudantes e a Federação das Associações de Organizações Juvenis do Porto.

De referir ainda a adesão da Associação 25 de Abril, do FITEI, do Conselho Português para a Paz e Cooperação, do Ateneu Comercial de Coimbra, da Voz do Operário, da Companhia de Teatro de Braga, do Movimento Democrático de Mulheres, da delegação do Inatel do Porto, do Sindicato de Poesia de Braga, da Federação das



Colectividades do Distrito do Porto, do Cineclube do Porto e da Confederação das Colectividades de Cultura e Recreio.

As iniciativas

Das iniciativas organizadas pela Associação de Amizade Portugal-Cuba e pela Comis-

são Regional do Porto Contra o Bloqueio destaca-se o desfile popular que se realiza no dia 17. A concentração terá lugar na Praça Carlos Alberto às 16 horas e terminará na Praça D. João I.

Nessa noite realiza-se um espectáculo de solidariedade no Centro de Desportos e Congressos de Matosinhos, com a participação de Sérgio Godinho, Jorge Palma, Carlos do Carmo, João Afonso, Luís Represas, Brigada Vitor Jara, Mísia, Manuel Freire, Vitorino, Janita Salomé, Realejo, Canto Nono, Coral de Letras da Universidade do Porto, Manuel Amorim, Minela e os galegos Teixadura e Uxia.

No dia 18 terá lugar uma corrida de atletismo, com partida e chegada ao Castelo do Queijo, e que conta com as inscrições de centenas de atletas, nomeadamente Rosa Mota, Albertina Dias, Luís Jesus e José Regalo.

Assembleia Municipal do Porto contra bloqueio

A Assembleia Municipal do Porto aprovou por maioria uma moção contra o bloqueio a Cuba, com apenas uma abstenção e um voto contra (ambos do CDS-PP).

A moção, apresentada pelos representantes da CDU, considera «um imperativo ético e humanitário» da Assembleia «manifestar publicamente a sua solidariedade com o povo de Cuba e reclamar o termo do bloqueio».

«Este bloqueio, agravado ainda nos últimos anos por novas disposições do Senado norte-americano, tem limitado gravemente o progresso económico, condicionado o desenvolvimento social do país e, ao impedir o acesso normal a bens essenciais como a alimentação, os medicamentos e a energia, tem causado enormes privações e sofrimentos ao povo cubano», lê-se no documento.

Greve geral no Equador

Os equatorianos estiveram em greve na sexta-feira passada para protestar contra as medidas económicas anunciadas pelo Governo em meados de Setembro.

Organizada por sindicatos e organizações indígenas, a greve geral teve um final violento, registando-se a morte de três pessoas na sequência de confrontos com as autoridades. As Forças Armadas fecharam algumas ruas e iniciaram a patrulha das localidades com tanques e automóveis.

Apesar do protesto, o Presidente do Equador afirmou que avançará com o seu programa de reajuste económico, em que se inclui o aumento do preço do gás de uso doméstico em 500 por cento, a supressão dos subsídios públicos para a electricidade e o gasóleo e a desvalorização da moeda em 15 por cento. Segundo Jamil Mahuad, o seu programa económico foi decidido com «muita valentia e firmeza, mesmo que isso possa significar a perda de popularidade».

A Conferência de Nacionalidades Indígenas (Conaie) suspendeu as suas iniciativas, mas adiantou que se realizará uma nova greve geral no próximo dia 17, caso não seja alcançado nenhum acordo com o executivo. Os líderes indígenas propõem a continuação dos subsídios em vez dos anunciados «abonos de pobreza», a compensação de 15 dólares mensais dirigida aos idosos com escassos recursos económicos e às mães com um filho.

A ministra do Governo, Ana Lucía Armijos, considerou os protestos justos, mas acrescentou que agirá com «mão firme contra quem atente contra a segurança ou os bens públicos ou privados».

Durante a jornada de protesto, Jamil Mahuad estava nos EUA, onde procurava atrair investimentos norte-americanos e pedir novos créditos junto a organismos internacionais. O Equador tem um défice de 1400 milhões de dólares.

Economia mundial à «beira do abismo»

O mês de Outubro começou mal. As quedas registadas nas bolsas dos mercados de capitais não pouparam ninguém, de Tóquio a Londres, de Lisboa a Washington. Na Ásia, Europa, Estados Unidos, América Latina, Rússia procura-se desesperadamente uma mensagem de confiança que evite o que já parece inevitável - o 'contágio' da crise financeira mundial.

A coroar uma semana de descalabro bolsista, o Fundo Monetário Internacional (FMI) veio a público dizer que o mundo está à beira de uma recessão global, o G-7 confessa-se incapaz de apresentar medidas concretas para estancar a crise, e os EUA falam «da mais grave crise financeira desde o fim da II Guerra Mundial».

No início da semana, Bill Clinton reuniu-se com os ministros das Finanças e os governadores dos bancos centrais das principais potências industriais, a quem alertou para a necessidade de «construir uma nova arquitectura financeira que permita promover o crescimento e, ao mesmo tempo, proteger a economia de cada um dos países».

Por seu turno, Henry Kissinger, antigo secretário de Estado norte-americano, escolheu as páginas do «Washington Post» para vir dizer que «o capitalismo continua a ser o melhor sistema para se alcançar o crescimento económico e para elevar o nível de vida das populações», alertando no entanto que «tal como o perigoso capitalismo do *laissez-faire* do século XIX resultou no marxismo, o globalismo indiscriminado dos anos 90 poderá

gerar um ataque à escala mundial contra o conceito de mercados financeiros livres». Kissinger deixa no ar um aviso curioso: «Mesmo as mais firmes democracias não aceitam o sofrimento sem limite em nome do mercado livre».

Entre outros, também o secretário americano do Tesouro, Robert Rubin, veio a público defender que «é urgente adaptar e reformar o sistema financeiro internacional».

A que se devem estas reflexões? Às sucessivas e cada vez mais fortes quedas nas Bolsas, sem dúvida, mas também às previsões pessimistas do FMI, cujas receitas para a saída da crise estão longe de reunir o consenso dos dirigentes internacionais.

Os riscos

Em meados da semana passada, o FMI apresentava em Washington o seu relatório anual, afirmando que a economia mundial «não está ainda em recessão global, mas apro-

xima-se claramente desse estado». Para o evitar, propõe, entre outras coisas, a redução das taxas de juro, não apenas nos EUA e na Europa, mas praticamente em todo o mundo. «É necessário avançar para uma política monetária mais expansionista no Mundo e é essa a recomendação que fazemos para 90 por cento da economia mundial», diz o FMI.

O relatório da organização não deixa margem para grandes dúvidas quanto à gravidade da situação: «Neste momento, a projecção é de um crescimento mundial de dois por cento», em 1998, quando há quatro meses era de 3,1 por cento, e não vai além dos 2,5 por cento para 1999; por outro lado, também «a probabilidade de uma recuperação em 1999 também diminuiu e intensificou-se o risco de um profundo, amplo e prolongado abrandamento». Como

comércio, assim como novas quedas nos mercados bolsistas e nos preços dos outros activos».

Mudar de rumo sem mudar de política

As propostas do FMI para evitar a «queda no precipício» não encontraram eco. Nem o Bundesbank, na Alemanha, nem a Reserva Federal americana, para citar dois exemplos, estão dispostos a baixar as taxas de juro. Os bancos centrais do G-7 não parecem dispostos a alterar a sua política monetária, enquanto nos EUA não se foi além de uma descida quase apenas simbólica de 0,25 por cento.

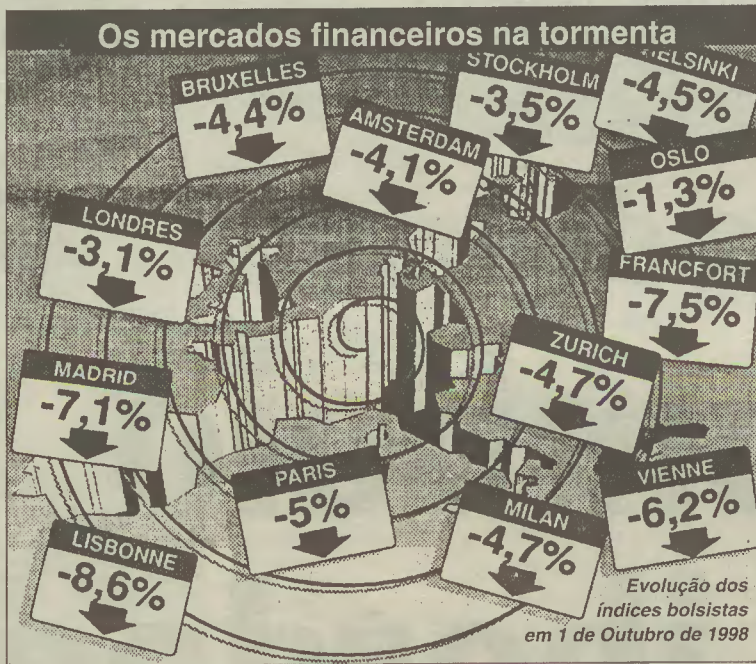
Se a política não é para mudar, mude-se então os organismos que até agora a têm posto em prática em todo o mundo, a saber o FMI e o Banco Mundial. Esta parece ser a «solução» em cima da mesa, embora ninguém saiba com que meios serão implementadas as mudanças destes organismos, e de que forma isso servirá para «ajudar os países injustamente afectados pela especulação, como Clinton diz pretender fazer, de modo a evitar que «os problemas de uma determinada região acabem por contagiar todo o mundo». É que, nos EUA, existe hoje uma maioria no Congresso que se recusa a desbloquear os 18 mil milhões de dólares devidos ao FMI, e que não vai além da disponibilização de uns modestos 3,5 mil milhões de dólares.

Acresce, por outro lado, que o acima citado Robert Rubin foi bem explícito ao afirmar que «qualquer discussão sobre as reformas do sistema financeiro deve ser baseada na ideia

de que uma economia de mercado, com um fluxo relativamente livre de mercadorias, serviços e capitais entre os países, é o melhor meio de promover o bem-estar mundial nas próximas décadas».

Resumindo, é preciso que alguma coisa mude para que fique tudo na mesma, ou seja, que se encontre uma solução para salvar os mercados financeiros, prosseguindo a política que vem provocando a crescente pauperização de um número crescente de povos.

A humanização da economia não está no horizonte das grandes potências. Em apenas um ano, o sudeste asiático viu aumentar em 10 milhões o seu número de desempregados. Os dados do próprio Banco Mundial apontam para a existência, a nível mundial, de mil milhões de desempregados, isto é, cerca de um terço da população activa mundial. De que servirão pois as «reformas» de organismos como o FMI e similares, se o cerne da questão - a chamada liberalização e desregulamentação da economia e dos mercados financeiros - nem sequer for equacionado?



se isto não bastasse, o FMI nem sequer exclui a possibilidade de as suas previsões actuais ficarem aquém da realidade, dado assentarem numa série de pressupostos particularmente frágeis, tal como o aumento gradual, até final do ano, da «confiança dos mercados financeiros nas economias em crise», fruto das reformas a implementar nesses países.

Numa economia crescentemente globalizada, os riscos apresentam-se igualmente globais, embora em diferentes escalas, em função das realidades económicas de cada país. O próprio FMI o reconhece ao afirmar que «a possibilidade de uma desaceleração económica mais alargada e profunda é criada por um conjunto de riscos inter-relacionados que fazem com que a actual situação económica seja excepcionalmente frágil». Tais riscos, diz, passam pelo «perigo de um prolongado afastamento dos investidores internacionais e da banca dos mercados emergentes», o que «aprofundará as suas dificuldades financeiras e ameaçará os pagamentos internacionais, desencadeando rupturas no

Fernando Henrique Cardoso é reeleito no Brasil PT aumenta votação

Fernando Henrique Cardoso foi reeleito no domingo, na primeira volta das eleições presidenciais brasileiras. Com 80 por cento das secções apuradas, o actual Presidente contava com 52 por cento dos votos, enquanto Luís Inácio «Lula» da Silva, o candidato da coligação «União do Povo-Muda Brasil», contava com 33 por cento. Ciro Gomes, do Partido Popular Socialista, tinha 11 por cento e Enéas Carneiro, representante do Partido da Reedificação da Ordem Nacional, estava com 2 por cento.

De acordo com os votos já escrutinados, o Partido dos Trabalhadores (PT) deverá aumentar o seu número de representantes na Câmara de Deputados, passando de 50 para 60. Rio Grande do Sul é o Estado que

poderá ter o maior crescimento, aumentando os seus deputados «petistas» de 7 para 11.

Este facto deverá influenciar desde logo o Congresso, segundo a opinião de Marcelo Déda, líder da bancada parlamentar do PT. «As eleições revelaram uma oposição mais madura e muito forte», afirmou Déda.

Na campanha eleitoral, a coligação encabeçada por «Lula» - constituída pelo PT, pelo Partido Democrático Trabalhista, pelo Partido Socialista Brasileiro, pelo Partido Comunista do Brasil e pelo Partido Comunista Brasileiro - usou como bandeiras a valorização da indústria brasileira e do mercado interno, com a diminuição das taxas de juro e o aumento do poder de compra da população; a defesa



do real e a manutenção dos níveis de inflação; a implantação da reforma agrária, de forma a «aumentar a produção de alimentos e gerar empregos no campo»; e a garantia dos direi-

tos dos trabalhadores e dos reformados.

Na segunda-feira, a coligação anunciou a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito sobre as sondagens. «Os institutos

de opinião, associados aos interesses dos candidatos situacionistas, e em acordo com os meios de comunicação de massa, manipularam as sondagens para induzir o voto», sustenta num comunicado.

por alguns componentes químicos presentes em aerossóis e o seu efeito mantém-se no seu nível máximo durante 10 ou 15 anos. A camada do ozono, situada entre 12 e 27 quilómetros da Terra, funciona como filtro natural contra as radiações ultravioletas do Sol.

Palestinianos aceitam proposta israelita

A Autoridade Palestiniana aceitou, na semana passada, a proposta de retirada de Israel de 13 por cento da Cisjordânia. Esta proposta prevê que três por cento do território entregue deverão constituir uma reserva natural sob uma supervisão dos dois governos. Entretanto, na quinta-feira passada, as autoridades israelitas decidiram impor um bloqueio total a Hebron, na sequência de um atentado à granada que provocou 24 feridos. «Até nova ordem, é proibido aos habitantes da cidade entrar ou sair dela», anunciou um porta-voz do exército. Em Hebron vivem 120 mil palestinianos. No dia seguinte, as fronteiras de Israel com a Margem Ocidental e a Faixa de Gaza foram encerradas por tempo indeterminado, impedindo a entrada de mais de 2,5 milhões de palestinianos. A decisão foi justificada com eventuais ataques bombistas do Hamas.

Albânia tem novo Governo

Pandelo Majiko, do Partido Socialista, é o novo primeiro-ministro da Albânia. O seu nome foi aprovado pelo Presidente albanês, Rexhep Meidani, na sexta-feira. O seu Governo, composto por 18 ministros afectos a cinco partidos, apresenta como prioridades o regresso do país à estabilidade, o apaziguamento das tensões políticas, a aprovação de uma Constituição e a abertura de conversações com a oposição. Majiko substitui Fatos Nano, duas semanas depois de violentos confrontos com os partidários de Sali Berisha.

«Lula» da Silva em campanha

Já não temos medo!, afirmava-se em cartazes empunhados entre a multidão – centenas de milhares de pessoas – que em Lisboa esperou por Humberto Delgado. Fim de um percurso, de comboio, que tivera o seu início no Porto, onde uma massa compacta de manifestantes saudara o *general sem medo*. Foi há 40 anos, em Maio de 58. Uma data que hoje se assinala em festa, com a repetição do percurso do *comboio da liberdade* acompanhado dos aplausos, dos sons de fanfarra e de tambores, pelas mesmas estações onde então se deteve o candidato assumido pelos antifascistas. Mas que, há quatro décadas atrás, envolveu grandes massas de manifestantes, gente que há muito ansiava por sentir o *cheiro da liberdade*. E a violência repressiva, as prisões, os feridos. O *Avante* de então noticiava centenas de prisões efectuadas nas manifestações em Lisboa e Porto e dezenas de feridos sob prisão, nos hospitais. Em escassos oito dias de *liberdade por medida e a prazo*, como afirmava então o jornal clandestino do PCP, o país viveu horas sem par da sua luta contra a tirania de Salazar. Um momento ímpar que, como todos sabemos, não deu os frutos imediatos de uma então impensável vitória eleitoral de um candidato das forças antifascistas, mas sem dúvida contribuiu para avanços claros na luta popular e lançou as sementes de um processo que iria abrir caminho para o 25 de Abril. Sábado passado, e por iniciativa da comissão

para as comemorações dos 40 Anos das Eleições de 58, o *comboio da liberdade* voltou a fazer o percurso do general Delgado, relembrando assim um momento importante da luta anti-fascista. Uma viagem com início na estação de S. Bento do Porto, que terminou em Santa Apolónia, em Lisboa, recebida pelas bandas da Cova da Piedade e da Incrível Almadense. Na gare, uma exposição temática – *Não se assassina a liberdade* – lembra nomes diversos de entre os muitos de gente que foi assassinada. Pela sua luta pela liberdade, ou muito simplesmente porque a sua palavra se tornou incómoda. Nomes como o de Che Guevara ou Salvador Allende, de Amílcar Cabral ou de Luther King. No *comboio da liberdade* participou uma delegação do PCP, dirigida por Carlos Carvalhas e que integrou Octávio Pato, Carlos Brito, Ilda Figueiredo e Dias Lourenço. Na Comissão de Honra das comemorações das eleições de 1958 participaram também Alberto Vilaça, Álvaro Cunhal, António Abreu, Aurélio Santos, Domingos Abrantes, José Morgado, Lino Lima e Óscar Lopes.

40 anos depois o Comboio da Liberdade



Quarenta anos separam dois comboios. O primeiro, em 1958, em plena luta pela liberdade. O segundo, comemorando a liberdade conquistada

Obviamente 58

■ Leandro Martins

«O que quer dizer obviamente?»
«Obviamente demito-o. Quer dizer que é claro que o demite. Ao Salazar.»

E assim, com a retumbante declaração do café Chave d'Ouro, Humberto Delgado ganhava o apoio geral, nessa Primavera de 1958, e os portugueses analfabetos ou de pouca letra aprendiam uma nova palavra. Arlindo Vicente, cujo retrato se andava a colar em pequenos selos por toda a cidade, e que reunia a simpatia de muitos - entre os trabalhadores e os intelectuais, os jovens -, desiste a favor do candidato que com tal declaração se demarca claramente do salazarismo que servira durante anos. Agora eram os selos com a foto de Delgado que se humedeciam antes de colar, em profusa discrição...

Obviamente, pois, todos a Santa Apolónia, em 13 de Maio. Sabia-se lá o que acontecera no Porto. Só mais tarde a capital veio a ter conhecimento do apoio de massas que saudara o general. É que a vitória festejava-se já pelo País, num entusiasmo que a repressão não conseguia refrear.

O testemunho de alguém, no meio da multidão, não excede, a não ser para os que olhavam do alto das janelas ou subiam aos candeieiros ou se empoleiravam na estátua de D. José, mais de três metros de distância. O caminho para Santa Apolónia era uma marcha que engrossava, milhares de pessoas à hora da saída do trabalho. Gente de todas as aparências sociais que nesse tempo eram - as aparências - bem vincadas. Um mar de chapéus a cobrir empregados e funcionários. A ganga azul de operários segurando ainda a lancheira. O ar jovem e penteados dos estudantes. Uma vaga de gente que descia as ruas na direcção do rio e se aglomerava, compacta, no Terreiro do Paço. A polícia já lá estava, a impedir a passagem para Santa Apolónia, e ainda não envergava os sinistros capacetes negros. A multidão engrossava e estendia-se a cobrir a grande praça. Os polícias tremiam de nervos, à frente de todos. «Calma», diziam, «não se pode passar». Eram muitos mas, como lembrei, só se podiam ver os poucos ali à frente. Um homem ripostava: «Mas, olhe lá, você é do povo, como nós. Diga lá quanto é que ganha para sustentar a família!» O guarda mostrava um sorriso temeroso. Uma senhora insistia, esmagada entre a multidão e os civicos, que queria passar, tinha de ir para casa. Levantou-se gritaria contra a teimosia policial. Um dos

guardas perdeu a tramontana e, no empurrão da massa, agarrou no bastão e descarregou-o na cabeça da mulher. Viu-se-lhe a cara, um vislumbre, o olho esmagado, uma pasta de sangue. O guarda deixou de ver-se - como recordeo, o testemunho só alcançava três metros de distância. O homem foi engolido pela massa e dele apenas se viu o boné a saltar, como rejeitado pela ira. Depois o cassetete voou. E por fim, como um espantado, o corpo do homem que os outros guardas se apressaram a levar dali. «Calma», diziam eles. Brancos como a cal da parede.

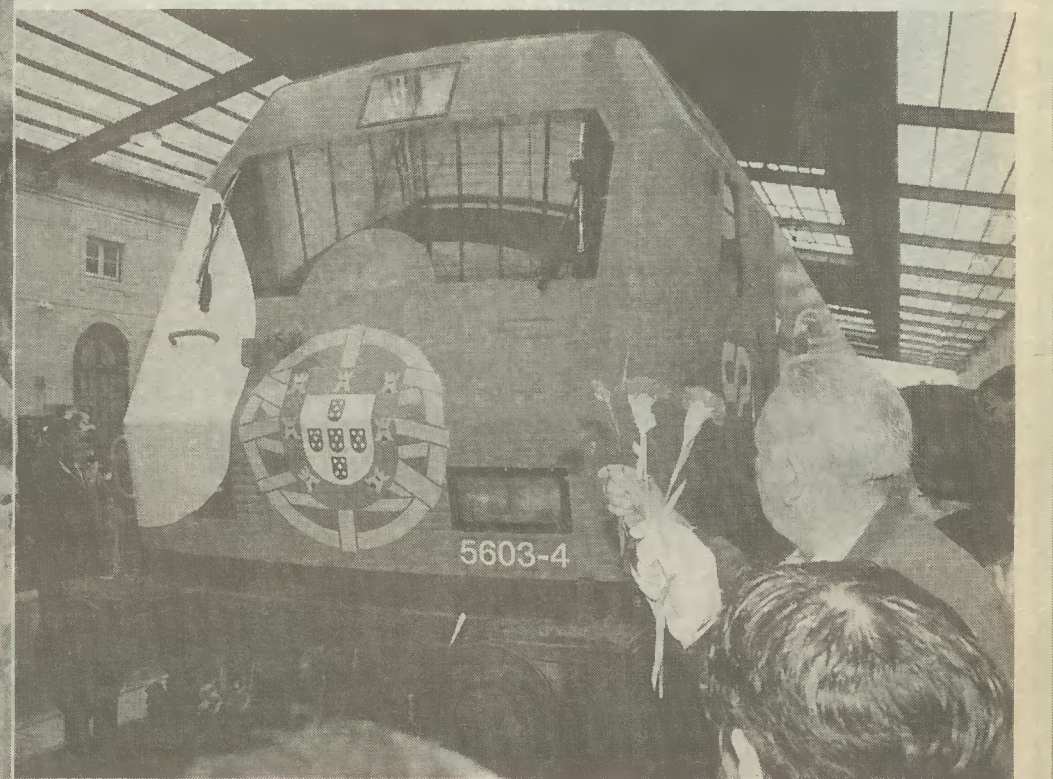
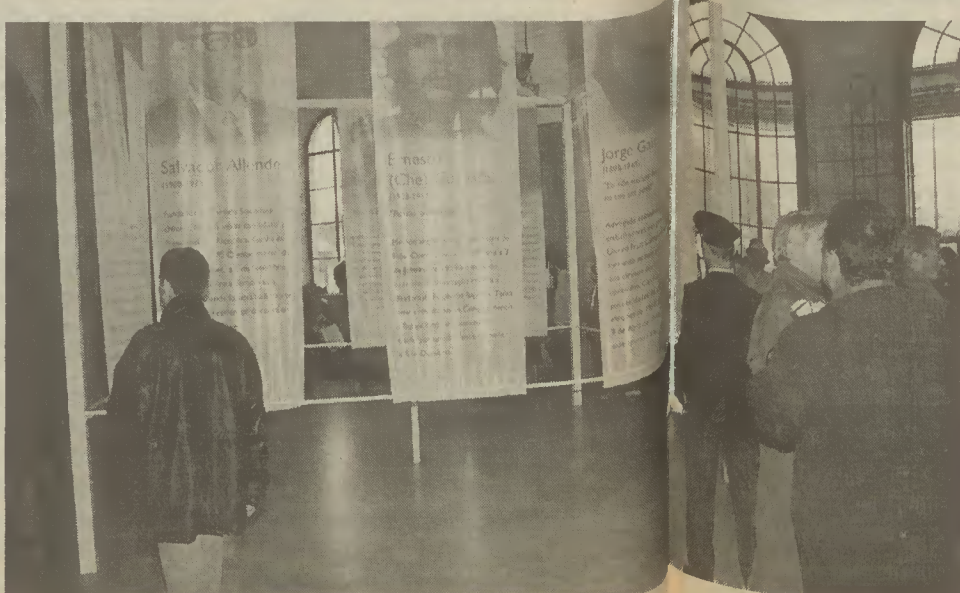
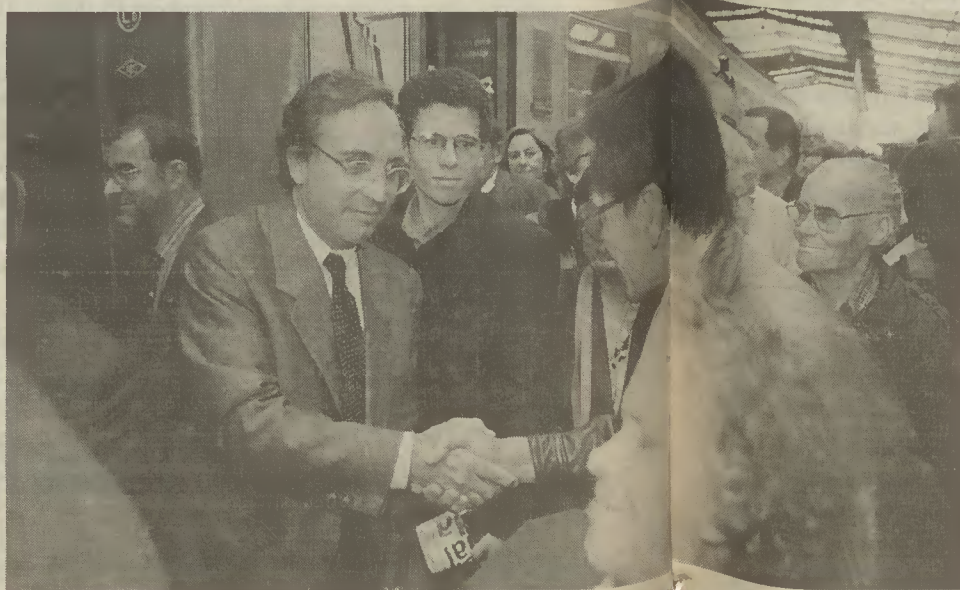
A espera gastara horas. De vez em quando um grito a rasgar a paciência. «Viva a República! Viva a Liberdade!» Enrouquecia-se. «O homem já não vem.» «Desviaram o comboio.» «Prenderam-no.» Perguntas, incentivos. Diálogos sem olhar a quem. A certa altura, um tipo vestido de operário começou a resmungar. Que não estava certo, as pessoas deviam ir para casa, as manifestações eram proibidas. Fez-se a custo um espaço em redor da voz. O homem sacou da carteira, mostrou um cartão da Legião. O espaço fechou-se. «É bufo!», gritaram. O homem foi engolido na raiva.

Entardecia. «Todos para a sede da candidatura!», ouviu-se. Sede? Havia quem não soubesse o que era, onde era. Alguém explicava que «o sr. general não vem por aqui; foi impedido; vamos para a sede!»

A multidão rodou surdamente, abandonando o rio, subindo agora a cidade. Já não era a festa mas a luta que lhe determinava o caminho pelo Terreiro do Paço, as ruas Augusta, do Ouro, da Prata, o Rossio. A GNR fez a sua aparição bestial, cavalos e chanfalho em riste. Nos Restauradores levantou-se aos ombros um homem ferido na cabeça e no ombro, a escorrer sangue. «Viva a Liberdade!» As vagas de cavalaria desencadeavam-se sobre a multidão que lhes abria espaços e voltava a juntar-se num cortejo determinado e poderoso.

A sede lá estava, um prédio ao lado do Hotel Vitória. A GNR avançou de novo e os cavalos espantavam-se contra as pessoas. Um homem correu para um cavalo, cortou-lhe os arreios com a navalha, derrubou o guarda, o bicho espavorido sobre os canteiros da placa. Tiros. Estampidos secos, os primeiros nos ouvidos de muitos. A liberdade, essa, tinha de ser conquistada, arrancada à força. Obviamente.

Na longa luta pela liberdade, os comunistas tiveram destacado papel. Carlos Carvalhas cumprimentando à chegada a Santa Apolónia



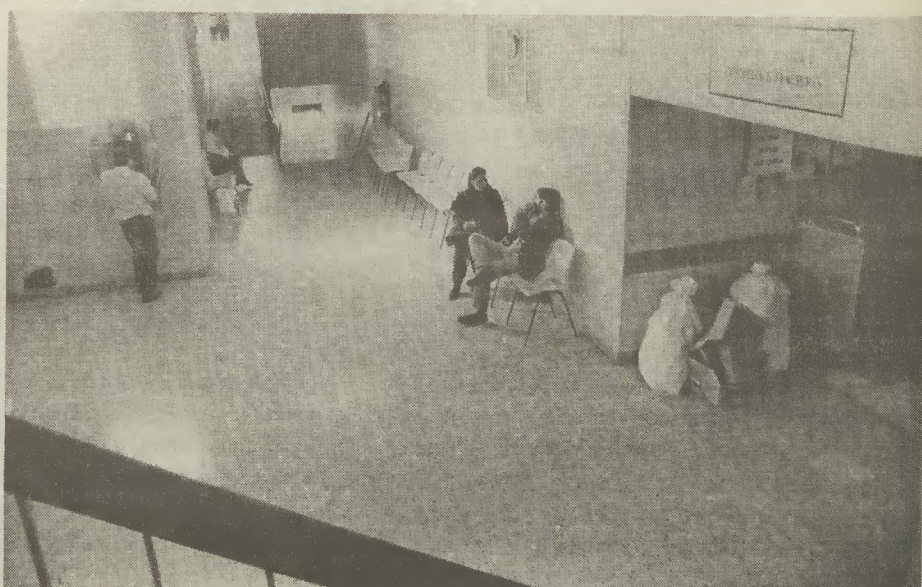
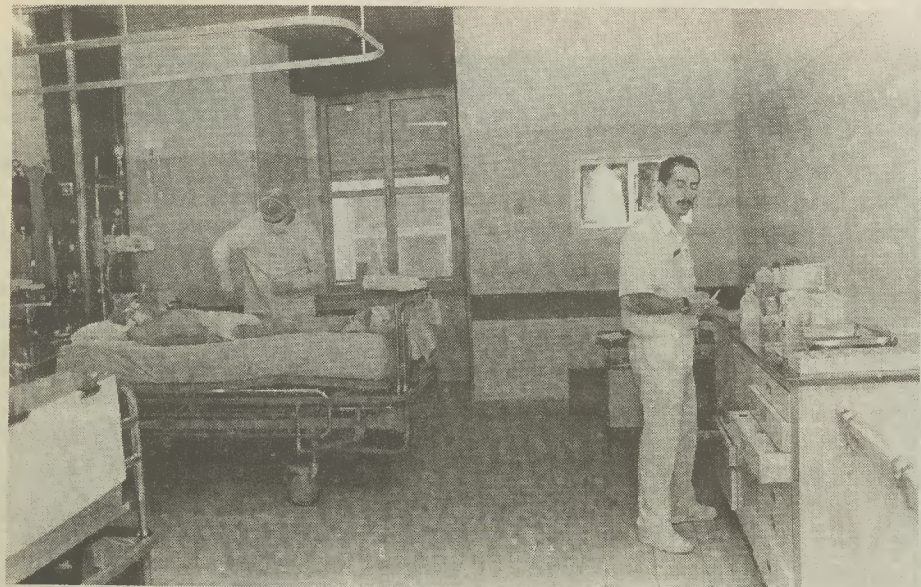
O general não foi a Braga

O general devia ir ao distrito de Braga em campanha de propaganda eleitoral, da mesma forma que fora a todos os outros. Nós, os chamados *democratas de Braga*, inicialmente ainda desconfiados dele por causa do seu passado de *legionário* e *salazarista*, tínhamos declarado o nosso apoio à candidatura de Arlindo Vicente. Mas como tínhamos a percepção de que o nome de um general no activo acabaria por reunir toda a oposição, acrescentámos logo que *não hostilizariámos* a candidatura dele. Esta, entretanto, tinha-se organizado no distrito na base dos elementos que haviam constituído a CEUD. Mas, na altura em que Delgado tinha programado a sua visita ao distrito, já se havia encontrado com o nosso primeiro candidato, que desistira a seu favor. Os anti-fascistas tinham, portanto, um só candidato, graças aos esforços de alguns daqueles que o cercavam e que não queriam *compromissos com os comunistas*, como eles chamavam aos apoiantes de Arlindo Vicente, oferecera a este uma desistência honrosa. Ele era *um génio da agitação*, como lhe chamou Salazar, e percebia que a *unidade* dos opositores ao regime era fundamental para desenvolver o movimento popular que desencadeara. Ele sabia que só o povo nas ruas seria capaz de deslocar as Forças Armadas e derrubar o regime fascista. E que, para isso, era necessário unir todas as forças, esquecendo divisões mesquinhas que alguns queriam continuar a alimentar. No próprio distrito de Braga isso se verificou, mesmo depois da desistência de Arlindo Vicente. Quando nós, os que tínhamos apoiado este, nos fomos apresentar na candidatura do general a fim de lhe dar o nosso apoio prático e militante nas suas organizações, não nos aceitaram porque o general era deles! O povo do distrito, porém, desconheceu esta atitude mesquinha e, quando soube a data e o itinerário da sua visita, encheu as estradas e as ruas por onde ele iria passar. Naquela cidade de onde partira o 28 de Maio de 1926, que deu início à ditadura que sofríamos há tantos anos, e nas estradas daquele Minho que os salazaristas se tinham esforçado tanto por manter ignorante e beato, centenas de milhares de pessoas reuniram-se para vitoriar o *general sem medo*. Propositadamente e justa-

mente ninguém comunicara que ele tinha sido proibido na véspera de ir fazer campanha eleitoral no distrito de Braga! Em um livro recente de Iva Delgado publicam-se documentos relacionados com esta incrível proibição. Na Avenida Central da cidade de Braga, onde estava a sede da candidatura, juntou-se uma multidão compacta, que vitoriarva Delgado mesmo na sua ausência! A Polícia de Segurança Pública atacou o povo com a brutalidade do costume. À entrada do bairro Carandá, um bairro popular de ruas estreitas, desaparecido depois do 25 de Abril, dispararam rajadas de metralhadora. Penetraram no *Nosso Café* à cacetada. Os encontros com os populares generalizaram-se e assumiram um tal aspecto que, para o fim da tarde, a polícia teve que recolher à esquadra e a cidade começou a ser policiada pela Guarda Republicana, que pedia aos cidadãos amavelmente que regressassem às suas residências.

No dia seguinte, logo de manhã cedo, a PIDE desencadeou uma larga campanha de prisões, que abrangeu vários de nós, os chamados *democratas de Braga*, mas também alguns dos que haviam constituído, desde o início, as comissões de apoio ao general. Essas prisões foram-se entendendo para os distritos do Porto, de Vila Real e Bragança. As grandes salas das prisões privativas da PIDE, no Porto, encheram-se de democratas, que delas só saíram depois das eleições. Foram ao escritório dos advogados António Macedo, que tinham libertado na véspera, e dos irmãos Cal Brandão e prenderam todas as pessoas que lá encontraram, para além deles próprios, a empregada e um cliente, que até era *legionário*. Estes dados mostram o autêntico ambiente de perseguição e terror em que se realizaram as chamadas *eleições* à Presidência da República. Mas o povo superou tudo isto e, como disse Salazar, «se a campanha actual durasse mais um mês», o general Delgado ganha as eleições, segundo contou um seu biógrafo. Assustado com o que se passara, que chamou de possibilidade de um «golpe de Estado constitucional», acabou imediatamente com a eleição do Presidente da República pelo voto popular directo.

■ Lino Lima



Saúde

PCP lança «desafio» ao Governo

A dispensa gratuita aos utentes do SNS de medicamentos que lhes sejam prescritos nos hospitais e centros de saúde, «cuja comparticipação financeira sai mais cara ao Estado do que a sua distribuição gratuita», e a implantação de um formulário nacional de medicamentos são algumas das medidas que, em conferência de imprensa realizada na terça-feira passada, sobre a situação na área da saúde, o PCP preconiza para inverter a política neo-liberal, «de mercantilização da saúde e destruição do Serviço Nacional de Saúde» dos governos anteriores.

Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP, acompanhado de Bernardino Soares, deputado à Assembleia da República e membro da Comissão Nacional para as Questões da Saúde, e Carlos Silva Santos, médico assistente graduado de saúde pública e também membro daquela Comissão Nacional do PCP, em declaração, que a seguir se transcreve, informou, ainda, que o PCP vai apresentar na AR um projecto de uma nova Lei de Bases da Saúde.

1. A situação na área da saúde continua a ser motivo de profunda intranquilidade e insatisfação para a generalidade da população portuguesa.

Persistem dificuldades de acesso em muitos centros de saúde e unidades hospitalares, que reflectem falta de médicos de família, de enfermeiros e de outros técnicos, atrasos no atendimento de utentes, e a existência de inadmissíveis listas de espera.

Os problemas que se prendem com a qualidade e com a humanização da prestação de cuidados de saúde encontram-se ainda longe de estarem satisfatoriamente resolvidos em muitas unidades e serviços.

E a carestia dos medicamentos e o crescente recurso a meios complementares de diagnóstico e à prestação de cuidados de saúde privados são cada vez mais inoportunos para muitos portugueses - observe-se que em 1995 os portugueses pagavam já directamente do seu bolso, para além do que desembolsavam através dos impostos, mais de 40% das despesas de saúde, quando a média da União Europeia se situava na casa dos 25%.

2. A equipa responsável pelo Ministério da Saúde evidencia claras dificuldades em levar à prática as orientações que definiu, em separar o público e o privado, e em afrontar a voracidade dos grandes interesses que disputam e absorvem o grosso dos recursos do sector - desde as multinacionais dos medicamentos e dos equipamentos, à área das convenções, aos grupos económicos empenhados na privatização de saúde, aos grandes construtores civis.

É uma evidência que nos últimos meses se tem assistido a uma acrescida pressão por parte desses grandes interesses. E que os sectores neo-liberais, dinamizados no interior do próprio PS, têm tentado explorar as dificuldades e os compromissos contraditórios do Ministério da Saúde, por forma a serem mantidas intocadas práticas de parasitagem do sector público por interesses privados, e a serem retomados planos de destruição do SNS e da sua transformação num sistema mínimo e assistencialista para a população pobre.

É neste quadro que não podem deixar de ser avaliados politicamente quer o silêncio ensurdecedor do PS e do seu grupo parlamentar, quer o boicote noticioso que se registou, aquando da

recente apresentação pública por parte do Ministério da Saúde das orientações para o SNS 21 - o "Serviço Nacional de Saúde para o virar do século".

A clarificação por parte do Governo e dos órgãos do PS de qual é a sua verdadeira posição política - se apoiam a destruição do SNS e a entrega da prestação de cuidados de saúde aos interesses privados, ou se sustentam a regeneração do Serviço Nacional de Saúde como instrumento fundamental da concretização do direito à saúde dos portugueses - constitui por tudo isso uma incontornável exigência nacional.

E sustentam o desafio que o PCP dirige ao Governo para a urgente concretização de importantes orientações e medidas, cuja adopção permitiria uma rápida e efectiva melhoria da prestação de cuidados de saúde pelo SNS, num quadro de redução de custos e de muito melhor aproveitamento dos recursos públicos.

3. A política do medicamento constitui, sem dúvida, uma área prioritária para essa intervenção.

Portugal é um país que se encontra particularmente vulnerável face aos interesses das multinacionais produtoras de medicamentos, as quais determinam em larga medida o perfil de repositório dos serviços, verificando-se um largo consumo de medicamentos desnecessários, ineficazes e dispendiosos.

É conhecido como o sistema actual de comparticipação de medicamentos e a forma como são prescritos favorecem os medicamentos mais caros.

Os utentes e o orçamento do SNS são assim penalizados à custa do favorecimento ilegítimo dos interesses económicos do sector dos medicamentos.

As vantagens que poderão advir para o orçamento público da saúde e para os utentes da prescrição médica em todo o SNS passar a fazer-se por substância activa, nome genérico ou denominação comum internacional, e dela ser acompanhada pelo desenvolvimento do mercado de genéricos e pelo desenvolvimento de funções de farmácia no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, são da ordem das dezenas de milhões de contos por ano.

Em relação aos genéricos observe-se que o preço dos medicamentos é normalmente 20 a 30% mais baixo que os correspondentes de marca e que nos próximos três anos grande parte dos medicamentos com cotas significativas do mercado terão as patentes caducadas, o que aumenta a quantidade de genéricos que poderão ser utilizados.

O interesse nacional e os interesses dos próprios utentes impõem irrecusavelmente, e por isso o PCP reclama, entre outras medidas, que:

1. Passem a ser dispensados gratuitamente aos utentes do SNS os medicamentos que lhes sejam prescritos nos hospitais e centros de saúde que pertençam ao conjunto de medicamentos cuja comparticipação financeira sai mais cara ao Estado do que a sua distribuição gratuita.

2. A prescrição de medicamentos compatíveis pelo SNS passe a ser efectuada com indicação da substância activa, nome genérico ou denominação comum internacional, seguida de dosagem e forma farmacêutica.

3. Seja implantado um formulário nacional de medicamentos que tenha em conta o balanço entre o custo e o benefício terapêutico dos fármacos nele incluídos.

4. Enquanto o formulário nacional de medicamentos não entrar em vigor, sejam adoptados os seguintes procedimentos:

- caso o médico deseje optar pela marca comercial de um determinado laboratório, isso deve ser expresso depois da indicação da substância activa, dosagem e forma farmacêutica;

- se essa marca comercial não for a de preço mais baixo o farmacêutico terá de informar o utente qual o medicamento compatível com igual composição quantitativa e qualitativa e com preço mais baixo, de modo a que o utente possa fazer a sua opção de compra de forma esclarecida.

5. Seja promovida activamente a utilização dos medicamentos genéricos, devidamente certificados, de acordo com as normas de patentes vigentes internacionalmente.

6. Sejam desenvolvidas as estruturas das farmácias dos hospitais de modo a permitir o fornecimento de medicamentos aos utentes que acedem às urgências e consultas externas.

7. Seja alterado o sistema de comparticipação de medicamentos com a eliminação dos medicamentos que tenham uma eficácia terapêutica discutível e preços relativamente excessivos, de forma a aumentar o valor da comparticipação nos medicamentos essenciais.

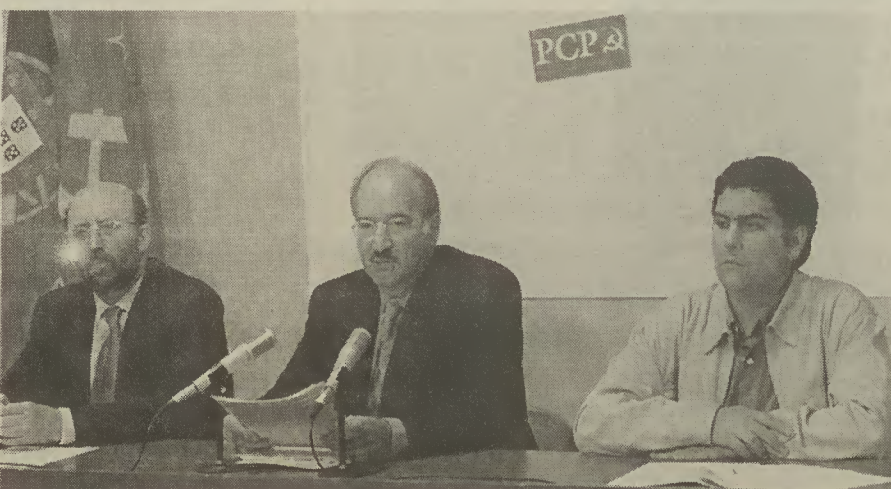
4. O PCP tem repetidamente alertado para a gravidade da situação na área da saúde.

Tem acusado os interesses ilegítimos e a promiscuidade entre o sector público e o privado que, como um cancro, alastraram no Serviço Nacional de Saúde (SNS), e que constituem o principal obstáculo à resolução dos seus problemas.

Tem reclamado do actual Governo, de forma insistente, uma verdadeira inversão da política neo-liberal, de mercantilização da saúde e de destruição do Serviço Nacional de Saúde, que foi conduzida pelos governos anteriores.

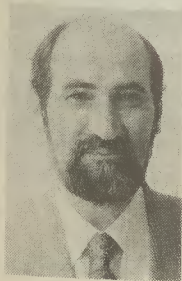
Tem apresentado propostas fundamentadas no domínio da política de saúde, cuja adopção já teria permitido travar a degradação do Serviço Nacional de Saúde, globalmente avaliada, e alcançar uma efectiva melhoria da prestação de cuidados de saúde.

E anuncia a próxima apresentação na Assembleia da República de um projecto de uma nova Lei de Bases da Saúde, em consonância com a reforma democrática do SNS que activamente sustenta.



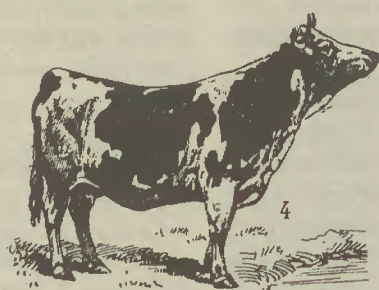
Ministros políticos e lutas

Terminou o calvário político do Engº Gomes da Silva, traduzido em problemas de saúde que todos lamentamos. Mas, seguramente, não acabou o calvário da agricultura e dos agricultores portugueses, protagonizado na continuação da mesma política que, ontem com os Governos do PSD, hoje, com o Governo do PS, não ataca os factores estruturais que estão na base da permanente crise do sector e dos protestos dos agricultores, independentemente da genuinidade de alguns deles.



■ Lino de Carvalho

E foi esta separação – entre a origem de certas manifestações e a substância dos problemas existentes – que alguns comentadores da nossa praça, como Oscar Mascarenhas («Diário de Notícias» – 23/09/98) não quiseram ou não conseguiram compreender a propósito de um voto de protesto a que o PCP deu o seu acordo na Assembleia da República. Porventura encadeados pela operação de diversão que o Ministro Jorge Coelho levou até ao hemiciclo não perceberam que o PCP separou claramente o trigo do joio. É verdade que o voto originalmente apresentado pelo PP se radicava directamente nos acontecimentos de Ourique, que juntaram pouco mais de 300 proprietários agrícolas mobilizados pelos dirigentes da CAP, embora muito multiplicados, em número e em emoção, pelo milagre televisivo das reportagens em directo, milagre que nunca foi colocado à disposição de outras organizações da lavoura, como a



CNA quando, por exemplo, reuniu mais de 4000 agricultores às portas da Assembleia da República.

E também é verdade que as movimentações dos dirigentes da CAP, de representatividade mais que discutível, só lateralmente têm a ver com os problemas reais dos agricultores portugueses por várias ordens de razões: os dirigentes da CAP têm sido, em Portugal, co-responsáveis das políticas agrícolas, pela influência decisiva que desde sempre exerceram nas orientações do Ministério da Agricultura respaldados no monopólio da representação institucional que lhes foi outorgado pelo PSD; foram apoiantes da reforma da PAC, designadamente quando o então Ministro do PSD Arlindo Cunha lhes garantiu apoios acrescidos para os grandes produtores de cereais e a aprovação de um regulamento comunitário, envolvendo verbas de cerca de 20 milhões de contos para apoiar a extensificação animal e especificamente destinados aos proprietários latifundiários que tinham sido objecto de medidas da Reforma Agrária; gozaram – e gozam – de acesso quase exclusivo aos apoios financeiros comunitários e nacionais destinados

às organizações da lavoura; nunca protestaram contra a iníqua distribuição de apoios que favorece escandalosamente os grandes proprietários e o sector agro-industrial e discrimina a agricultura familiar; nunca se preocuparam com o facto da área mínima para acesso às indemnizações compensatórias ter subido de 1 ha para 2 ha (alteração esta que só foi travada pela reacção da CNA bem como do PCP); nunca mobilizaram os agricultores quando estavam em causa, por exemplo, os pequenos produtores de tomate, de vinho ou de fruta. Neste quadro, os protestos dos dirigentes da CAP só podem ser entendidos por razões de divergências, que têm muito de privado, com o seu antigo assessor e até há poucos dias Ministro Gomes da Silva, pelo facto de terem perdido alguma influência nas decisões do Ministério quando o ex-ministro, percebendo que o grau de controlo exercido pela CAP era excessivo, sentiu a necessidade de alargar o seu próprio espaço de manobra – e do Governo – abrindo-se ao diálogo e ao reconhecimento, embora parcial, da representatividade social de outras organizações como

a CNA. Os dirigentes da CAP não suportaram a perda, embora relativa, desse monopólio da representação institucional e, por isso, têm utilizado (e procurado capitalizar) os problemas reais dos agricultores portugueses como arma de arremesso para atingirem os seus fins privados e dos grandes produtores de cereais, de oleaginosas e de carne que, no essencial, representam. Como também é verdade, e de certo modo insuportável, a hipocrisia daqueles (como o PSD e o PP) que tendo sido durante mais de uma década responsáveis pelo abandono da agricultura nacional vêm agora criticar a mesma política que seguiram e exigir o que nunca fizeram. Tudo isto foi dito pelo PCP na Assembleia da República.

Só que sendo isto tudo verdade, não é menos verdade que os problemas da agricultura portuguesa existem e que o Governo do PS não lhes soube dar resposta. E é isto que, aparentemente, Ministro e Governo não compreenderam transformando uma guerra privada numa guerra contra os agricultores, substituindo a resposta concreta aos problemas por operações de intimidação e por grágolas de gosto duvidoso, contribuindo assim para engrossar a onda de protesto. Ora, nem os agricultores portugueses podem estar sujeitos a serem instrumentalizados nesta guerra nem o PCP, a pretexto de se distanciar de quem protagonizava os protestos, pode ignorar que os problemas existem. Porque o que orienta as tomadas de posição do PCP são os problemas reais que urge resolver e o que se tratou foi de “expressar o vivo protesto da Assembleia da República pela falta de resposta do Governo aos problemas da lavoura nacional” e não um qualquer apoio aos manifestantes de Ourique.

A verdade é que: o Governo ignorou ou desva-

lorizou a gravidade do ano agrícola com quebras oficiais de produção, em relação à produção média de 94-97, que atingem os 62% no trigo, 65% na cevada e na aveia, 72% no triticale, 80% na pêra, 73% na cereja, 30% na maçã, 36% na uva para vinho, perdas ampliadas regionalmente em função das zonas onde essas produções têm um maior peso relativo; o ex-Ministro Gomes da Silva

tentou manipular os dados estatísticos do seu próprio Ministério comparando os dados da produção de 1998 com os de 1997, ano igualmente anormal, em que foi accionada a declaração de calamidade devido também às excepcionais quebras de produção por razões climáticas. Convém não esquecer que 1998 é o segundo ano consecutivo de graves problemas de perdas de produção. Mas mais. O Governo do PS tem-se limitado a gerir – e mal – a política de subsídios e apoios ao rendimento porque supõe que é o que lhe rende mais eleitoralmente, sem prejuízo de medidas parciais positivas como a diminuição do preço do gasóleo agrícola. Não tem investido numa política de transformações estruturais da agricultura portuguesa, criando estímulos para que os agricultores portugueses adequem os sistemas produtivos às condições de solo e de clima bem como às condições de inserção nos mercados comunitário e mundial da agricultura portuguesa. Não tem reorientado os apoios – nem imposto esta discussão no plano comunitário – para as produções e os sistemas culturais em que o País, por razões naturais, tem maior capacidade competitiva (vinha, horticultura, fruticultura, azeite, produção pecuária autóctone, produção florestal de montado) concentrando, pelo contrário, os apoios nos cereais, nas oleaginosas e na grande bovinicultura. De 129,2 milhões de contos pagos pelo INGA - Instituto Nacional de Garantia Agrícola –, em 1997, 63,1 milhões de contos (48,8%) foram para os cereais, as oleaginosas e os bovinos. Enquanto as ajudas aos cereais e às oleaginosas chegam a ultrapassar o valor da própria produção os apoios às chamadas culturas mediterrânicas – estratégicas para Portugal e para a agricultura familiar – não passam dos 5% a 6% do valor da respectiva produção.

Mas mesmo quando Portugal tiver uma agricultura adaptada às nossas condições edafoclimáticas a verdade é que, por razões geográficas, estaremos sempre muito dependentes dos humores da natureza. É por isso que era urgente já ter sido construído em Portugal um sistema de cobertura de riscos – um seguro agrícola de produção – adaptado às condições específicas da nossa agricultura e não construído com a preocupação primeira de reduzir os riscos e os encargos das seguradoras. Está á vista de todos que o Governo do PS entre enfrentar os interesses

das seguradoras ou abandonar a agricultura à sorte do clima escolheu o segundo caminho. E por isso, os agricultores vêem-se na contingência de exigir apoios “quando faz seca e quando faz chuva” o que, diga-se, muito boa cultura urbana não compreende.

O mesmo se passa quanto à afectação dos apoios aos vários segmentos sociais da agricultura. 90% dos apoios comunitários e nacionais são absorvidos por 3% a 5% das explorações. Por exemplo, o Governo PS criou, em Junho de 1997, uma linha de crédito de 150 milhões de contos para desendividamento e relançamento da actividade agrícola. Das 5605 operações de crédito aprovadas pelo IFADAP até ao início deste ano envolvendo um valor de 132,6 milhões de contos, 9,6% (538) das candidaturas aprovadas absorveram 62% (82,7 milhões de contos) do total do crédito reestruturado, sendo que os principais beneficiários são a agro-indústria – incluindo empresas do grupo Parmalat, matadouros e empresas de rações – e os grandes proprietários (família Almodóvar; Casa Agrícola Santos Jorge; Rosado Fernandes; Casa Cadaval; Teles Varela; Finagra; Fundação Eugénio de Almeida; Henrique Champa-

limaud; Montez Champalimaud; José Maria da Fonseca; Atlantic Company - Espírito Santo, etc.), isto é, no essencial os mesmos que já constavam da lista dos maiores beneficiá-

rios de apoios ao rendimento que o PCP divulgou em Março de 1997.

Não se vislumbram igualmente políticas fortes em áreas tão estratégicas como o reordenamento fundiário do País; a política florestal; os incêndios ou, na comercialização, a criação de centros de concentração da oferta onde os agricultores possam estar em condições de negociar com as grandes centrais de distribuição ou a construção de uma rede de frio. Não foram tomadas as medidas adequadas ao combate à BSE, como a proibição total de incorporação de farinhas de carne e de ossos na alimentação animal, e por isso os problemas, que vinham dos Governos do PSD, mantêm-se, irão com toda a probabilidade prolongar-se e multiplicar-se nos próximos anos com consequências na saúde pública e no rendimento dos produtores pecuários e o País corre o risco de sofrer um – embora hipócrita – embargo geral da Comunidade Europeia.

Estas são as questões de fundo com que a agricultura e os agricultores portugueses se debatem e que o PCP não pode em nenhum momento ignorar. É por isso que se afirma com tanta insistência que o problema não é, no essencial, de pessoas mas de políticas o que a nomeação do novo Ministro vem confirmar. Como afirmou o Primeiro-Ministro e o recém-empossado Ministro da Agricultura, a política agrícola do Governo vai continuar a ser a mesma. O que significa que os problemas estruturais da agricultura continuarão a não ser atacados; que a afectação dos recursos às diversas produções continuará na mesma; que a agricultura familiar e cooperativa continuará a ser marginalizada nos apoios; que a gestão eleitoral do Ministério vai intensificar-se. E aqui, desconfio, com mais força e com alguma reaproximação à CAP. Vai uma apostinha? Nestas circunstâncias ninguém pode exigir do PCP que à força de se querer “construir uma alternativa e uma pressão à esquerda” se transforme no “grilo falante” ou simplesmente na consciência crítica do PS. Como diria José Régio, não vamos por aí, não vamos por aí, não vamos por aí.



■ Rui
Fernandes

Defesa Nacional e Forças Armadas

«First Fighter»...

É o título de um filme que mostra as virtudes dos US Marines. Mas é também a concepção que está subjacente à eliminação do serviço militar obrigatório e à constituição de umas FA's de quadros permanentes e voluntários.

Sabe-se que o objectivo para Portugal é o de vir a dispor de uma força operacional (entre ramos) de 3000 homens, pronta para satisfazer quaisquer compromissos.

As variadas, complexas e contraditórias alterações internacionais verificadas nos últimos anos desembocaram não na aposta no reforço das organizações vocacionadas para a paz e a cooperação, mas na expansão e domínio crescente e tentacular da NATO. Expansão e domínio esses que vão corroendo como ferrugem os sistemas de segurança colectivos existentes, vocacionados para a prevenção da guerra, tudo acompanhado de reforço militar - "melhores" homens, melhores armas, mais e cada vez maior sofisticação tecnológica - sob controlo dos Estados Unidos. Assiste-se, por um lado, à diminuição de efectivos militares um pouco por toda a Europa, mas, por outro lado, o processo de alargamento da NATO que está em curso vai-se traduzir num reforço humano e material da Aliança.

Uniformizam-se sistemas de armas, de comunicações, escalões hierárquicos, sistemas de treino e conteúdos formativo-doutrinários; uniformizam-se procedimentos e "papelística" inerente; uniformizam-se as relações percentuais dos orçamentos da defesa relativamente aos PIB's; especializam-se (com tropeções) as Forças Armadas dos diversos países em função do que têm e dos objectivos

bleia da República, no que respeita às decisões da NATO sobre o Kosovo. Atente-se na afirmação do mesmo Ministro de que a NATO não tem de ouvir o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

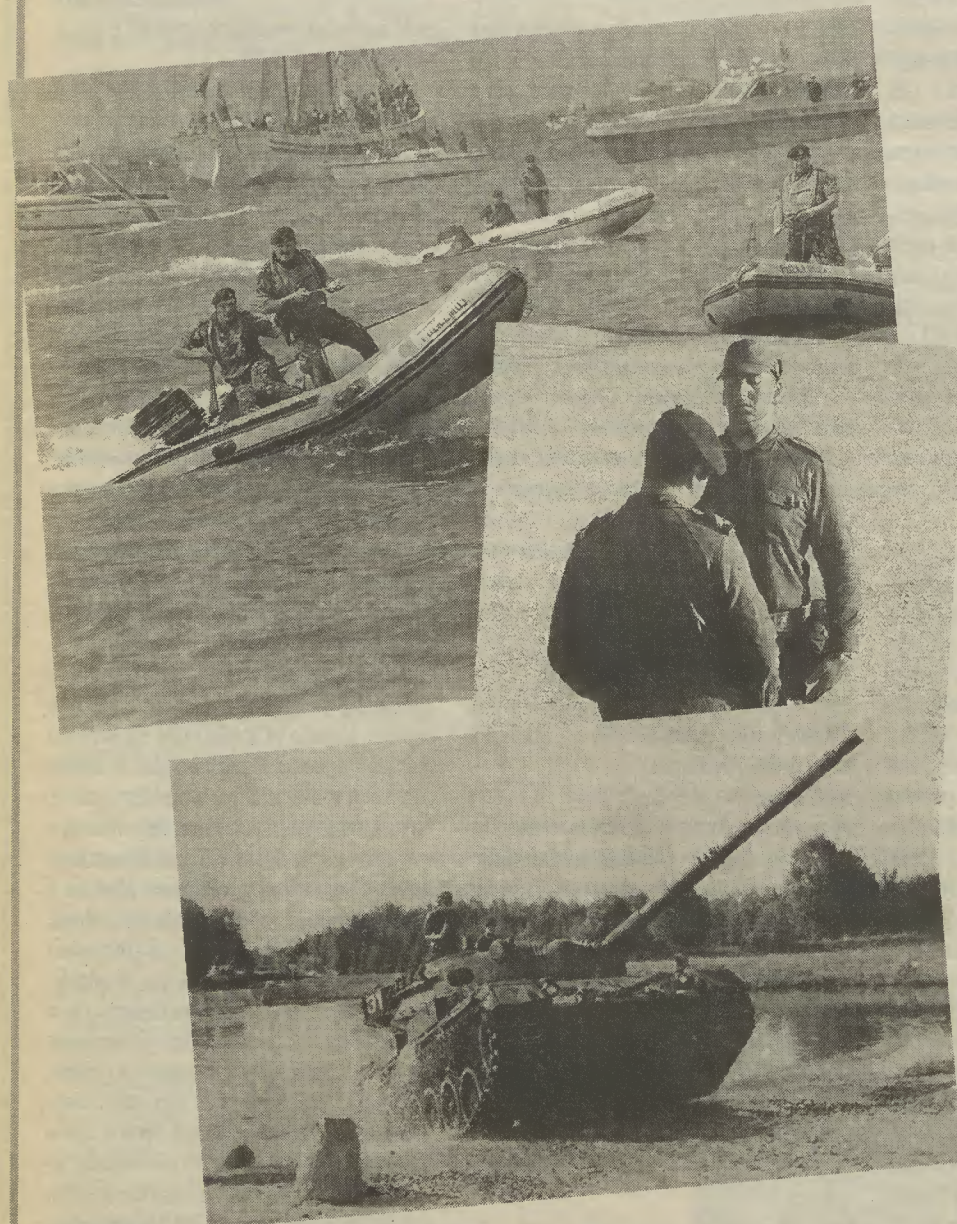
A globalização da economia vai correspondendo, com percalços e velocidades variáveis, a globalização no plano militar.

Também a extinção do SMO é um processo praticamente global, ao nível dos países da NATO. É um processo global com variações quanto à forma e quanto ao conteúdo.

Quanto à forma, porque houve noutros países a promoção de amplas e alargadas discussões e reflexões sobre a matéria. Cá, discute-se antes as habilidades sexuais de Clinton.

Quanto ao conteúdo, porque nalguns países as portas não ficaram inteiramente fechadas aos jovens que queiram ter uma instrução militar básica e muito menos o ficaram a um amplo contacto da Nação com as respectivas Forças Armadas. Cá, parece ir vencer a tese pura e dura da extinção e depois logo se vê... A questão é que o "depois" é, nesta matéria, tarde, como o foi a opção da redução para os quatro meses.

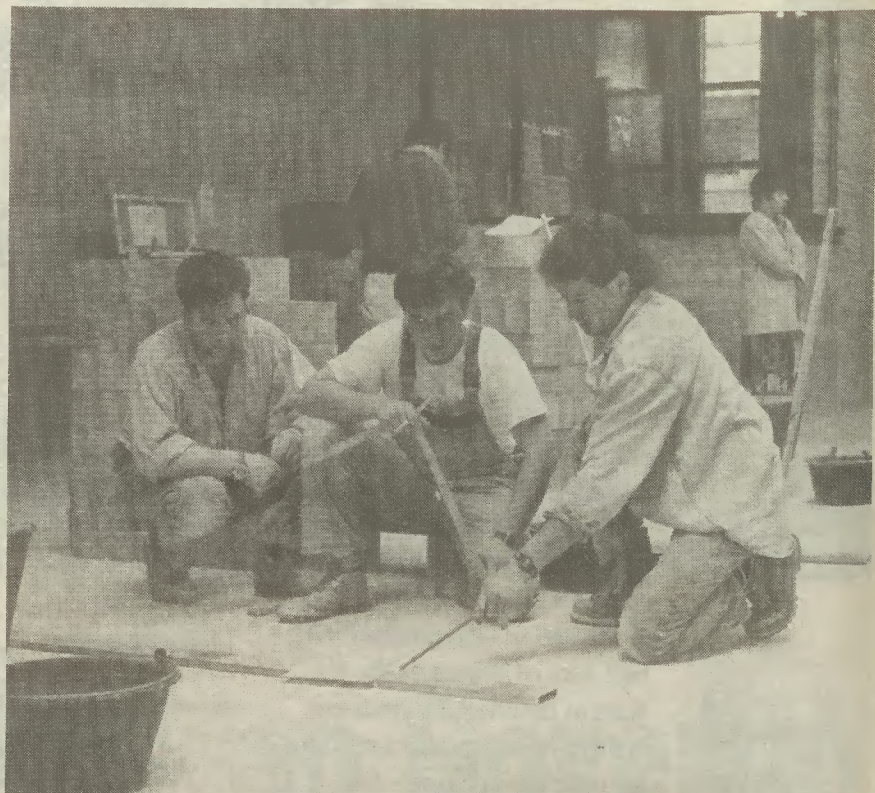
Há hoje, sem dúvida, quesitos operacionais e técnicos incompatíveis com o actual tempo de SMO. Mas não é necessária a sua extinção. Prudente e vantajoso é, para um país como o nosso,



definidos; os conceitos estratégicos têm como base os conceitos NATO e os sacrossantos interesses da Aliança. Veja-se a ligeireza com que o Ministro Veiga Simão compromete Portugal, através das suas Forças Armadas, sem ouvir o Presidente da República e a Assem-

a manutenção de um SMO como vector cívico-formativo e de coesão nacional.

Não imaginamos possível, hoje, assistir à repetição das imagens de que nos dá conta o filme "O resgate do soldado Ryan", mas também não vemos qualquer vantagem no incremento do conceito de «First Fighter».



Suíça

A integração e as grandes dúvidas

■ Manuel Beja

Várias associações de estrangeiros recusaram recentemente o projecto "Leitbild" sobre a integração posto à discussão pública pela administração da cidade de Zurique. Na verdade a contestação abriu a possibilidade de participação mais forte no lançamento de ideias pela igualdade de direitos entre suíços e estrangeiros, obrigando o presidente da cidade Josef Estermann a iniciar um contacto directo com a população.

Os adeptos e defensores do neoliberalismo continuam com todos os meios e em todas as frentes a acelerar a criação de valores desajustados das realidades vividas pelas populações.

Foi, assim, em Zurique, a cidade com maior número de população na Suíça, com a melhor qualidade de vida da Europa, e a mais cara. Uma população estrangeira a rondar os 30 por cento, e com 40 por cento de crianças estrangeiras a frequentarem as suas escolas.

O projecto de integração foi considerado pouco corajoso. Mas, uma boa parte das organizações estrangeiras, foi mais longe ao afirmar que se trata de um produto do aparelho municipal, de terem cedido às pressões da crise económica e de ser o resultado de um fraco e selectivo diálogo com a população estrangeira.

Para aqueles que seriamente participaram, ou entraram nesta fase final da discussão e análise do documento, as opiniões não divergem muito, na maioria dos casos revelam alguma resignação, estranheza, e pouco entusiasmo pelo texto em causa.

A cidade de Zurique merece um outro "Leitbild" de integração em que os cidadãos estrangeiros e as suas organizações tenham mais espaço de participação democrática e os seus direitos como cidadãos, que pagam os seus impostos como qualquer suíço, sejam efectivamente reconhecidos, como por exemplo o direito de votar e de ser eleito, um direito que os estrangeiros esperam ver reconhecido no futuro e pelo qual lutam há muitos anos.

Estranha-se igualmente a posição crítica do documento aos cursos de língua materna e de

cultura de origem dos filhos dos emigrantes. Isto quer dizer que se coloca em causa os cursos de língua e cultura portuguesa, da inteira responsabilidade do Estado português, sem nenhuns custos para a cidade de Zurique. Estes cursos, que sempre foram reconhecidos pela importância pedagógica, social e econó-

mica, são postos em causa num momento em que a aprendizagem do Inglês nas escolas primárias da cidade passou a ser obrigatória. Pergunta-se: afinal onde está a lógica? As críticas foram duras o que obrigou à realização de encontros entre os responsáveis do município e a população suíça e estrangeira. Estas reuniões estão a ser de grande utilidade, no entanto não deixam de ser graves as posições contrárias a uma sã integração da população estrangeira defendidas publicamente pelos membros dos partidos de direita.

Pouca participação portuguesa

Não se pode afirmar que os portugueses estiveram totalmente ausentes deste processo de discussão, não devemos, nem temos o direito de "dramatizar" as coisas a esse ponto. Sabemos que houve pouco debate, tal como aconteceu com outras comunidades. Para isso contribuiu a linguagem difícil do documento o que logo de início criou uma barreira. No entanto, houve portugueses que participaram em discussões e deram contributos de valor na elaboração de tomadas de posição de várias organizações. Para além disso, a Associação Portuguesa de Zurique consagrou uma parte da sua última Assembleia Geral à apreciação e discussão das propostas da cidade.

Finalmente, e pensando bem... toda a contestação ao "Leitbild" abriu as portas a uma vasta discussão sobre a integração dos estrangeiros. Exactamente aquilo que tinha faltado no início da elaboração do documento.

Grupo BCP/BPA

Comissão de Trabalhadores resiste ao assalto de Jardim Gonçalves

Com o objectivo claro de acabar com a Comissão de Trabalhadores do Banco Português do Atlântico, a administração do grupo de Jardim Gonçalves tentou encerrar as instalações em Lisboa e ameaçou recorrer à força. Os membros da CT tiveram de chamar a polícia para não serem postos na rua. Os pormenores deste conturbado processo são relatados em entrevista ao *Avante!* pelos membros da Célula do PCP no Atlântico: Alexandrino Saldanha, igualmente membro do Sindicato dos Bancários Sul e Ilhas; Joaquim Trindade, membro da CT e do Conselho de Gerência dos SMAS; Domingos Mota, membro da Comissão de Trabalhadores; e Fernando Vilaça Cardoso, coordenador da zona sul da Comissão de Trabalhadores.

A administração do grupo BCP/BPA tentou encerrar a Comissão de Trabalhadores, invocando a impugnação das eleições de 9 de Junho pela lista de socialistas e sociais-democratas. Como decorreu o processo eleitoral?

Alexandrino Saldanha (AS) – Logo após a marcação das eleições, as tendências socialista e social-democrata tudo fizeram para adiarem o processo, alegando que o espaço de tempo era muito curto, apesar terem sido cumpridos todos os calendários.

Na nossa opinião, o problema é que por um lado estavam com dificuldades para formar lista, tanto mais que as duas tendências acabaram por se juntar numa só lista, e por outro tinham receio de perder a maioria que conjuntamente dispunham na antiga Comissão de Trabalhadores.

O mandato da anterior CT foi cumprido até ao fim?

AS – Até foi ultrapassado o prazo. O mandato terminou em Fevereiro e as eleições só se realizaram em Junho. Mas o pior é que a CT estava numa situação degradada, pois estava a ficar praticamente sem membros, devido a reforma ou por entretanto terem passado para a actividade do Sindicato. Se esta situação se arrastasse por mais tempo, a própria CT teria poucas possibilidades de realizar novas eleições, pois dentro em breve ficaria apenas com o camarada Vilaça, o único membro que estava a tempo inteiro.

Fernando Vilaça (FV) – Há cerca de um ano e meio, a lista unitária, a mais votada, foi afastada da Comissão de Gestão dos Órgãos Sociais, por decisão conjunta dos socialistas e sociais-democratas. Até ali, a Comissão de Trabalhadores tinha como prática indicar para aquele órgão um membro de cada uma das três listas. Por isso entendemos que esta exclusão foi o primeiro de uma série de actos cujo verdadeiro objectivo era acabar com a Comissão de Trabalhadores.

Por exemplo, a data das eleições foi discutida em plenário e aprovada pela maioria dos presentes, entre as quais elementos da tendência socialista, social democrata e da lista unitária. Pouco depois, não só contestaram a data com criaram uma série de dificuldades para impedir o acto eleitoral.

Mas há razões para a impugnação?

Domingos Mota (DM) – Não existe qualquer razão. Não houve fraude nenhuma.

Mas quais são os argumentos invocados?

AS – O principal argumento para a impugnação é que não estiveram três membros permanentemente em cada mesa de voto. Mas esse aspecto da lei nunca foi cumprido até porque é impossível. Muitos balcões teriam de fechar se esse preceito fosse cumprido. Aliás é impossível ter 900 trabalhadores permanentemente em 300 mesas de voto.

FV – Esta foi a quarta candidatura em que participei e considero que foi de todos o processo mais transparente embora tivesse pouca participação.

Porquê?

DM – A principal razão é que a tendência socialista em vez de promover a constituição das mesas eleitorais, fez contra-informação dizendo aos trabalhadores que as eleições iam ser impugnadas e que aqueles que votassem poderiam ser prejudicados em termos profissionais. As pessoas tiveram medo de participar nas próprias mesas de voto.

AS – Mas já agora refira-se que nos locais de trabalho onde a lista de socialistas e sociais-democratas era favorita (caso de Setúbal ou do Edifício da Bolsa) tudo fizeram para que as eleições se realizassem.

Como é que a administração reagiu à vitória da Lista Unitária?

Joaquim Trindade – Numa primeira fase a administração reconheceu a nova comissão de trabalhadores, em que a Lista Unitária elegeu sete de 11 membros. Tanto é assim que esteve presente na tomada de posse e aceitou o pedido feito por nós para uma reunião com carácter de urgência, que se realizou em 30 de Julho.

ções da CT sob qualquer pretexto. Acresce que a Comissão eleita deve continuar a assegurar os assuntos correntes do órgão até uma decisão definitiva do tribunal. Até a própria Inspeção do Trabalho retirou qualquer legitimidade ao acto prepotente da administração do BCP/BPA.

Mas não tiveram sucesso?

AS – Em Lisboa, resistimos e quando ameaçaram com a intervenção da segurança interna do Banco, nós chamámos a polícia e evitámos o encerramento, apesar do membro socialista da CT presente na ocasião ter sancionado não só o fecho das instalações, como até o recurso à força por parte da segurança do banco para atingir aquele objectivo. Consideramos isto gravíssimo!

No Porto, onde o nosso camarada estava de férias, a CT foi de facto encerrada graças à colaboração de um membro social-democrata da CT que entregou a chave das instalações à administração.

Trata-se de uma acção concertada para destruir a CT?

DM – Para nós é claro. Quando tentámos que a estrutura de trabalhadores do Atlântico fosse alargada ao BCP, Jardim Gonçalves recusou dizendo que «vocês tratem lá dos trabalhadores do BPA que nós tratamos dos trabalhadores do BCP».

A verdade é que como não há Comissão de Trabalhadores no BCP, Jardim Gonçalves está a fazer tudo o que pode para acabar com esta estrutura no BPA. Infelizmente, os socialistas e sociais-democratas estão feitos com administração.

AS – Não há dúvida que estamos perante um salto qualitativo no processo que há muito tenta acabar com as CT's. Hoje é no grupo do Jardim, se tiver sucesso amanhã acontecerá noutros grupos.

O que se passou no BPA foi uma verdadeira tentativa de assalto à CT, com a administração a pretender mudar a fechadura e colocar os membros da CT na rua, alegando que pretendia «salvaguardar o património da Comissão»...

Como é que se pode resolver o impasse criado?

AS – Os trabalhadores têm de se pronunciar sobre a continuação dos membros eleitos na CT, em situação transitória, até à decisão final do tribunal. O problema é que a neste momento a administração insiste em não reconhecer a CT o que dificulta a acção nesse sentido. Ainda recentemente fizemos um comunicado aos trabalhadores para explicar o que está em causa e tentámos distribuí-lo pelo circuito interno, como sempre fazemos. A administração apercebeu-se e apreendeu os documentos.

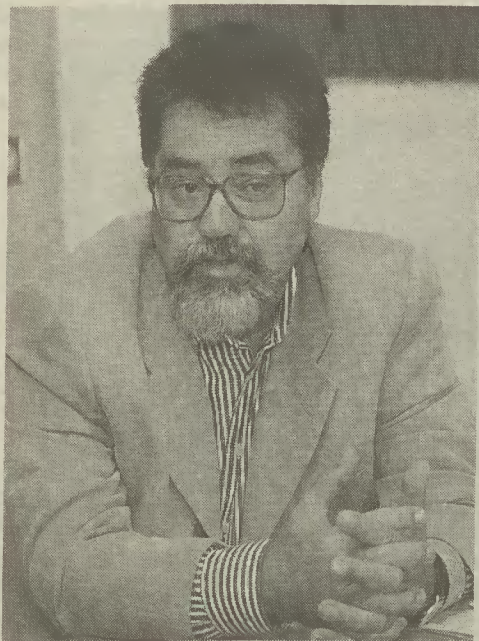
Os trabalhadores aceitam essa situação?

AS – É claro que estamos a fazer um esforço para ganhar os trabalhadores para a defesa do seu órgão representativo. Mas defrontamo-nos com muitas dificuldades. Basta pensarmos que o BPA tinha quase seis mil trabalhadores antes da fusão com o BCP. Hoje, em consequência dos processos de reforma antecipada, rescisões de contrato e transferência de trabalhadores para um

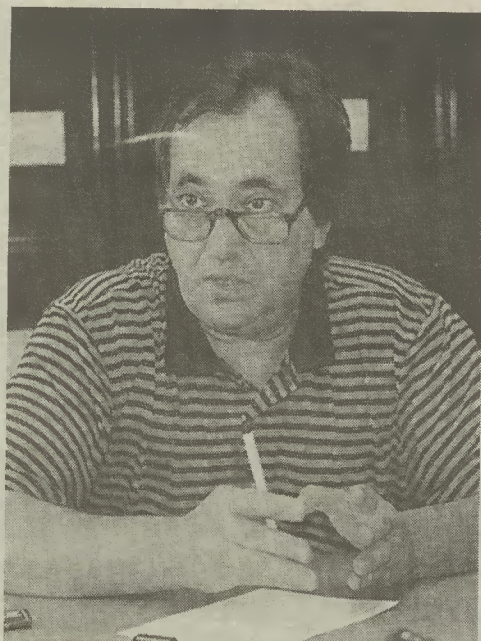
agrupamento complementar de empresas, restam apenas três mil trabalhadores.

Mas é este último processo que mais protestos têm levantado mesmo da parte do sindicato. De facto, o trabalhador deixa de pertencer ao banco durante a sua vida activa, podendo ser utilizado no BPA, no BCP ou mesmo na companhia de Seguros Bonança. Quando atinge a idade da reforma volta aos quadros do Banco.

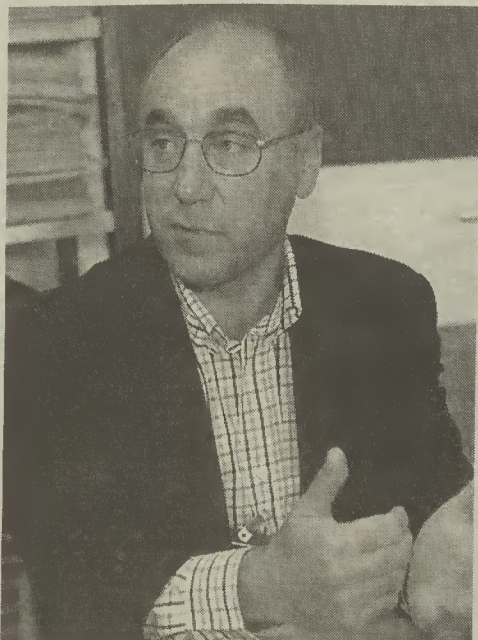
Para além de ser de legalidade duvidosa, este mecanismo dificulta muito a mobilização e os esclarecimentos. Há edifícios do Banco onde entre centenas de trabalhadores, apenas meia dúzia têm vínculo ao Banco.



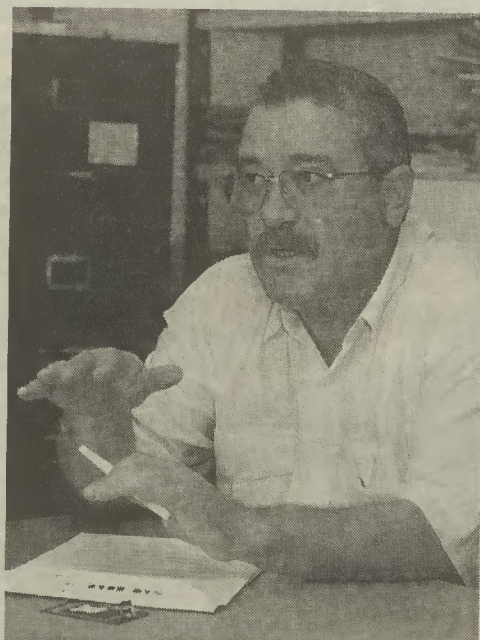
Joaquim Trindade



Fernando Vilaça



Alexandrino Saldanha



Domingos Mota

E porque é que de repente tentou fechar as instalações da CT?

AS – A lei das CT's diz que a instauração do processo de impugnação pelo Ministério Público suspende o efeito do acto impugnado. Ora a administração soube que o caso iria seguir para tribunal e, com o apoio dos socialistas e sociais-democratas, utilizou este pretexto para tentar encerrar as instalações da Comissão de Trabalhadores.

Sem qualquer legitimidade...

AS – Sim. Para já a CT não tinha sido notificada pelo tribunal. Por outro lado, a administração não pode ocupar as instala-

Regionalizar para cumprir Abril

■ Luciano
Caetano da Rosa

Regionalizar, amigos e adversários, é necessário, é justo, é urgente, é democrático, é constitucional e vai ao encontro da Carta Europeia de Autonomia Local. É uma reforma administrativa fundamental para a modernização do Estado de direito. É preciso descentralizar serviços, competências, atribuições e funcionalismo, aproximando-os das populações em nome da eficácia e da desburocratização. É justo resolver problemas com mais celeridade e menos despesas. É urgente cumprir a Constituição da República Portuguesa no que toca à regionalização, reforma que continua à espera da sua institucionalização desde 1976.

A regionalização, além de constitucional, recebeu o aval de 211 Assembleias Municipais (entre 275) e é, na sua essência, profundamente democrática porque alarga a participação das populações na construção do seu destino. À construção democrática do Estado, falta apenas instituir as autarquias administrativas de âmbito regional.

Regionalizar entronca ainda numa tendência geral positiva da construção europeia (onde nem tudo é positivo), devendo reforçar os direitos de cidadania e de decisão local.

As regiões vão permitir captar não só mais fundos comunitários (pela sua maior capacidade negociadora e reivindicativa), como gerir uma percentagem de fundos muito superior à que hoje vem do poder central para o poder local.

O Estado centralista e napoleónico não pode continuar a gerir 92% dos dinheiros públicos, enquanto em 1995, por exemplo, os valores orçamentais geridos a nível local apenas perfaziam 4% do Produto Interno Bruto (PIB). Noutros países da União Europeia com as regiões já institucionalizadas (v.g., Holanda, Inglaterra, Itália...), o orçamento regional varia entre 15% e 22% do PIB desses países.

Com as regiões, Portugal poderá desenvolver-se mais rapidamente porque o Estado central gerirá menos dinheiro e as regiões disporão de mais fundos para realizar projectos de que as populações necessitam.



Com a descentralização, com o desenvolvimento e com mais democracia participativa aumentará igualmente a coesão nacional por via da correcção das assimetrias norte-sul, litoral-interior, cidade-campo, ricos-pobres.

No caso da região Alentejo, a desertão das pessoas e a desertificação ambiental serão eficazmente travadas e a todos dará mais gosto viver aqui com investimentos estruturantes a nível regional (floresta mista, solos, Alqueva, regadio, porto de Sines, aeroportos, turismo rural, inovação tecnológica, fomento do ensino superior...), com a integração dos produtos de qualidade em economias de escala (vinho, azeite, queijo, cortiça, madeiras, mármore, rochas ornamentais...), com a realização de projectos intermunicipais e inter-regionais, etc. A região respeita a autonomia municipal, reforça a iniciativa intermunicipal, otimiza recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos no quadro de um desenvolvimento siner-

gético harmonioso, integrado e sustentável neste dealbar do milénio. É, em suma, uma grande aposta no desenvolvimento.

Fernando Pessoa escreveu alguns num seu poema:

*Eu tenho ideias e razões
Conheço a cor dos argumentos
E nunca chego aos corações.*

Os regionalistas também têm ideias e razões, conhecem a cor dos

argumentos e, contrariamente ao poeta, já chegam com a sua mensagem ao coração de centenas de milhares (milhões?) de portugueses, mas é preciso continuar a esclarecer com boa pedagogia os enganados, os mal-informados, os pouco esclarecidos, para a vitória – um duplo Sim! – no referendo de 8 de Novembro de 1998.

A direita mais reaccionária está com medo de perder a sua influência em áreas importantes de decisão local e tenta envenenar a opinião pública com sofismas, falácias, paralogismos, mitos nacionalistas passadistas, terrorismo verbal, pachequice, inverdades e mentiras. Os portugueses, porém, já provaram a sua maturidade política e saberão democraticamente derrotar a direita com a sua casete fanhosa de quatro ideias estafadas: mais burocracia, mais tachos, mais despesas e esquitejamento do país.

A burocracia não aumenta, pois haverá transferência de funcionalismo central para órgãos regionais e, com o tempo, a burocracia irá mesmo diminuir com a racionalização tendencial. Os



18 governadores civis nomeados, não-eleitos (autênticas correias de transmissão) com os respectivos serviços e auditorias, serão absorvidos pelas oito regiões. As cinco Comissões de Coordenação Regional (CCR) com 20 direcções e outras tantas divisões são extintas e, com elas, desaparecem tachos e caciques para darem lugar a regiões com rosto, com gente eleita pelo sufrágio popular. A direita diz não à regionalização porque já tem a regionalização que lhe convém, ou seja, as cinco CCR antidemocráticas e sem legitimidade democrática que gerem, directamente, mais de 60 milhões de contos do Orçamento Geral do Estado e, indirectamente, mais de 400 milhões de contos dos fundos comunitários. A direita gostaria de manter os seus caciques nestas estruturas das CCR, este poder invisível e misterioso com as suas burocracias regionais. É disto que a direita não fala nem quer ouvir falar. Mas com a regionalização constitucional, o cidadão, o eleitor, o contribuinte, os portugueses saberão a quem pedir contas se não estiverem contentes.

A direita vem com a infantilidade de que as oito regiões vão partir o país em bocados.

Será isto verdade? Então, será que o país se encontra esquitejado em 4241 freguesias? Estará o país 305 vezes partido aos bocados nos municípios que o compõem? Encontrar-se-á o país espatifado por (ainda) ter 18 distritos? Anda o país retalhado por ter duas regiões autónomas? Ficará o país feito num oito por acabar com 18 governadores civis não-eleitos e passar a ter oito regiões administrativas eleitas democraticamente? A direita mente com todos os dentes que tem na boca e defende descaradamente os seus interesses de classe. A direita não fala do verdadeiro esquitejamento do país que consiste em haver ricos cada vez mais ricos (6% da população abocanha mais de 50% do PIB e 1% dos portugueses mais ricos – uns 100 000 – detêm praticamente nas mãos uma riqueza igual à que cabe a sete milhões e meio de portugueses) enquanto é cada vez maior o número de pobres e remediados.

Ainda há muita gente boa com preconceitos, opiniões, reservas, dúvidas, desconfianças e interrogações de boa-fé. Alguns revelam descontentamento por via de um bairrismo ferido, receando a vocação egoísta e hegemónica de certos centros urbanos. Ora a regionalização que vamos votar não prevê capitais de região que «mandem» no resto da região. As regiões vão ter pólos com competências e atribuições distribuídas. No Alentejo, Évora não vai «mandar» em Beja ou em Portalegre ou no Litoral. Cada pólo será contemplado com órgãos regionais para que todos avancem nos caminhos do progresso. E se assim não acontecesse, é caso para afirmar, de imediato, que nada é irreversível em democracia. Regiões perfeitas não há em parte nenhuma do mundo, a não ser na imaginação metafísica de alguns rezingas, que não querem esta regionalização, mas nunca concretizam a que dizem querer. As regiões são entidades feitas de realidades geográfico-históricas, socioeconómicas, sociológico-psicológicas e antropológico-identitárias, precisando de uma forte vontade política para poderem crescer historicamente. Nunca resolverão todos os problemas porque as panaceias também não existem a não ser para espíritos ingénuos, mas muitas soluções para os problemas que afligem as populações encontrar-se-ão melhor no quadro regional.

Votar Sim na regionalização será dar mais força ao Portugal de Abril. É uma grande batalha política de toda a esquerda portuguesa unida, sem sectarismos, e ainda de muita gente honesta que vota, normalmente, PSD ou PP, mas que desta vez compreende melhor a defesa dos seus interesses no âmbito da regionalização. Fazemos votos para que estes concidadãos não se deixem levar pela demagogia de Marcelo-Portas. O PSD e o PP, é bom que se diga, votaram a Lei-

Quadro das Regiões Administrativas. Hoje, contudo, os seus dirigentes máximos dão o dito por não dito, enveredam pela nacional-politiquice e, embora pareça serem católicos praticantes, mentem diariamente e sem pejo aos portugueses, armando-se em farisaicos moralistas e aviltram a democracia.

Esta direita portuguesa foge à palavra dada, carece de ideias e de ideais, mas convicções egoístas é que lhe não faltam. Os seus feios cartazes não representam um exercício de democracia, de verdade e liberdade, antes envergonham todos os demo-



cratas e ferem os sentimentos das pessoas de bem. É absolutamente necessário derrotar esta direita ultramontana nas urnas, dando voz às regiões a 8 de Novembro de 1998. As regiões já possuem suficiente massa crítica e, no exercício da democracia, mais massa crítica irão adquirindo. Há por aí sondagens que não assentam em universos representativos. Por outro lado, a abstenção não serve a democracia que se deseja cada vez mais participada.

Até às eleições, é preciso esclarecer, esclarecer, esclarecer! Para uma vitória dupla do Sim e a fim de também neste domínio se cumprir Abril! Oxalá, prezado leitor, este modesto escrito cívico contribua para algum esclarecimento.

EM FOCO

O Big Deal do capital

■ Anabela Fino

O governo sul-coreano, numa manifestação de humor negro que no mínimo se pode classificar de mau gosto, baptizou de *big deal* (grande negócio) a completa reorganização do sector industrial que está a levar a cabo em todo o país. Ninguém sabe exactamente qual a dimensão e contornos da referida reorganização, mas o que se conhece chega e sobeja para provocar o desespero e a revolta de um povo que desconhecia até há pouco tempo o significado da palavra desemprego em massa, e que continua a não dispor de um mínimo de protecção social.

Um dado adquirido é que o *big deal* sul-coreano passa pela reestruturação dos principais conglomerados nacionais, e pela paragem e fusão de numerosas das suas filiais, o que naturalmente significa a supressão de milhares de postos de trabalho. Na mira da «reestruturação» estão sectores até à data poupados pela crise, designadamente os bancários e funcionários de grandes empresas e do sector público. No sector dos Seguros, por exemplo, foi anunciado o encerramento de quatro companhias - Coryo, BYC, Taeyang e Kukje -, que de uma penada líquida cerca de dois mil postos de trabalho. Uma gota de água no oceano, dado que a total reestruturação do sector prevê o despedimento de onze mil trabalhadores até ao final do ano. Os trabalhadores das sociedades que operam na Bolsa também não escapam ao «negócio»: no primeiro trimestre do ano foram suprimidos cinco mil empregos, e outros milhares estão na calha com o já anunciado encerramento de mais cinco sociedades.

O sector bancário, por seu turno, tem agendada uma verdadeira sangria. De acordo com as decisões divulgadas no final de Setembro pela Comissão de Supervisão Financeira (CSF), os nove estabelecimentos bancários em situação difícil devem reduzir os seus efectivos de 40 a 50 por cento até ao ano 2000. Do 'pacote', os mais afectados são o Commercial Bank of Corea e o Cho Hung Bank, que vão despedir de imediato mais de três mil trabalhadores cada um; o Korea Exchange Bank (mais de dois mil), o Seul Bank (mil cento e cinquenta) e o Korea First Bank (mil e duzentos). No total, até final do ano, prevê-se que sejam suprimidos cerca de trinta mil empregos.

Em causa não está, aparentemente, a necessidade de reformulação do sector bancário. Basta dizer, por exemplo, que o Hanil Bank e o Commercial Bank of Korea registaram, no primeiro trimestre deste ano, perdas de várias dezenas de mil milhões de wons (a moeda nacional). O que se contesta é que as reestruturações assentem essencialmente, quando não exclusivamente, na supressão de postos de trabalho, sobretudo tendo em conta que o sistema de indemnizações aos despedidos abrange apenas cerca de um quarto dos efectivos, não se vislumbrando nenhum plano de criação de novos postos de trabalho.

De acordo com as estatísticas oficiais, o número de desempregados ascende actualmente a um milhão e quinhentos mil, devendo aumentar de forma significativa nos próximos dois anos. Por outro lado, o aumento dos desem-

pregados está a ser acompanhado pela degradação das condições financeiras em que se processa o despedimento: a maioria dos novos desempregados já não recebe as indemnizações correspondentes a doze ou vinte e quatro meses de salário usuais até há poucos meses.

As aguerridas organizações sindicais sul-coreanas não estão de braços caídos face a esta ofensiva. Após uma primeira manifestação em meados de Setembro, que reuniu largos milhares de trabalhadores, a Federação dos sindicatos do sector bancário anunciou a decisão de desencadear este mês um vasto movimento grevista. Idênticas tomadas de posição são de esperar dos restantes sectores afectados pelo *big deal*, tanto mais que as previsões de crescimento económico continuam a ser revistas em baixa.

Óleo na fervura

O relatório de Outono do Fundo Monetário Internacional (FMI) veio deitar mais óleo na fervura do descontentamento social. O FMI constata agora que os países do ASEAN (Filipi-

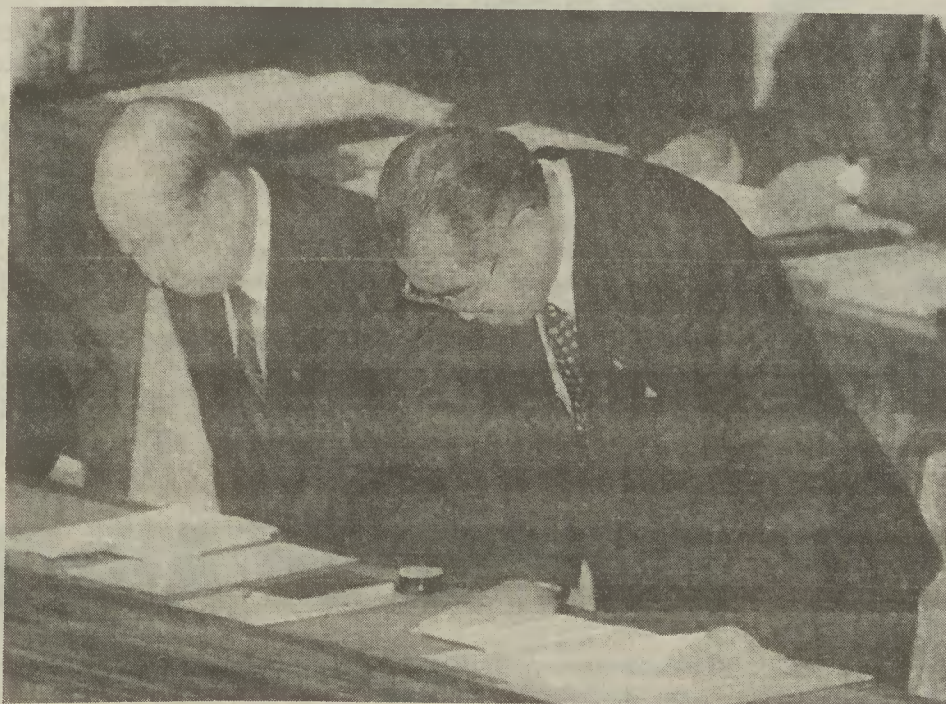
nas, Malásia, Tailândia e Indonésia) vão registar uma descida de 10,4 por cento do PIB no final de 1998 (valor 7,7 pontos abaixo das previsões de Maio), o que vai ter inevitável impacto em todas as economias asiáticas. Para a Coreia do Sul, o recuo do PIB é de sete por cento em 1998. As consequências desta situação são conhecidas: redução do consumo e do investimento superiores ao esperado, perda de confiança dos investidores estrangeiros, fuga em massa dos capitais. Uma mistura explosiva a que há que juntar a crescente revolta popular, pois como sempre são os mais desfavorecidos a pagar a mais pesada factura da crise.

O que está a suceder no Japão, economia de referência para toda a Ásia, é elucidativo da gravidade da situação. Segundo dados oficiais, no mês de Agosto, as vendas de produtos de grande consumo caíram 5,1 por cento em relação ao mesmo mês do ano passado, depois de terem conhecido uma retracção de 3,9 por cento no mês de Julho. Em Setembro, as vendas de produtos alimentares baixaram 4,4 por cento, as de têxteis 5,3 por cento, de mobiliário 14 por cento e de electrodomésticos 7,6 por cento. O Ministério do Comércio Internacional e da Indústria (MITI) reconheceu que as vendas a retalho estagnaram em Setembro, confirmando a opinião dos que afirmam que «os consumidores cortam nas despesas diárias, incluindo na alimentação».

Apesar de 60 por cento do PIB nipónico ser gerado pela procura interna, até ao momento o governo não tomou nem parece interessado em tomar medidas para relançar a procura. Pelo contrário, anunciou a decisão de propor aos seus parceiros do G-7 a implementação de uma ajuda de 30 mil milhões de dólares para os países do sudeste asiático, numa tentativa de relançar as respectivas economias, o que a prazo poderia contribuir para o aumento das exportações nipónicas. Sucede no entanto que o comunicado final da reunião do G-7, realizada no passado fim-de-semana, não faz qualquer referência a esta iniciativa, a que se opõem o FMI e os Estados Unidos. E no entanto, o comunicado fala em «desenvolver novas capacidades», «utilizar créditos garantidos e outras inovações para financiar o sector privado», «expandir a capacidade de empréstimos do Banco Mundial aos países agora afectados pela crise», etc.. Palavras e mais palavras, que não terão qualquer significado se os EUA não abrirem os cor-

dões à bolsa. Ora justamente a guerra surda que se trava nos EUA entre democratas e republicanos passa também pela recusa de novas injeções de capital em organismos como o FMI, tidas como essenciais para «ajudar os países afectados pela crise».

Num contexto como o actual, os conflitos sociais são praticamente inevitáveis. Depois das explosões registadas recentemente na Indonésia - que obrigaram a sacrificar Suharto e estão a ser tão a custo controladas -, dos desaires eleitorais dos conservadores no Japão e das lutas que se anunciam na Coreia do Sul, entre outros exemplos, as forças do capital têm motivos de sobra para se preocupar. Afinal, o *big deal* pode ser um mau negócio.



Os governantes japoneses (em cima), manifestam-se incapazes de fazer frente à crise financeira. Na Coreia do Sul, trabalhadores da Hyundai (em baixo) manifestam-se em defesa dos postos de trabalho



Nos dias negros de 22 e 23 de Setembro, Wall Street conheceu o pânico. E não foi no mercado de acções

■ Manoel de Lencastre

À beira da catástrofe

O espectro de um terrível desastre esboçou-se em Wall Street na tarde de terça-feira, 22 de Setembro. Já a 2 desse mês o LTCM (Long Term Capital Management), um Fundo de investimentos cujos negócios explicaremos mais adiante, tinha avisado os respectivos clientes de que os valores activos da empresa tinham sofrido, só em Agosto, uma quebra de 44%. Estimava-se que de Janeiro até ao fim de Agosto essa quebra se fixasse em 50%. As desculpas apresentadas pelos directores do Fundo não convenceram. E porque a falência do LTCM acarretaria consigo perdas superiores a 200 000 milhões de dólares, toda a Wall Street entrou em pânico.

O capital do Fundo era de 2,5 mil milhões de dólares. Mas, onde já ia ele? Tinha-se dissipado. Não era a perda desse capital, todavia, que originava os tremores experimentados por toda a Banca americana e internacional. A verdade é que, com base no seu capital, os directores do LTCM haviam exposto o Fundo a um «leverage» muito superior às trinta vezes que os Bancos, normalmente, compreenderiam. Se decretada, oficialmente, a falência do LTCM faria diminuir ainda mais a base dos seus valores activos e desencadearia uma série de outras falências que acabariam por colocar em perigo a própria posição dos Bancos envolvidos nos negócios do Fundo e nos dos seus milhares de investidores e clientes. Um dos banqueiros afectados pela negra perspectiva da falência de todo o sistema de Bancos e Fundos de investimentos disse:

«Tinha-se gerado um clima de intenso ressentimento contra esses 100 homens⁽¹⁾ que, em Greenwich, Connecticut⁽²⁾, conseguiram levar o sistema financeiro internacional à beira da catástrofe.»

Perante o alarme que surgia de todos os quadrantes da vida económica e financeira dos Estados Unidos e não só, face às aflitivas mensagens recebidas de Inglaterra (Barclays), da Alemanha (Deutsche Bank) e da Suíça (Union de Banques Suisses), o Federal Reserve Bank de New York (Banco central dos Estados Unidos) resolveu intervir. O LTCM não podia ser deixado tombar na falência. Mas os seus negócios, possivelmente, já não tinham futuro. Era essencial, apesar disso, não permitir que se desenvolvesse um domínio de falências internacionais que deixaria o mundo financeiro em chamas. Também não podia ser o governo de Washington a deitar dinheiro público na fogueira, como já tinha feito noutros casos menos catastróficos. Os contribuintes fiscais, o povo americano, não aceitaria, possivelmente, tornar-se no salvador dos aventureiros do LTCM e dos capitais que os Bancos lhes haviam emprestado e aos seus clientes. Era necessário que fossem os próprios Bancos a tirar as castanhas do lume se quisessem defender os seus interesses. Como se disse, estavam em jogo 200 000 milhões de dólares. O Federal Reserve Bank chamou os principais banqueiros de Wall Street.

Uma reunião de último recurso

Agora, vejamos o que a este respeito escreveu o «Financial Times», a 25 de Setembro, há poucos dias, portanto: «As caras e as figuras que se juntaram à mesa no gabinete da direcção do Federal Reserve de New York, no 10º andar da respectiva sede, naquela noite de quarta-feira (23.09.1998) representavam a elite de toda a Wall Street. Raramente tinha um acontecimento apresentado suficiente urgência para requerer que se tivessem chamado pessoas como David Komansky, presidente do Merrill Lynch, e Sandy Warner, presidente do J.P. Morgan, apenas com algu-

mas horas de prazo. Mas as circunstâncias eram excepcionais. Aqueles homens, e outros em representação de mais 12 bancos estavam ali para evitar a falência de um deles e salvarem-se a si próprios dos efeitos de um dos mais espectaculares colapsos financeiros da Wall Street moderna. Para o «Long Term Capital Management», o Fundo de elite cujo activo ascendia a 80 000 milhões de dólares, soara a hora da verdade.

Na importante fortaleza do edifício do Federal Reserve com os seus portões de ferro trabalhado e a sua severa fachada em pedra, um grupo de especialistas em alta finança tinha trabalhado durante todo o dia sob instruções dos principais bancos de investimentos de toda a Wall Street. Lutaram para persuadir outras instituições financeiras a contribuir com centenas de milhões de dólares cada um para que o capital do LTCM fosse reconstituído. Disse alguém que tomou parte nos trabalhos: «Já não dispúnhamos de muito tempo...»

Os bancos envolvidos nesta significativa operação de absoluta emergência cuja finalidade, sem dúvida, residia na salvação do próprio sistema bancário em geral porque a queda dos bancos de investimentos arrastaria consigo os bancos comerciais (credores em última análise), foram os seguintes: Goldman Sachs, Merrill Lynch, Morgan Stanley Dean Whittler, Travelers⁽³⁾, UBS (Suíça), Crédit Suisse First Bostom, Barclays Capital, Deutsche Morgan Granfell, Chase Manhattan, BT Alex Brown, J.P. Morgan. Em conjunto, subscreveram 3,5 biliões de dólares para que o capital do LTCM fosse reposto tornando-se possível, assim, evitar a falência deste e continuar a gerir a carteira de investimentos ainda em curso. Mais tarde, juntar-se-iam àquele grupo o Lehman Bros., a Société Générale, o Paribas, o Crédit Agricole (associado do Grupo Espírito Santo) e o Banco de Itália.

Quem conhece o funcionamento dos bancos e a psicologia dos banqueiros não teve hesitação em concluir, desde o primeiro minu-

to, que o instinto inicial dos participantes nesta operação fora o de salvarem-se a si mesmos deixando o LTCM e os seus dirigentes na estrada da falência e do desprestígio. Mas, vendo mais longe, rapidamente descobriram que os milhares de investidores no Fundo tinham, em incontáveis casos, realizado os seus investimentos com dinheiro levantado nos mesmíssimos bancos do LTCM e em quase todos os outros. O Federal Reserve Bank tinha já visto isso, precisamente. A falência de todo o sistema, assim, estava à vista e só foi evitado em último dia, como costuma dizer-se na terminologia bancária.

Agora, o LTCM vai funcionar dirigido por uma comissão nomeada pelos seus novos e relutantes proprietários (os bancos) enquanto aos antigos accionistas se reservaram 10 por cento do novo capital. Quanto aos directores do Fundo, os homens que haviam inventado o sistema em que o mesmo operava, ficaram reduzidos a 1 por cento daqueles 10 por cento e continuarão ao serviço na qualidade de empregados para que o acompanhamento dos negócios prossiga. Mas ninguém tem quaisquer ilusões em Wall Street. Logo que a nova comissão recupere das perigosas posições tomadas pelo antigo regime, o capital agora subscrito será retirado e o LTCM liquidado. Neste momento, é lícito dizer-se que o Fundo foi meramente ressuscitado, removido, quase precipitadamente, do próprio túmulo. Na realidade, o LTCM já não passa de um cadáver cuja presença entre os vivos suscita um clima de horrores e pânico quanto ao destino dos outros fundos de alto risco (Hedge Funds), dos bancos de investimentos e, enfim, de todos os bancos.

Quando terminou a já célebre reunião na sede do Fed, em Wall Street, a atmosfera tornara-se de completa perplexidade. Nos «halls» de entrada e na própria rua, homens de negócios com investimentos directos ou indirectos no LTCM procuravam res-

Fundos de Alto Risco

O Long Term Capital Management é um dos chamados «Hedge Funds», aqueles que tomam riscos em operações difíceis de compreender por quem não possui experiência daquilo que é a corrida aos lucros quase impossíveis nos meios onde o grande capital trabalha e precisa, evidentemente, de reproduzir-se. Às operações de risco conduzidas por estes fundos é costume chamar investimentos de especuladores e pessoas super-ricas em negócios «futuros» e em «opções» relativamente a posições possíveis. Porque se trata de actos comerciais que ultrapassam os negócios bancários normais, chamam-lhes «derivativos», o que significa serem contratos que derivam das actividades bancárias ainda que não possam exercer-se sem o dinheiro dos bancos.

Os derivativos, as opções, os futuros, são contratos que dão o direito, por exemplo, de comprar mercadorias no futuro a um preço calculado no presente. O mesmo sucede com operações de «exchange» em larga escala. Se alguém necessita de uns milhões de dólares ou libras dentro de seis meses, o Fundo pode garantir esse dinheiro a um câmbio calculado e aceite, mas que poderá divergir daquele que vigorar no momento culminante. Armados com a experiência e os serviços de economistas e matemáticos, os Fundos e, especialmente, o LTCM, concluem que tais ou tais negócios derivativos lhes podem proporcionar numa data futura estabelecida, um lucro determinado. Concluídos os respectivos contratos, realizam fenomenais lucros, imediatamente, descontando nos bancos 90 ou 95 por cento do valor desses contratos. É daí que surgem as responsabilidades acumuladas. Quando os negócios morrem em determinados mercados, como aconteceu com a Rússia e os chamados merca-

dos emergentes da Ásia, todo o sistema se afunda. O risco acaba onde havia começado – no sistema bancário.

Os investidores no LTCM eram pessoas recomendadas pelos próprios bancos e, espantosamente, os chamados «investidores estratégicos» eram gente colocada em altas posições governamentais nos vários países ou, segundo se sugere, agora, funcionários de autoridades financeiras de países asiáticos e da Rússia, de onde todo o dinheiro desapareceu. Aos seus investidores, o LTCM cobrava uma taxa de 2 por cento, anualmente, a título de custos com a gerência do capital investido, e mais 25 por cento de todos os lucros realizados com esse capital. Se se verificassem prejuízos, os clientes do LTCM suportá-los-iam na totalidade.

Dinheiro a sério...

Em condições desta espécie, não se compreende muito bem como foi possível ao LTCM chamar a si tantos investidores. A verdade, porém, é que há cerca de dois anos, o Fundo começava, até, a declinar ofertas de capital para investimento. A sua riqueza era tal que já não desejava gerir mais dinheiro. E devolvia o capital que os candidatos a investidores lhes enviavam.

O Long Term Capital Management, não sendo o maior entre os fundos de alto risco, era o que se distinguia pela qualidade técnica e académica dos seus principais dirigentes. O seu fundador, John Meriwether, fora um dos mais prestigiados «Masters of the Universe» (Mestres do Universo) como administrador de investimentos no Solomon Brothers, hoje

desaparecido, durante os anos 80. O LTCM era o único fundo que incluía entre os seus cérebros dirigentes figuras laureadas com o Prémio Nobel em Economia e Matemática.

Meriwether é uma das personagens centrais do livro *bestseller* intitulado «Liars Poker» que aborda e analisa o estilo de vida e de trabalho naquele Banco. Tornou-se numa figura lendária na Wall Street. Segundo o referido livro, Meriwether teria sido desafiado para uma aposta pelo então presidente dos Solomon, John Gutfreund, nos seguintes termos: «Aposto contigo um milhão de dólares – e nada de lágrimas». Ao desafio, Meriwether, respondeu: «Só aposto com dinheiro a sério. Dez milhões de dólares – e nada de lágrimas!»

Como se disse, era uma figura venerada em todos os meios do capitalismo. Wall Street apaixonara-se pelo mestre supremo de tudo o que fossem operações financeiras arriscadas. Amricano de origem irlandesa, Meriwether cresceu na cidade de Chicago em cuja Universidade obteria em 1974 o mestrado na disciplina de «Administração de Negócios». Mais tarde, como chefe das operações com títulos do Estado no Banco Solomon Bros., fez-se rodear de académicos com qualificações máximas em física e matemática. Em 1991, viu-se envolvido no escândalo que ensombrou aquele célebre Banco de investimentos e levaria ao seu desaparecimento. Os patrões do Banco, John Gutfreund e Tom Strauss foram afastados e John Meriwether apenas conseguiu salvar-se com dinheiros emprestados pelo «Sábio de Omaha», Warren Buffett, um dos principais, talvez o principal especialista americano em negócios da Bolsa e de investimentos.



Principais dirigentes do «Long Term Capital Management»

John Meriwether, fundador e presidente do «Long Term Capital Management»

postas para o mais incerto dos futuros. Pequenos corretores ao serviço de clientes cujos investimentos se haviam perdido, todos fumando em cadeia, não conseguiam sequer imaginar como fora possível que tudo aquilo tivesse acontecido. Empregados dos bancos, para lá enviados em missões múltiplas, cabisbaixos, procuravam convencer-se de que a falência anunciada do LTCM, mas evitada no momento derradeiro, não passava de uma violenta tempestade num copo de água. Um drama de consequências eventualmente aterradoras que não se repetiria. Ou tudo andaria errado neste mundo...

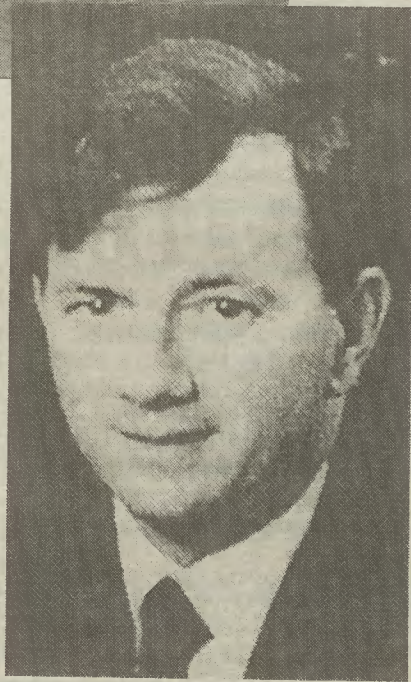
O que esteve em jogo naquela quarta-feira do destino de todos os capitalistas foi o edifício do capital financeiro americano e mundial. Agora, ficou o medo do contágio. O capitalismo que, evidentemente, não é só dinheiro ou papel em sua representação, vive muito da psicologia. As economias da Ásia, da Rússia, da América do Sul, abriram crateras irreparáveis. Nervosos, semi-perdidos num universo que julgavam impossível conhecer, todos os que apostavam no sistema de Wall Street começaram a

perder a confiança e fogem apavorados em busca daquilo que, simplesmente, não existe – o paraíso onde o capital possa prosperar, reproduzir-se, crescer, e jamais enfrentar riscos. A verdade de toda esta repugnante história encontramos-na na inevitável conclusão: mesmo com uma injeção de novo capital, as responsabilidades do LTCM representam, ainda, cerca de 60 vezes esse valor (3,5 mil milhões de dólares). Como foi possível, entretanto, que a aventura deste Fundo, de investimentos especiais, tivesse acontecido?

(¹) O conjunto do pessoal dirigente do Long Term Capital Management.

(²) Sede do Fundo.

(³) O presidente deste banco, Sandy Weill, passará a controlar a maior instituição financeira americana quando a aquisição do Citicorp ficar formalizada e completa dentro de 10 dias. Trevelers é a organização bancária que absorveu o Solomon Brothers e procedeu ao encerramento da secção de fundos derivativos, opções e futuros nele existente.



Prémios Nobel desacreditados

A sede de Long Term Capital Management foi estabelecida em Greenwich, no Connecticut, logo que Meriwether deixou os Solomon em Agosto de 1991, depois do escândalo com títulos inválidos da Tesouraria do governo dos Estados Unidos. Levou consigo para a nova firma os melhores «traders» (negociantes) em investimentos para opções e negócios futuros, incluindo os professores Eric Rosenfeld e Larry Hilibrand, da «Business School» da Universidade de Harvard. Igualmente, recrutou para o LTCM os serviços do antigo vice-presidente do Federal Reserve, David Mullins.

Mas o «golpe» que, verdadeiramente, feriu a imaginação do mercado e de todos os especuladores do mundo foi a chamada aos quadros do Fundo de dois académicos do mais alto grau que ficaram encarregados da

dólares correspondente ao Prémio Nobel, o júri dissera que «o seu trabalho na elaboração do sistema, em conjunto com o já falecido Fisher Black, da Goldman Sachs, os colocava na frente entre todos os que tinham contribuído para o progresso das ciências da Economia nos últimos 25 anos».

Naturalmente, estes Nobel eram mais homens de negócios do que cientistas. Faziam parte do grupo de 12 sócios que haviam fundado o LTCM, em 1992, com um capital de 150 milhões de dólares, cada. Esse capital tinha crescido para 490 milhões de dólares, cada, quando a base inicial aumentou de 1250 milhões para 6000 milhões. A este nível de crescimento os lucros que o LTCM distribuía aos seus investidores, que incluíam muitos banqueiros importantes em

Wall Street agindo a título privado, eram considerados bons. Tudo, ao fim de seis anos, tinha caminhado da melhor maneira.

Mas, agora, o LTCM, Meriwether, os dois Nobel da Economia e os 100 principais «managers» de Greenwich, fizeram tremer a Wall Street e todo o edifício do capitalismo. O que aconteceu, realmente, foi a falência, apesar da intervenção do Federal Reserve e dos Bancos que, contrariados, tiveram de embarcar na mais complexa operação de salvamento que a Wall Street moderna jamais viu.

Nestes termos, não surpreende que o comentador do *Financial Times*, Barry Riley, tivesse proferido uma fatal palavra de ordem: «Corram já para os barcos de salvação!» após o que, reflectindo, desabafou: «Mas ainda haverá tempo?»

O Goldman Sachs fugiu ao veredicto do mercado

Olançamento no mercado, do papel subscrito pelo famoso banco de negócios americano, Goldman Sachs, acaba de ser adiado e, possivelmente, jamais terá lugar. Tratava-se de uma operação que envolvia o encaixe de 30 000 milhões de dólares. Foi uma enorme decepção porque o Goldman Sachs é, nos nossos dias, o banco de investimentos de maior êxito. Mas as perdas sofridas, recentemente, em todos os mercados mundiais, deixaram clara a mensagem de que tinham deixado de existir condições favoráveis para que aquela operação se realizasse.

No clima de crise e de nervosa expectativa que se vive, actualmente, em Wall Street, os directores do banco, Jon Corzine e Henry Paulson, tiveram de reconhecer que a venda de títulos da instituição no valor acima referido estava condenada ao malogro. Possivelmente, nem metade dos 30 000 milhões de dólares conseguiriam obter. Esta instituição prejudicou bastante os 190 sócios do banco que esperavam embolsar 45 milhões cada. Também o restante pessoal (11 500 funcionários) esperava receber acções de valor igual ao de um ano de vencimentos. Tudo o vento da crise levou...

Uma declaração de Alan Greenspan Presidente do Banco Central Americano, o «Federal Reserve Bank»

«Se a falência do Long Term Capital Management tivesse resultado na paralisação dos mercados financeiros, seriam infligidos prejuízos substanciais a um número incalculável de participantes no jogo desses mercados, incluindo alguns que não se achavam directamente envolvidos em negócios com o LTCM. Inclusivamente, a falência deste Fundo de investimentos de risco, se tivéssemos permitido que se verificasse, colocaria em perigo as economias de muitos países, incluindo a do nosso».

Sayonara

A falência mais espectacular que se verificou no Japão desde o fim da 2ª Guerra Mundial verificou-se no passado dia 27 de Setembro (um domingo) quando o «Japan Leasing Corporation» entrou em colapso com dívidas de 2,4 triliões de yen (10 000 milhões de libras) e fechou.

Este banco, que se especializava em negócios de «leasing» (empréstimos para a compra de equipamentos e de propriedades) é uma das três filiais do Long Term Credit Bank, cuja falência se espera, também, a toda a hora. O fim do Japan Leasing Corporation foi provocado pela incobrança das dívidas dos seus clientes. Estes, apanhados em falso pela quebra dos valores dos bens adquiridos, cessaram os seus pagamentos e faliram também.

As duas outras filiais do Long Term Credit Bank, a Nippon Lendic e a Nippon Enterprises Development, pode dizer-se que, igualmente, têm os seus dias contados.

Ao entregar-lhes o Certificado e o cheque de um milhão de

Onde vingam «os mais fortes»

O colunista do *Diário de Notícias*, Luís Delgado, veio à liça no *Notícias Magazine* com uns repolhudos parágrafos contra a regionalização, interpelando os seus opositores - todos os apoiantes do «sim» no próximo referendo - com a alargada interrogação: «Será que a actual crise económica e financeira mundial não lhes serve de lição?» Obviamente, a pergunta era retórica. Luís Delgado não queria ouvir uma resposta, queria «dar uma lição» aos ignaros do «sim» por interposta crise económica e financeira mundial. E disse: «Ainda não perceberam que só vingam os mais fortes, os mais audazes e os mais protegidos. É a regra básica da sobrevivência. Vale a pena, por isso, repetir o que foi aqui escrito em Abril: nenhum país, isolado ou dividido, consegue fazer frente à fúria predadora da globalização financeira, ou da integração económica, e isso é visível na Ásia, na Rússia, na América Latina e em África (...). E é neste mundo perigoso, à nossa minúscula escala, que os regionalistas continuam a defender a mais desconcertante de todas as

PONTOS CARDEAIS

teorias para justificar a mudança do actual sistema político administrativo de Portugal». Falando ao País de uma cátedra planetária, Delgado mostra, a partir de tão subido observatório, a sua visão do mundo - uma selva - e a sua posição nele - o partido dos «mais fortes, mais audazes e mais protegidos», os únicos que «vingam», segundo «a regra básica da sobrevivência». Isto apesar de o seu contraditório pessimismo concluir, no mesmo passo, que ninguém «consegue fazer frente à fúria predadora da globalização financeira»... Esquece, o audaz Delgado - ou se calhar nunca deu por isso -, que é geralmente a força do colectivo e a energia da solidariedade que verdadeiramente tem movido o mundo dos homens, no que de passos civilizacionais ele foi dando ao longo da sua história, subvertendo a tal «regra básica da sobrevivência» e, também em geral, isolando e derrubando os que usam e abusam da lei do mais forte para se eternizarem no

poder. Além disso, no limiar do século XXI, retirar das teorias evolucionistas do século passado conclusões sociais à Rudyard Kipling é capaz de ser uma ideia com poucas hipóteses de «vingar»... Entretanto, o que é que a selva tem a ver com uma reforma administrativa? O Tarzan talvez fosse capaz de o explicar. De preferência ao Delgado, para que ele depois o explicasse a nós...

Relatório pornográfico...

O Relatório de Kenneth Starr sobre os escândalos sexuais envolvendo o presidente Bill Clinton e a estagiária da Casa Branca Mónica Lewinski está a ser vendido em quiosques da cidade chinesa de Cantão como livro pornográfico, incluindo «fotos indecentes» retiradas da Internet. O livro, de 230 páginas, contém grande parte do documento sobre as relações entre Bill Clinton e Mónica Lewinski, com particular incidência nas passagens

«picantes», é vendido a dois dólares e está ter grande saída, apesar da proibição oficial da sua divulgação. Ora aí está um entendimento correcto do Relatório de Kenneth Starr: uma simples e elementar publicação pornográfica!

...e pornografia para os pequeninos

Interessante, também, foi a decisão de não sei quem ligado às ligas puritanas nos EUA de fazer uma «versão para crianças» do Relatório de Kenneth Starr, no pressuposto de produzir uma espécie de documento *soft core* das bandalheiras jurídico-presidenciais em que se tornou o caso Mónica Lewinski. Há-de ser uma coisa delirante. Primeiro, afogaram, literalmente, as crianças do País com enxurradas consecutivas das mais sórdidas descrições sexuais de que há memória numa campanha pública, e agora querem resgatá-las numa nova «versão». Como será, por exemplo, a «versão para crianças» de «sexo oral», referido até à exaustão por toda a gente como *pièce de résistance* da escandaleira? E como se explicará às crianças o que o próprio Presidente Bill Clinton quis dizer quando afirmou - também até à exaustão - que não considerava «sexo oral» como «relação sexual»? Será que a desvergonha não tem limites, na terra do Tio Sam?

O voto electrónico

Nas eleições presidenciais do Brasil, que o actual Presidente Fernando Henrique Cardoso venceu à primeira volta, houve a novidade do «voto electrónico» para animar o «povão» a votar, particularmente os milhões de eleitores que vivem muito abaixo do limiar da miséria e, em grande parte, não sabem ler nem escrever. Pelos resultados, parece que a afluência às urnas foi significativa, nomeadamente no «voto electrónico», que funcionou, assim, como uma espécie de jogo de vídeo de graça para os pobres. Seria apenas bizarra, se não fosse tremendamente dramática, esta cínica utilização da mais alta tecnologia ao serviço dos mais pobres, apenas para que eles votassem... para continuarem na miséria.

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Do meu Diário

Poesia

passa um vento por mim
em busca de expressão

(saudades de um jardim
com flores, ou ainda não)

que sonho foi aquele
embebido em suor?

(a tatuagem na pele
de quando em quando acorda)

sombras trémulas nas
ribeiras que esvoaçam

(as águas passam, mas
é sob elas que passam)

Viagem

a esperança é um objecto
de que não tiro juro
amor secreto
nos lírios inseguros

está na minha mão só
o tempo de aquecê-la
depois retoma o voo
em direcção à estrela

onde é mais fácil vê-la

Futuro

Às vezes é difícil entender
pois os dias são breves
alto os pássaros leves
mal os podemos ver.

Há quem diga que nem
que já nem pássaros há.
Mas se a minha
gentil vizinha
vai ser mãe
é porque saberá
que o homem que virá
sabe já ao que vem.

Alto, os pássaros leves
vão sobre os dias breves.

Actualidade

O agente da PIDE,
está no jardim
da sua quinta.

Tranquilamente
poda as suas rosas.

Ainda não conseguiu
porém
ser canonizado
o que se explica só
por uma distracção
de Sua Santidade.

Tranquilamente
poda as suas rosas.

Chovem lágrimas
longe
chovem lágrimas
que estão servindo agora
para regar as flores
do seu jardim.

Às vezes acontece
o sangue, os gritos, os gostosos
choques eléctricos e os
apertões nos testículos.

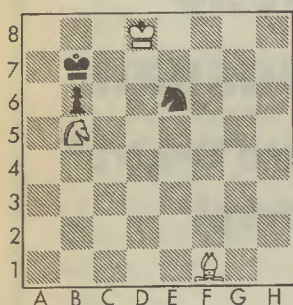
Resta-lhe o sonho. Poda
tranquilamente
as suas rosas.

XADREZ

DCLXXVII - 8 DE OUTUBRO DE 1998
PROPOSIÇÃO N.º 1998X40

Por: HENRI RINCK
«Basler Nachrichten» - 1927

Pr.: [3]: P6 - B6 - R6
Br.: [3]: C5 - B1 - R8



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1998X40 [H.R.]

1. Bg2+, Rb8; 2. Cd4, Bc8 [g8, g4, c4, f7, a2]; 3. Cp6+, Rb7 [a8]; 4. Ce7 [e5, b4]+ #

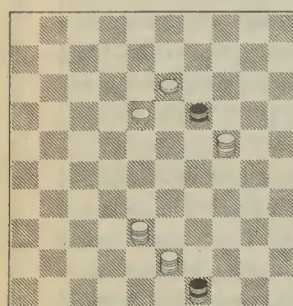
A. de M. M.

DAMAS

DCLXXVII - 8 DE OUTUBRO DE 1998
PROPOSIÇÃO N.º 1998D40

Por: M. J. KUIPERS La Haia [NL]
«L'Effort» n.º 138, F., III/IV, 1971

Pr.: [2]: (19)-(49)
Br.: [5]: 13-18-(24)-(38)-(43)



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1998D40 [M. J. K.]

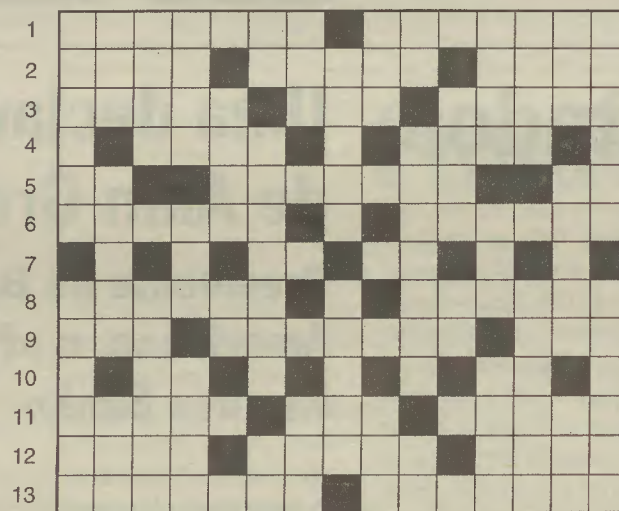
1. 24-35, (19-2); 2. 18-12, (2-16); 3. 38-21, (49-38); 4. 21x49, (16-1); 5. 12-7; 6. 49-16+

2. 21-18, (2-11); 2-38-24, (49x30); 3. 35x16+

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Alcalóide extraído do ópio empregado, em injeções, como narcótico para acalmar as dores; completo. 2 - O m. q. aloés; funcionário agregado a outro, como auxiliar, ou que não pertence ao quadro dos efectivos; encolorizar. 3 - Varrera as brasas do forno para a cozedura; letra grega; doze dúzias. 4 - Conjunto dos ramos e das folhas da planta; altar cristão (pl.). 5 - Planta liliácea oriunda da China; paredes que limitam lateralmente o costado de um navio; cento e um romanos. 6 - Equipara; untara com óleo. 7 - Acusada; comparecer. 8 - Combatente destacado de uma força para, durante a noite ou em ocasiões de nevoeiro, detectar, pelo ouvido a actividade do inimigo; desmentira. 9 - Enfermidade; linguagem de uma nação, considerada nos seus caracteres especiais (pl.); conjunto de duas pessoas. 10 - Uma vogal (pl.); base. 11 - Sacerdote budista tibetano (pl.); prejuízo; vigiar. 12 - Lavar; tosquias; creme. 13 - Galhofas; enrubescer.

VERTICAIS: 1 - Maliciosa; guardar na mala. 2 - Remoinho de água (prov.); furiosa; apelido de poeta português. 3 - Triturar com os dentes; conjunto de fenómenos meteorológicos que caracterizam o estado da atmosfera em dada região (pl.). 4 - Qualquer animal feroz carnívoro; sapo do Amazonas; curo. 5 - Estimar muito; Titânio (s.q.). 6 - Naquela; pousado no mar (o hidrovião); basta. 7 - Acrescenta; pedra de moinho (pl.). 8 - Repete; de forma geral, nome vulgar extensivo aos mamíferos carnívoros que constituem o grupo dos pinípedes (pl.). 9 - Partida; a parte inferior do pão. 10 - Articulação das falanges dos dedos; ornar; sozinho. 11 - Almojariz; Einsténio (s. q.). 12 - Terreno duro e liso ou lajeado, onde se desgranam os cereais e os legumes; unidade de trabalho do sistema CGS; utensílio munido de bico para escrever. 13 - Enguia; chamar em socorro. 14 - Pano de arrás; acreditara; fruta de ateira. 15 - Rezaria; ave trepadora (pl.).

SOLUÇÕES:
R&s; creia; ata. 15 - Oratária; araras.
lar. 10 - N6; adormar; s6. 11 - Gral; Es. 12 - Gral; Es. 12 - Gral; Es. 12 - Gral; Es.
aru; saro. 5 - Amur; Tr. 6 - Na; amur; focas. 9 - Ida.
VERTICAIS: 1 - Marotia; emalar. 2 - Ola; trosas; Ar. 3 - Roer; climas. 4 - Fera;
tas; rosarias.
-M&; idiom&; par. 10 - Is; ps; 11 - Lam&; mal; velar. 12 - Atr&; tos&; nata. 13 - Riso-
-K&; aras. 5 - Tr; amur&; ola. 6 - Amur&; ola. 7 - R&; Ir. 8 - Escuta; negara. 9
-R&; aras. 5 - Tr; amur&; ola. 6 - Amur&; ola. 7 - R&; Ir. 8 - Escuta; negara. 9
-R&; aras. 5 - Tr; amur&; ola. 6 - Amur&; ola. 7 - R&; Ir. 8 - Escuta; negara. 9

AGENDA

JORNADAS PARLAMENTARES DO PCP

Dias 12 e 13 de Outubro

Biblioteca Municipal da Moita

Com a participação de
CARLOS CARVALHAS
na sessão de abertura
(Segunda-feira, 12, às 11h00)

Política de

Telecomunicações, serviço público e o seu papel num projecto de desenvolvimento nacional

- reunião no CT Vitória,
Sábado, 10, às 15h

com a participação
de **FRANCISCO LOPES**

Colóquio

Sábado, 10 Outubro - 15 horas
no Espaço Vitória
(Centro de Trabalho do PCP - Av. da Liberdade, 170 - LISBOA)

"A nova lei de estrangeiros e os direitos dos imigrantes em Portugal"

com: **Henrique de Sousa**
(Membro do Secretariado do C.C. do PCP)
Antónia Nascimento
(Eleita na Assembleia Municipal de Amadora)
António Filipe
(Deputado do PCP na Assembleia da República)
Manuel Correia
(Membro do C.C. do PCP e dirigente do Movimento anti-racista)

PCP

REGIONALIZAÇÃO

Carlos Carvalhas na Campanha SIM às Regiões

• **Em VIANA DO CASTELO** - Sexta-feira, dia 9, às 17h00
Encontro com trabalhadores e activistas pelo SIM, na sede dos Serviços Sociais dos Trabalhadores da CM

• **No PORTO** - Sexta-feira, dia 9, às 21h30
SESSÃO PÚBLICA SOBRE A REGIONALIZAÇÃO, no Hotel Tuela

• **Em TRÁS-OS-MONTES** - Sábado, dia 10
Pela criação da Região Administrativa de Trás-os-Montes e Alto Douro
BRAGANÇA

12h15 - Recepção pela Organização do PCP na Praça da Sé
13h00 - Almoço-convívio no Restaurante Académico
(Inscrições até dia 8 nos CTs de Bragança e Mirandela)

17h30 - Recepção na CM de Chaves pelo Presidente do Município
19h30 - Recepção na Comissão Concelhia de Chaves do PCP
20h00 - Jantar no Restaurante Chave de Ouro

Distrito de BRAGA

• **BARCELOS**
Reunião geral de militantes, com a participação de **António Lopes**: Sábado, 10, às 21h30, no Centro de Trabalho do PCP.

• **CABECEIRAS DE BASTO**
Jantar da Organização do PCP na sub-região de Basto, com **Agostinho Lopes**, que participa às 21h, no Auditório Municipal, num Debate sobre a Regionalização promovido pelo Jornal "Forum Cabeceirense".

• **PEVIDÉM**
Sessão de esclarecimento sobre a Regionalização, com a participação de **Oscar Jordão Pires**: na Junta de Freguesia de Selho (S. Jorge) às 21h30.

Distrito de FARO

• **FARO**
Plenário da DORAL sobre a campanha "Sim às Regiões": Sexta-feira, 9, às 21h30, no CT de Faro.

Distrito de LISBOA

• **LISBOA**
Alcântara - Sessão/debate na Junta de Freguesia, com a participação de **Bernardino Soares**: Sábado, 10, às 15h
Plenários de Freguesia para discussão da situação política, questões da Organização e Campanha da Regionalização: **Beato**: dia 10 às 15h30, na JF do Beato; **S. João**: dia 10 às 15h, na JF; **Alto do Pina**: dia 10 às 15h, na JF de S. João.
Reunião da célula da Editorial Caminho: Quinta-feira, 8, às 13h, nas instalações da empresa.
Jantar promovido pelo Organismo de Empresas de Lisboa, com a participação de **Jorge Cordeiro**: Sexta-feira, 9, às 20h, no CT da Av. Duque de Loulé.
Plenário de Jovens Comunistas da Zona Oriental de Lisboa: Dia 10, às 16h, no CT Vitória.

SINTRA

Plenário de militantes do Cacém, com a participação de **Euclides Pereira**: Sexta-feira, 9, às 21h30, no Centro de Trabalho do Cacém.

PERO PINHEIRO

Plenário de militantes da freguesia: Sexta-feira, 9, às 21h30, na garagem do cam. Ernesto.

Distrito de SANTARÉM

• **ALCANENA**
Reunião de militantes/Debate com a participação de **Jorge Cordeiro**: hoje, às 21h, no CT.

BENAVENTE

Plenário concelhio de militantes com a participação de **José Casanova**: Sexta-feira, 9, às 21h, no Centro de Trabalho.

CARTAXO

Reunião de militantes: Sexta-feira, 9, às 21h, no Centro de Trabalho.

CONSTÂNCIA

Debate público com a participação de **Luís Sá**: Sexta-feira, 9, às 21h00, na Sala da Biblioteca Municipal.

GOLEGÃ

Debate público com a participação de **Sérgio Ribeiro**: Sexta-feira, 9, às 21h30, na Sala do Secretariado da Feira Nacional do Cavalo.

SANTARÉM

Reunião de militantes: hoje, às 21h, no Centro de Trabalho.

Distrito de SETÚBAL

ALCOCHETE

Sessão de esclarecimento na Sede do GD da Fonte da Senhora: Sábado, 10, às 21h.

ALMADA

Plenário concelhio de Quadros, com a participação de **Jorge Pires**: Sexta-feira, 9, às 21h, no CT Concelhio; Debate com

Desenvolvimento
Democracia
Descentralização

Portugal
fica a ganhar

Sim às Regiões!

PCP

Reformados: Sábado, 10, às 14h, no CIRL (Laranjeiro); Sessão de esclarecimento promovida pela Com. de Freguesia da Trafaria: Sábado, 10, às 15h30; Plenário de militantes da Costa da Caparica: Domingo, 11, às 15h30, no Centro de Trabalho local.

BARREIRO

Plenário concelhio sobre o Referendo, com a participação de **Jorge Pires**: Sábado, 10, às 15h, no Centro de Trabalho Concelhio.

MOITA

Sessão de esclarecimento com a participação de **Rui Garcia**: Sexta-feira, 9, às 21h, na Junta de Freguesia do Gaio-Rosário.

MONTIJO

Plenário de militantes da freguesia de Montijo: Sexta-feira, 9, às 21h, no CT concelhio; Almoço-convívio com a participação de **Jorge Pires**: Domingo, 11, às 13h, no CT Concelhio.

PALMELA

Sessão de esclarecimento com a participação de **José Caetano**: Sábado, 10, às 21h, na Casa dos Moradores dos Brejos do Assa.

SEIXAL

Sessões de esclarecimento no Clube Recreativo de Miratejo e no Centro Cultural das Paivas: Sexta-feira, 9, às 21h; Plenário de militantes da freguesia de Corroios: Sábado, 10, às 15h, no CT de Corroios; Sessão de esclarecimento na Soc. Fil. União Arrentelense, Arrentela, e no Centro de Solidariedade Social de Pinhal de Frades: Sábado, 10, às 15h; Sessão de esclarecimento na Associação de Reformados de Fernão Ferro: Domingo, 11, às 15h; Plenário de militantes da freguesia de Seixal: Domingo, 11, às 15h, no CT do Seixal; Sessão de esclarecimento na A.U.R. de Pensionistas e Idosos de Amora: Terça-feira, 13, às 15h.

SINES

Sessão de esclarecimento no Salão da Comissão de Moradores da Pouca Farinha: Quarta-feira, 14, às 21h.

FIM DO BLOQUEIO

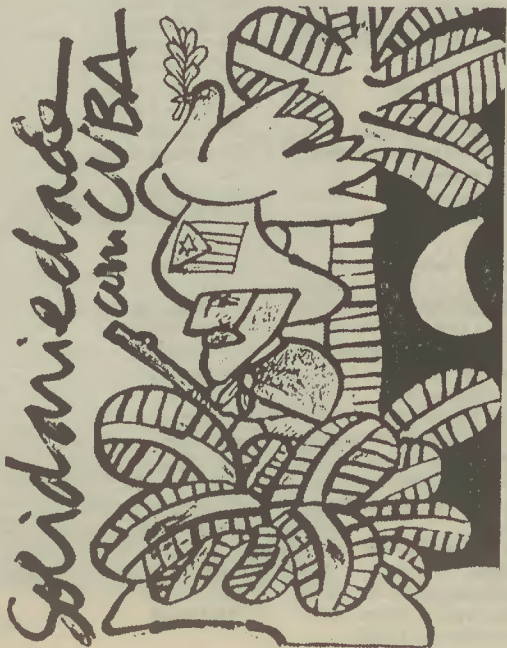
Solidariedade com o povo de Cuba

PORTO - 17 de Outubro
Por ocasião da Cimeira
Ibero-Americana

Concentração-desfile - 16h00
Espectáculo de solidariedade - 21h30

Excursões do distrito de LISBOA:
informações e inscrições no CT Vitória
ou em qualquer CT da ORL

Oeiras - Partida de Queijas às 07h30
(regresso às 23h30), com paragens em Carnaxide,
Linda-a-Velha, Algés, Cruz Quebrada, Paço
D'Arcos, Oeiras, Porto Salvo, Barcarena.
Preço: 3.000\$00 (O espectáculo custa mais
1.000\$00). Inscrições: Tels. 411 57 46 e 418 32 12



PORTO

Sábado, dia 10 - CT da Boavista
Reunião da Direcção Distrital às 15h00
Convívio a partir das 18h00

"Conversa de Café" sobre a Regionalização
com Teresa Lopes e Rui Sá

COVILHÃ

Sábado, dia 10, 14h30 - Centro de Trabalho do PCP
Plenário Distrital, com a participação de **Lúisa Araújo**

S. JOÃO DA MADEIRA

Quinta-feira, dia 8 - na Pç. Luís Ribeiro
Evocação de Che Guevara, no 31º aniversário do seu assassinato

FREAMUNDE - Quinta do Cherina - Figueiras FESTA POPULAR - 9 e 10 de Outubro

Sexta, dia 9: 21h30 - Música Popular Portuguesa e Rock
Sábado, 10: 15h00 - Jogos Tradicionais
21h00 - Fado - Música Popular
23h00 - Intervenção política de Honório Novo
24h00 - Noite da Juventude com Bandas Rock

TELEVISÃO

Quinta, 8

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Esmeralda
14.20 Consultório
15.40 Invasores Espaciais
(de Patrick Read Johnson, EUA/1990, com Douglas Barr, Royal Dano, Ariana Richards. Comédia / Ficção Científica)
18.05 Chiquititas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Contra Informação
21.05 As Lições do Tonecas
21.40 Terra Mãe
22.30 Grande Entrevista
23.50 Desfile de Moda
00.50 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 A Vida É um Zoo
16.30 Departamento de Homicídios
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.35 Hugo
20.05 A Nave Vermelha
21.05 Murphy Brown
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece

Sexta, 9

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Esmeralda
14.20 Consultório
15.40 Recreativo
16.55 Chiquititas
17.55 Futebol: Portugal-Roménia (Sub 21)
20.00 Telejornal
20.45 Contra Informação
20.55 Terra Mãe
21.50 Jogos sem Fronteiras
23.35 24 Horas
00.25 Máquinas
01.05 Full Contact
(de Rick Jacobson, EUA/1992, com Jerry Trimble, Howard Jackson, Alvin Prouder, Gerry Blanck, Denise Uik. Artes Marciais)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.00 Desporto
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Hugo
20.05 A Nave Vermelha
20.35 Portugalmente
21.05 O Riso ao Poder
21.35 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Sim, Sr. Hulot

Sábado, 10

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
12.20 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
14.50 Simpsons
15.15 Robin dos Bosques
16.10 Nunca É Tarde
16.40 Conan, o Guerreiro
17.45 Excentricidades
18.15 Estrada Viva
18.45 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Portugal-Roménia
23.20 Em Nome da Justiça
00.15 86-60-86
00.50 24 Horas
01.30 Limites do Terror
02.25 O Regresso do Justiciero da Noite
(de Don Hulette, EUA/1977, com Chuck Norris, George Murdock, Terry O' Connor. Acção)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Magazine
12.45 Música Maestro - A Arte do Canto
13.30 Dinheiro Vivo
19.30 Zoom
15.00 Desporto 2
19.45 2001

Domingo, 11

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
12.30 Jornal da Tarde
13.35 Made in Portugal
15.00 Kung Fu
15.55 Operação Elefante
(de Simon Wincer, EUA/1996, com Dany Glover, Ray Liotta, Denis Leary. Comédia / Guerra)
17.35 Departamento de Homicídios
18.40 Casa Cheia
18.30 Jet 7
19.30 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
20.50 Assalto à Televisão
22.30 Domingo Desportivo
23.20 Millennium
00.20 24 Horas

RTP 2

09.30 Novos Horizontes
10.30 Missa
11.50 O Mundo Natural do Japão
12.40 Grandes Romances do Séc. XX
13.30 Jornal d' África
14.00 Desporto 2
18.30 Musical
19.20 Bom Bordo
20.00 Artes e Letras - «John Steinbeck»
21.00 O Gelo da Morte

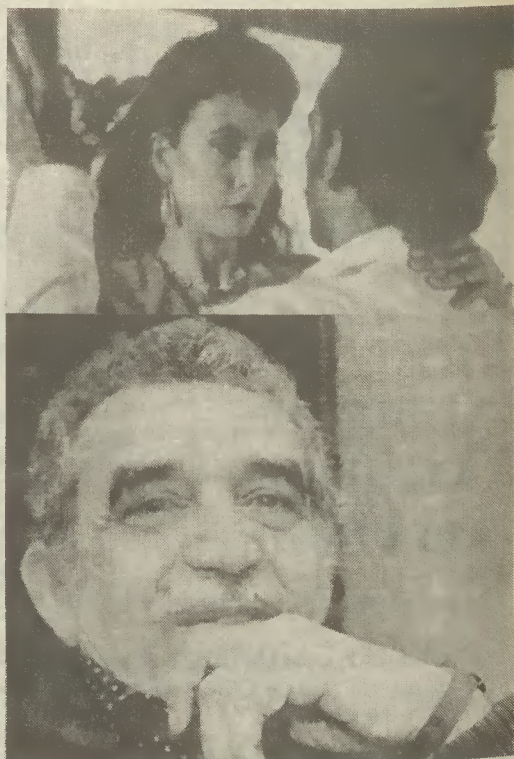
Segunda, 12

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.45 Ilusões
17.15 Infantil
18.10 Chiquititas
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Contra Informação
20.55 Nós, os Ricos
21.30 Nova Propaganda da RTP
23.15 Vidas Proibidas (Ballet Rose)
00.15 24 Horas
01.05 Espiões de Classe

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 A Vida É um Zoo
16.35 Departamento de Homicídios
17.30 Madeira
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.35 Hugo
20.05 A Nave Vermelha



“Pequenas Histórias de Amor” são pequenas pérolas do conto, saídas da pena de Gabriel Garcia Marquez, que o próprio ajudou a adaptar ao cinema. Para ver à 2ª feira na RTP 2

Terça, 13

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Futebol: Eslováquia-Portugal
16.05 Esmeralda
17.05 Ilusões
18.10 Chiquititas
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Excentricidades
21.30 Herman 98
23.30 Reportagem: «Brasil»
00.35 24 Horas
01.25 Rotações
02.00 Poltergeist

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 A Vida É um Zoo
16.35 Departamento de Homicídios
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.35 Hugo
20.05 A Nave Vermelha
20.35 Portugalmente
21.05 Betty Boop
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 O Justiciero Solitário
(de Clint Eastwood, EUA/1985, com Clint Eastwood, Michael Moriarty, Carrie Snodgrass, Christopher Penn. Ver Destaque)
00.45 Encontros Imediatos

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Repetições
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
18.50 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.55 Moda Paris
21.00 Médico de Família
22.00 Torre de Babel
23.30 O Beijo da Morte
(de Barbet Schroeder, EUA/1995, com David Caruso, Kathryn Erbe, Nicolas Cage, Helen Hunt, Samuel L. Jackson. Policial)
01.30 Último Jornal
02.05 Cruz Vermelha - As Ligações *erigasas
03.35 Vibrações

TVI

09.10 S.O.S. Urgências
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Mulher Perigosa
15.00 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 Gémeas
19.00 Pretender
20.00 As Novas Aventuras do Super Homem
21.00 Directo XXI
21.30 Assalto ao Aeroporto
(de Renny Harlin, EUA/1990, com Bruce Willis, Bonnie Bedelia, Franco Nero, William Atherton. Drama/Ação)
24.00 Golo
00.30 Seinfeld
01.25 Feedback

Quarta, 14

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.45 Ilusões
17.15 Infantil
18.10 Chiquititas
19.00 País País
19.45 País Regiões
19.30 Futebol: Eslováquia-Portugal
21.30 Telejornal
22.15 Contra Informação
22.25 O Rochedo
(de Michael Bay, EUA/1996, com Sean Connery, Nicolas Cage, Ed Harris, David Morse, John C. McGingley. Ver Destaque)
01.00 24 Horas
01.50 Sinatra - Os Melhores Anos

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 A Vida É um Zoo
16.35 Departamento de Homicídios
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Hugo
20.05 A Nave Vermelha
20.35 Portugalmente
21.05 Simpsons
21.35 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 O Cadillac Cor de Rosa
(de Buddy Van Horn, EUA/1989, com Clint Eastwood, Bernadette Peters, Timothy Carhart. Comédia Dramática)
00.50 Sinais do Tempo

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Repetições
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
18.50 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
21.00 Bom Baão
21.30 Polícias à Solta
22.00 Torre de Babel
23.15 Crossfire
00.20 Último Jornal
00.55 Conversas Secretas
02.25 Vibrações

TVI

09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Mulher Perigosa
15.00 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 Gémeas
19.00 Pretender
20.00 As Novas Aventuras do Super Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Blaze - Amor Proibido
(de Ron Shelton, EUA/1998, com Paul Newman, Lolita Davidovitch, Gaillard Sertain, Jerry Hardin. Ver Destaque)
00.10 Ally McBeal
01.10 Seinfeld
01.45 Lanterna Mágica
02.15 Ponto Final



“Betty Boop”, criada nos anos 30 por Grim Natwick, está em curta série de animação na RTP 2

22.50 Play Time - Vida Moderna
(de Jacques Tati, Fr./1967, com Jacques Tati, Nathalie Jam, Luce Bonifassy, Valérie Camille. Ver Destaque)
01.15 No Place To Go

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
18.50 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.55 As 100 Fotos do Século
21.00 Torre de Babel
22.00 Miss Mundo Portugal
Cantigas de Mal-Dizer
23.15 Grande Reportagem
00.15 Último Jornal
02.15 Sentinela
03.45 Vibrações

TVI

09.10 S.O.S. Urgências
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Mulher Perigosa
15.05 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 Gémeas
19.00 Pretender
20.00 As Novas Aventuras do Super Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 O Ente do Passado
(de Michael Toshiyuki Uno, EUA/1996, com Tiffani-Amber Thissen, Tim Matheson. Drama)
01.30 Seinfeld
02.50 Robert e Robert
(de Claude Lelouch, Fr./1978, com Charles Denner, Jacques Villeret, Jean-Claude Brialy, Francis Perrin. Fantasia)

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



Numa série dedicada a “Lendas de Hollywood”, a estrela da semana é Elizabeth Taylor

20.25 Tenchi Muyo
20.55 Onda Curta
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História
23.30 A Vida Por uma Corda
(de Chen Kaige, China/Gr.Br./Ale.1991, com Liu Zhongyuan, Huang Lei, Xu Qing. Ver Destaque)
00.55 Lendas de Hollywood - «Elizabeth Taylor»

SIC

08.00 Buéréré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Bem-vindo ao Inferno
(de Yossi Wein, EUA/1994, com Frank Zagarino, Billy Drago, Jennifer Miller. Aventuras)
16.10 Xena
17.15 Superman - O Filme
(de Richard Donner, EUA/1978, com Christopher Reeve, Marlon Brando, Margot Kidder, Gene Hackman. Fantasia)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Big Show Sic
00.50 Os Sete Magníficos
01.50 Último Jornal
02.25 Vidas Perdidas
(de Michael Tolkin, EUA/1994, com Peter Weller, Judy Davis, Samuel L. Jackson, Patrick Bauchau. Comédia Dramática)

TVI

09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Animação
13.35 Contra-Ataque
14.40 Feedback
15.35 Sétimo Céu
16.30 Doido por Ti
17.00 Não Mexa com a Minha Filha
(de Stan Dragoti, EUA/1989, com Tony Danza, Catherine Hicks, Wallace Shawn. Comédia)
19.00 Aventuras no Pacífico
20.00 Flipper
21.00 Directo XXI
22.00 Voz do Sangue
(de Graeme Campbell, EUA/1996, com George C. Scott, Ally Sheedy, Rachel Leigh Cook, Dom Diamont. Drama)
24.00 Cárcere de Mulheres
(de John McNaughton, EUA/1995, com Ione Skye, Missy Crider, Bahni Turpin. Telefilme)
01.50 Piaf e Marcel
(de Claude Lelouch, Fr./1983, com Evelyne Bouix, Marcel Cerdan, Jacques Villeret, Francis Huster. Biográfico)

22.00 Jornal 2
22.30 Horizontes da Memória
23.00 Bailado
23.55 Vidas do Século: «Khrushchev»

SIC

08.30 Buéréré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Cão Zarlho
(de Mick Jackson, EUA/1994, com Dana Carvey, Valeria Golino, James Earl Jones, Kevin Pollak. Comédia Policial)
15.50 A Ilha Misteriosa
17.00 Os Imortais
17.50 Indiana Jones e o Templo Perdido
(de Steven Spielberg, EUA/1984, com Harrison Ford, Kate Capshaw. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Furor
22.20 Ficheiros Clínicos
23.30 City Hall - A Sombra da Corrupção
(de Harold Becker, EUA/1996, com Al Pacino, John Cusak, Bridget Fonda, Danny Aiello. Ver Destaque)
01.40 Último Jornal
02.15 Dra. Quinn
03.15 Portugal Radical

TVI

10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.00 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Geo: Os Olhos do Mundo
15.00 Adultos à Força
15.55 Doido Por Ti
16.20 Ao Encontro da Guerra e do Amor
(de Peter Hyams, EUA, com Harrison Ford, Lesley-Anne Down, Christopher Plummer, Alec McCowen)
18.30 A Lenda de Guilherme Tell
19.30 Futebol (Campeonato Italiano)
21.15 Directo XXI
22.00 O Rosto da Lei
23.00 Os Dados Estão Lançados
(de Tommy Lee Wallace, EUA/1998, com Annette O'Toole, Michael McKean, Brian Wimmer. Drama)
01.00 Tempestade Num Copo d'Água
(de Claude Lelouch, Fr./1992, com Marie-Sophie L., Vincent Lindon, Gérard Darmon. Comédia)

“Vidas Proibidas” lá continua na RTP como “ape-ritivo” à nova grelha

20.35 Portugalmente
21.05 Sarilhos com Elas
21.35 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Jornal Falado
23.50 Harry, o Implacável
(de James Fargo, EUA/1976, com Clint Eastwood, Harry Guardino, Bradford Dillman, John Mitchum. Acção)
00.30 Pequenas Histórias de Amor

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Repetições
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
18.50 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.55 Moda Paris
21.00 Médico de Família
22.00 Torre de Babel
23.30 O Beijo da Morte
(de Barbet Schroeder, EUA/1995, com David Caruso, Kathryn Erbe, Nicolas Cage, Helen Hunt, Samuel L. Jackson. Policial)
01.30 Último Jornal
02.05 Cruz Vermelha - As Ligações *erigasas
03.35 Vibrações

TVI

09.10 S.O.S. Urgências
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Mulher Perigosa
15.00 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 Gémeas
19.00 Pretender
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Soldados da Justiça
23.00 Traído pelo Desejo
(de George Case, EUA/1996, com Tom Berenger, Nancy Travis, Heidi Schanz. Drama)
00.50 Seinfeld

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Play Time
- **Vida Moderna**

(Quinta, 22.50, RTP2)

Certamente transmitido numa das versões comerciais que constituiu um encurtamento da duração original, *A Vida Moderna* é, seguramente, uma das obras mais conseguidas de Jacques Tati, o singular realizador francês (ex-actor de *cabaret* e *music-hall*) que nos deu, através das aventuras e desventuras do seu desajeitado «herói» Mr. Hulot, uma visão impagável e fortemente crítica da realidade, em que o indivíduo é confrontado com o «consumo de massas» e a standardização da sociedade moderna. Aqui, Tati constrói o filme a partir das tentativas de Hulot para marcar um encontro - e respeitá-lo...



Uma cena de «Play Time - Vida Moderna», de Jacques Tati

Sim, Sr. Hulot

(Sexta, 22.50, RTP2)

Desta vez, o Sr. Hulot, inventor de uma caravana repleta dos mecanismos e acessórios mais imaginativos, vai apresentar a sua criação no Salão Automóvel de Amesterdão, atravessando para tal terras de França na companhia de uma competente e bela «relações públicas». Um filme a um tempo terno, poético e repleto de situações cómicas, a encerrar o ciclo dedicado a Jacques Tati.

A Vida Por Uma Corda

(Sábado, 23.30, RTP2)

Produzido em conjunto pela China, Grã-Bretanha e Alemanha, este filme foi realizado pelo cineasta chinês Chen Kaige. Diz-se ser uma obra de esplendorosa beleza plástica e de um admirável rigor estético que nos conta a história comovente de um velho músico cego que «vive no sonho de quebrar a milionésima corda do seu banjo, de forma a poder usar uma receita milagrosa capaz de restabelecer a sua visão». O filme foi seleccionado para a secção oficial do Festival de Cannes de 91.

Indiana Jones e o Templo Perdido

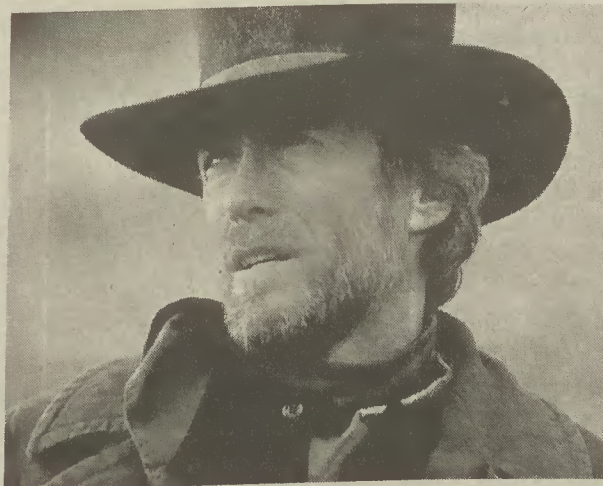
(Domingo, 17.50, SIC)

Realizado três anos após o primeiro grande êxito da série, pelos mesmos responsáveis técnicos e com o mesmo Harrison Ford no papel de *Indiana Jones*, este filme é novamente uma entusiasmante exploração das mesmas e infalíveis receitas espectaculares, com o herói principal em busca da pedra *Sankard* na Índia. Mas a história é relativamente mais fraca e Kate Capshaw (mulher do próprio Spielberg) não chega aos calcanhares de Karen Allen, na figura da heroína.

City Hall - A Sombra da Corrupção

(Domingo, 23.30, SIC)

O filme começa violenta e vertiginosamente, como mandam as regras: numa troca de tiros entre um gangster e um agente da polícia, ambos caem mortos, mas também um miúdo de seis anos, apanhado no fogo cruzado, acaba por morrer. Eis um início «prometedor» (se me permitem a expressão) que, ainda por cima, constitui um fio condutor que nos leva ao desenvolvimento de uma história que toca os meandros do poder político, do crime e da corrupção. O problema é que, segundo as referências, o ritmo em que a história se desenrola é prejudicado por alguns diálogos algo literários e pelo surgimento de pequenas histórias paralelas que chegam a provocar uma quebra de interesse. Enfim, parece que Al Pacino e John Cusak, como seria de esperar, têm boas interpretações.



Clint Eastwood no seu filme «O Justiceiro Solitário»

O Justiceiro Solitário

(Terça, 22.50, RTP2)

Intérprete criador de um estilo duro e implacável que começou a chamar as atenções em alguns lamentáveis filmes da série *Dirty Harry* de Don Siegel ou dos notáveis westerns de Sergio Leone, foi para surpresa dos espectadores (e, de início, continuadas reticências da crítica americana) que Clint Eastwood se sentou na cadeira de realizador, percorrendo desenvoltamente em algumas curiosas obras diversos géneros do cinema. *O Justiceiro Solitário*, extremamente influenciado pelos clichés de Leone e de outros clássicos do western norte-americano, não é, ainda, a demonstração plena do seu talento atrás da câmara, mas tem um fabuloso início que, já na época, não enganava ninguém.

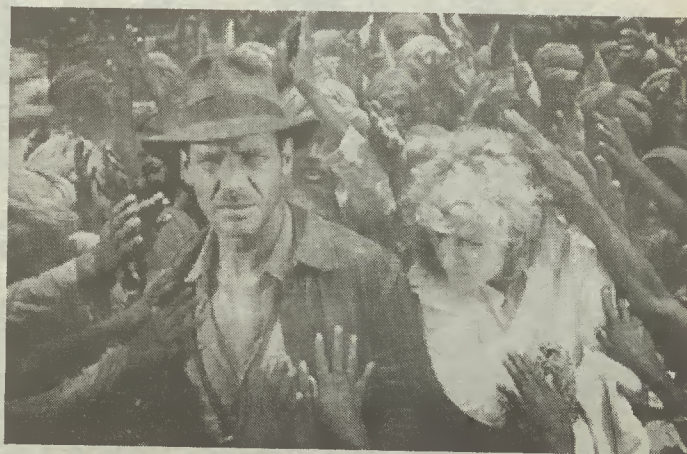
O Rochedo

(Quarta, 22.25, RTP1)

Produto da implacável e eficaz máquina do cinema-espectáculo, *O Rochedo*, repleto que está de situações cinematográficas capazes de grudar os espectadores às cadeiras (ou os sofás), também não desdenha basear-se numa história pouco menos que absurda: um herói das guerras do Vietname e do Golfo (convém sempre acrescentar agora esta última, para vender melhor!), incapaz de vencer as autoridades a criar um fundo para ajuda às famílias de soldados mortos em missões especiais, apodera-se da desactivada prisão de Alcatraz, fazendo dos turistas reféns e ameaçando arrasar S. Francisco com um gás venenoso. Mas o FBI tem o antídoto necessário: um antigo



Al Pacino e John Cusak, intérpretes principais de «City Hall - A Sombra da Corrupção», de Harold Becker



Harrison Ford e Kate Capshaw, em «Indiana Jones e o Templo Perdido», de Steven Spielberg

«secreta» britânico, único prisioneiro a ter alguma vez conseguido fugir de Alcatraz, de par com um reputado engenheiro químico, vão tratar do assunto. Com Sean Connery e Nicolas Cage. Estreia na televisão portuguesa e, daí, o destaque.

Blaze - Amor Proibido

(Quarta, 22.30, TVI)

Eis mais um filme com argumento a desenvolver-se nos meios políticos dos Estados Unidos - desta vez com a história da «ligação escandalosa» de um governador da Luisiana a uma *strip-teaser*. O problema do filme, que teve uma fraca carreira comercial, é nunca ter sabido centrar-se na verdadeira história que queria contar, já que, no outro prato da balança, apresenta como outro trunfo forte (e altamente concorrente) o ambiente político e social do Sul dos Estados Unidos - as lutas dos negros pelos direitos cívicos. Destaque para uma grande interpretação de Paul Newman e para a estreia de Lolita Davidovich, no papel de *Blaze Starr*.

CABO & SATÉLITE

Um aniversário redondo

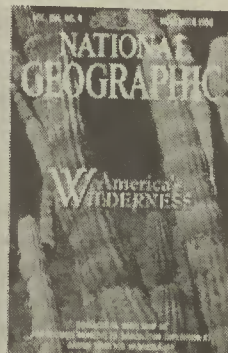
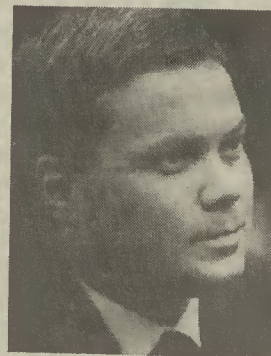
É hoje que o canal francês Muzzik comemora o 70º. Aniversário de um grande barítono alemão: Dietrich Fisher-Dieskau. Da emissão especial que vai na sexta-feira para o ar, destacamos, logo às 18 horas, um documentário sobre o cantor realizado por Bruno Monsiegeon. Uma hora mais tarde, sob a direcção de George Solti e com a participação de Birgit Nilsson, ouviremos Dieskau num dos principais papéis de «O Crepúsculo dos Deuses», de Richard Wagner. Também o lado docente do cantor estará em foco com uma lição sobre os *Lieder* de Robert Schumann. A não perder. (Muzzik, Quinta, a partir das 18 e até às 22.45)



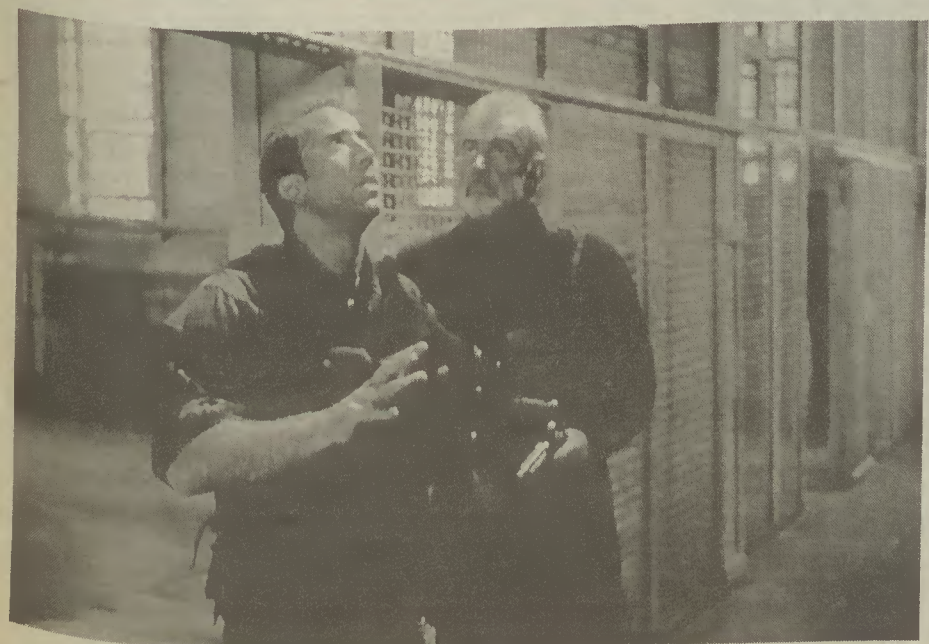
«um filme jubilatório e amoral pelo mais surrealista dos cineastas portugueses.» A interpretação é de Cláudia Teixeira (Joaninha), João César Monteiro (João de Deus), Raquel Ascensão (Rosarinho) e Manuela de Freitas (Judite). Segundo Eduardo Lourenço, João César Monteiro é uma personagem única no mundo do nosso cinema contemporâneo, ao qual transmite, pelo seu olhar ao mesmo tempo impiedoso, lúcido, desencantado e profético, uma dimensão de singularidade que lhe faltava.» (Arte, Sexta, das 22.50 à 01.35)

Os documentários da National Geographic

É improvável que ainda não tenha visto qualquer documentário da célebre National Geographic. Quer seja esse o caso, quer já tenha visto (mas não tenha naturalmente esgotado o generoso filão) tem agora a oportunidade de ver ao lado dos seus filhos uma série que o canal juvenil Panda passa a transmitir todos os dias úteis à noite. (Panda, dias úteis, entre as 21.00 e as 21.30)

**Um filme português**

O canal franco-alemão Arte vai transmitir amanhã, pelas 22.50, o filme «A Comédia de Deus» de João César Monteiro, Grande Prémio do Júri do Festival de Veneza de 1995, que o próprio canal designa por



Nicolas Cage e Sean Connery, em «O Rochedo», de Michael Bay



Honra e desfaçatez

O programa começava, em jeito de introdução, com uma série de depoimentos de jovens de ambos os sexos confrontados com expressões como «clandestinidade», «presos políticos», «PIDE», «fascismo», etc. E pela significativa amostragem do entendimento face a esses termos, uma considerável maioria daqueles jovens aparentava, afinal, um tranqüilo e inocente afastamento acerca do seu real significado. O que vale por dizer que, bem vistas as coisas, em parte por errada perspectiva pedagógica em relação aos valores da Democracia, hoje mais entendida como um *dom natural* e não tanto como uma *conquista* dos que por ela se bateram, a juventude de hoje está em geral menos informada acerca do que constituíram entre nós quase cinco tenebrosas décadas de ditadura fascista.

Andou por isso bem **Raquel Alexandre** ao assim decidir começar o programa ao qual deu o título plural «Os Resistentes». Porque nunca é de mais continuar a chamar a atenção dos portugueses para o que foram a opressão, as perseguições, as privações de liberdade, o sofrimento das torturas, os crimes e assassinatos a que foram sujeitos tantos e tantos compatriotas (em particular os comunistas) que, nas rigorosas condições da clandestinidade, deram as suas vidas (às vezes por inteiro medidas) em prol da liberdade do seu povo.

Conjuntamente centrado sobre a luta desenvolvida contra o fascismo, durante longos anos, pelo militante e ex-dirigente comunista **Jaime Serra** – ali no fundo representando, de forma simbólica, várias gerações de destacados ou anónimos lutadores pela liberdade e pela democracia – o programa de **Raquel Alexandre** destacou-se pelo pudor da própria intervenção da jornalista, preferindo dar voz aos protagonistas relacionados com o objecto da sua investigação e optando pelo justo primado dos sons, imagens, documentos e relatos incomparavelmente mais valiosos, porque saídos da boca dos que viveram momentos tão dramáticos quanto exaltantes.

Embora, por vezes, as declarações de **Jaime Serra** pudessem revelar-se desarmantes pela «naturalidade» com que eram narradas situações terríveis – hoje, 25 anos após a conquista da Liberdade, absolutamente incompreensíveis para o cidadão «comum entre os mortais» – o facto é que esse aparente desprendimento face a situações de elevados perigos e tensões foi clarificado pelos relatos de amigos, companheiros de luta e familiares próximos, tornando transparente o que significavam para os militantes revolucionários antifascistas a prolongada privação da liberdade, os rigores da clandestinidade e até a destruição da privacidade e da vida em comum. Declarações sustentadas, ainda, pelos testemunhos oportunos de camaradas de Partido,

como por exemplo **Octávio Pato** e **Dias Lourenço**, cuja participação foi essencial para a abordagem complementar de vários ângulos das situações concretas de luta.

Entretanto, por um desses «acazos de programação» que dificilmente poderá ser entendido como «pura coincidência», o facto é que, oito dias depois da transmissão deste notável programa, a mesma SIC entendeu transmitir uma outra **Reportagem**, desta vez dedicada aos perseguidores da Liberdade, com resultados práticos que, mesmo à distância de oito dias, não deixaram de constituir objectivamente como que uma resposta ao programa a que acabámos de nos referir.

Entendamo-nos: não estão aqui em causa as excelentes intenções com que a jornalista **Ana Margarida Matos**, por sua iniciativa ou por encomenda expressa, partiu para esta reportagem, justamente intitulada «**Conversa em Família**». O que está em causa é a circunstância de, mais uma vez (parecendo estarmos aqui perante uma deliberada repetição do «caso Rosa Casaco»), ter acontecido o que deveria ter sido antes previsto: o risco efectivo de se «virar o feitiço contra o feitiço», de se branquearem as responsabilidades e o envolvimento inteiramente empenhado e responsável destes miseráveis servidores do fascismo. Porque sempre assim aconteceu quando, entre nós ou em outras paragens, em diversas ocasiões e contextos, se procuraram equilibrar os dois pratos da balança ou se entendeu dar a voz a esbirros como, neste caso, foram (por ordem de entrada em cena) **Óscar Cardoso**, **António Bernardo**, **Abílio Pires** ou **José Manuel Cunha Passo**.

Era certo e previsível que, mais uma vez, ali surgiriam as justificações das «leis» que se estavam a cumprir e as desculpas com «os outros é que sabiam», a «defesa da Pátria» e outras hipócritas balelas. E o problema essencial levantado pela construção da reportagem a que a repórter meteu ombros é que os seus comentários «off», por mais que pretendessem estar em fria contraposição à desvergonha das declarações «in» dos entrevistados, jamais conseguiriam ter força suficiente para se lhe opor. E nem sequer, por exemplo, os grandes planos das mãos filmadas num bailado em *rallenti* – quando as vozes criminosas argumentavam que «torturas jamais existiram» – terão garantidamente suscitado a leitura dialéctica, linear e esclarecida, por parte da maioria dos espectadores.

Ao esquecer-se esta regra básica da comunicação de massas, contribuiu-se ao fim e ao cabo para, mais uma vez, salvar a face àqueles que, gozando e escarnecendo da dávida da liberdade de que usufruem, se mostraram indignos do povo a que pertencem, jamais hesitando em manchar de vómitos o elevado significado de Abril.

A derrapagem neoliberal

Um artigo do deputado Francisco Assis, recentemente saído no jornal *Público*, veio suscitar perplexidades e interrogações entre os comentadores da vida política. Mesmo nada dizendo que se não soubesse, tornou-se motivo de debate e alguma contradição. Porquê? Pelo facto de ser assinado por quem é, o líder parlamentar do Partido do Governo? Certamente. Mas também, salvo melhor opinião, porque se conjugaram dois elementos fatais – o gosto de muita gente em andar ou simular andar distraída e o tropismo dos *media* para transformar em alarido um bocejo que apenas confirmou a litania do centrismo no poder.

Com efeito, Assis mais não fez do que subscrever Guterres e outros ideólogos da periferia. Reiterou, no estilo pedregulhoso que o caracteriza, o que costuma ouvir-se, no meio de gorjeios e delicadezas, a um Primeiro-Ministro cada vez mais gestor das suas próprias cacofonias e conformações. Onde um surge ensaiando revestimentos teóricos para a derrapagem neoliberal, em nome do pragmatismo e da eloquência do mundo que há, já o outro estivera, equilibrando-se no gume de duas ou três ideias com livre trânsito em todos os entrepostos do politicamente correcto. Encontramos no primeiro a mesma retórica ilusionista, anti-utópica e conservadora que tem condimentado o discurso do seu secretário-geral.

mulário cheio de bolor e hipocrisia. E isto numa altura em que o colapso da Bolsa e da arquitectura financeira do sistema calam toda a euforia e lançam a inquietação nos grandes e pequenos investidores! Num período de crise a pedir mudanças profundas, sem pusilanidades nem mistificações!

É claro que António Guterres não está à frente do Executivo para realizar um projecto de humanização da vida. Nem sequer para cumprir o programa eleitoral que apresentou aos portugueses. Está lá para permanecer no poder, vinculado aos interesses de uns quantos, seduzido por um exercício que, não obstante as excepções, se compraz na acomodação, nos rituais enfáticos, na «vã glória de

ANACRÓNICAS

■ Manuel de Melo

mandar». Inclusivamente quando não manda e, em redor, se acumulam dificuldades e problemas à espera de intervenção. Ora, nesta circunstância muito pós-moderna, qualquer frémio socialista seria uma traição ao situacionismo, a delapidação do apoio dos incolores, o descabro. Daí a ascense de protagonistas em formato *marketing*, boa parte dos ministros e secretários de Estado, vendendo mensagens abrangentes com conteúdo mínimo, manipulando, reduzindo a complexidade das coisas a dicotomismos de mera forma. Daí a «descoberta», às portas do novo século, pela pena emaranhada de Assis ou pelo fraseado da maioria dos pensadores do Rato, dos tais «aspectos progressistas» do capitalismo...



Como explicar, então, tanta surpresa, verdadeira ou aparente?

A emergência das teses de Tony Blair, na linha do que vem marcando a presidência de Clinton e contra as opções, por exemplo, de um Lionel Jospin, reforça por cá a ruptura com os compromissos sociais e as lógicas de acção que ainda inspiraram sucessivas gerações do chamado «socialismo democrático». Só que agora, como afirma Francisco Assis, os tempos são diferentes e ao PS impõe-se a via do «capitalismo democrático», esse horizonte de hecatombes entrevisto a rosa e perfume pelos epígonos do pensamento débil que gerou o pântano em que vivemos. Estimulado pelo triunfo de Gerhard Shroeder, adepto das soluções à americana, e não menos pela atmosfera de globalização do modelo económico, tido como eterno, assume a clivagem com a esquerda que não vê chegado o fim da história e patrocina o embuste de travestir de novidade, a irreverência, um for-

Ao New Labour de Blair e ao Neue Mitte de Schroeder corresponde, mal grado incoincidências pontuais, a prática política do guterrismo. Com seu mergulho na aventura virtual, seu apego aos jogos de prestidigitação e às opções que agregam a direita dos interesses. Movendo-se num espaço que o PSD disputa, confrange pela ausência de regra distintiva e metamórfica. Assumindo como substância o generalismo oco e como veículo a publicidade, nem lhe faltam o aparelhismo e a pobreza de princípios para «trabalhar» um povo que apenas conta enquanto fornecedor de votos e encenação de uma identidade evasiva. Francisco Assis não precisou de revelar-se particularmente ousado ou propositivo – bastou-lhe dar voz à evidência. Decerto contra os seus pares que persistem em combater o pensamento único e a fixação ao centro, minoria incómoda dia a dia emagrecendo. Mas com o aplauso de quem importa...



«Trabalho Infantil, Tanzânia», de Fernando Moleres - 3.º Prémio Vida Quotidiana

World Press Photo 1998

O Centro Cultural de Belém, na sua Galeria das Naus, apresenta pelo quarto ano consecutivo uma exposição internacional de fotografia intitulada «World Press Photo 1998». Esta exposição itinerante, única no seu género, é, como se salienta na sua apresentação, «o resultado de um concurso anual de fotografia de reportagem a nível mundial. (...) e tem como objectivo incrementar e desenvolver o interesse público pela fotografia de reportagem e promover a liberdade de imprensa, a nível mundial.» Este ano, o concurso contou com a participação de 3627 fotógrafos de agências, jornais e revistas de 115 países tendo sido submetidas a concurso 36.041 fotos divididas em nove categorias temáticas diferentes. A exposição «procura também estimular a discussão e o debate acerca dos vários aspectos do fotojornalismo entre os profissionais ligados a esta área.» Todos os dias, das 11 às 20 horas.

TEATRO

Shakespeare no Porto

Estreia-se hoje no Teatro Nacional S. João (Porto), e prevê-se a sua permanência em cartaz até ao dia 7 de Novembro, a peça «Noite de Reis» de William Shakespeare, numa tradução de António M. Feijó e com encenação de Ricardo Pais. A cenografia e figurinos são de António Lagarto, a música de Vítor Rua, o desenho de luz de José Carlos Coelho e Ricardo Pais e a sonoplastia de Francisco Leal. A interpretação estará a cargo, entre outros, de Adriano Luz, Alberto Magassela, António Durães, António Feio, Carlos Gomes, Cláudia Cadima, João Reis, Jorge Vasques, Lígia Roque, Micaela Cardoso, Miguel Guilherme, Nuno M. Cardoso e Pedro Feijó Cunha. Terça a sábado às 21.30 e domingos às 16 horas.

Tchekov em Évora

Outro clássico, desta vez de visita a Évora. Numa produção do CENDREV, o Teatro Garcia de Resende estreia «Três Irmãs», de Anton Tchekov. Numa encenação de Mário Barradas, a cenografia é de Christian Rätz, os figurinos de José Carlos Faria e a iluminação de João Carlos Marques. Todos os dias (excepto domingos e segundas-feiras) às 21.30.

ESCAPARATE

Música Antiga em Óbidos

Está a realizar-se desde o passado dia 4 e prolongar-se-á até amanhã, 9, o XVI Festival de Música Antiga de Óbidos que, nesta edição, conta com a participação de Jordi Saval dirigindo o Hesperion XX, a cravista Ana Mafalda Leite de Castro e os grupos Capela Real, Segréis de Lisboa e Coro Gulbenkian, em concertos com entrada gratuita que se realizam pelas 21 horas no Auditório Municipal da Casa da Música. Os últimos concertos realizam-se hoje e amanhã com a participação, respectivamente, da Capela Real que tocará obras de Locatelli, Vivaldi e C. Ph. E. Bach e do grupo Segréis de Lisboa e do Coro Gulbenkian que, entre outras, interpretará a obra «Il Combattimento di Tancredi e Clorinda», de Claudio Monteverdi, sob a direcção de Manuel Morais.

Inauguração da Temporada na Culturgeste

Em continuação das comemorações do centenário de Bertolt Brecht, a Culturgeste inicia a sua temporada de concertos e outras actividades culturais com um espectáculo especial tendo como

referência temática a obra «Sete Pecados Mortais» de Brecht / Weill. Para tal, aquela instituição convidou sete compositores portugueses de diversos campos musicais a compor sete obras. O resultado será dado a conhecer nos próximos dias 10 e 11 no Grande Auditório às 21.30, com a audição de «Gula» (Vítor Rua), «Luxúria» (João Ricardo Oliveira), «Ira» (Isabel Soveral), «Preguiça» (Carlos Marecos), «Avareza» (Bernardo Sasseti), «Soberba» (Pedro Moreira) e «Inveja» (Sérgio Pelágio).

Mês da Música no Barreiro

Decorre até 31 do corrente o ciclo de concertos intitulado «A Cidade e a Música». Entre os vários espectáculos previstos, o destaque vai esta semana para os concertos dos grupos Negros de Luz às 21.30 de sábado no Auditório da Biblioteca Municipal e Sinfonietta de Lisboa às 21.30 de domingo na Igreja de Santa Maria. Entre outros, haverá ainda concertos pelo Coro Ricercare (sábado 17), Camerata Musical do Barreiro (sábado 24) com entrega das Bolsas de Estudo Fernando Lopes-Graça, referentes ao ano lectivo 1998/99, Suite da Terra (domingo 25) e Banda Municipal do Barreiro (sábado 31).



«Sete Pecados Mortais»

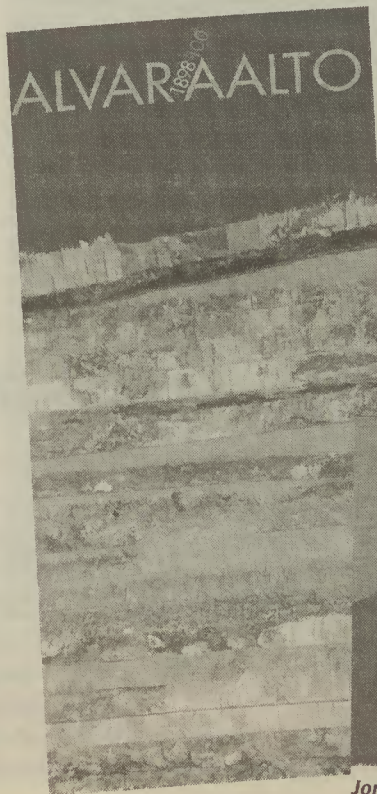
EXPOSIÇÕES

Alvar Aalto na Casa da Cerca (Almada)

Foi inaugurada na Casa da Cerca - Centro de Arte Contemporânea, com o patrocínio da Câmara Municipal de Almada, uma exposição itinerante da obra do grande arquitecto Alvar Aalto organizada pelo Museu Alvar Aalto Jyväskylä. Esta exposição intitula-se «Alvar Aalto e o Tijolo Vermelho - Espaço, Forma, Superfície» e está patente ao público juntamente com outras duas exposições relacionadas com o mesmo artista: «O Elogio da Madeira», numa organização da Casa da Cerca, e «Uma Estrutura Mais Sensível à Vida», colectânea de fotografias de obras do arquitecto da autoria de Maija Holma. Entretanto, no Parque de Escultura, os visitantes poderão apreciar umas Cinco Esculturas criadas por Kain Tapper. Terça a sexta, das 10 às 18 horas; sábado e domingo, das 14 às 18 horas. Encerrado às segundas-feiras e feriados.

Lisboa Contemporânea 97-98

Como é habitual todos os anos foi inaugurada no fim do mês passado, com a colaboração do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, uma série de Exposições Simultâneas de artes plásticas que se destinam a divulgar obras de vários autores e animar galerias da capital. O destaque vai para as seguintes: Galeria Ara, colectiva até 6 de Novembro; Galeria São Bento, colectiva até 18 de Outubro; Galeria Novo Século, pintura de Juana Andueza, até 17 de Outubro; Galeria Monumental, escultura de Paulo Óscar, até 8 de Novembro; Galeria Luís Serpa, instalação de Robert Wilson, até 7 de Novembro; Galeria Palmira Suso, escultura de Jorge Vieira, até 7 de Novembro; Galeria São Francisco, escultura de Jorge Pé-Curto, até 17 de Outubro; Galeria Arte Periférica, pintura de Fátima Mendonça, até 7 de Novembro; Galeria Diferença, pintura e desenho de Sofia Areal, até 7 de Novembro; Galeria João Graça, fotografia e vídeo de Alix Lambert, até 24 de Outubro; Galeria 111, pintura e gravura de Arthur - Luís Piza, até 7 de Novembro; e Galeria Miron-Trema, escultura de Moisés, até 31 de Outubro.

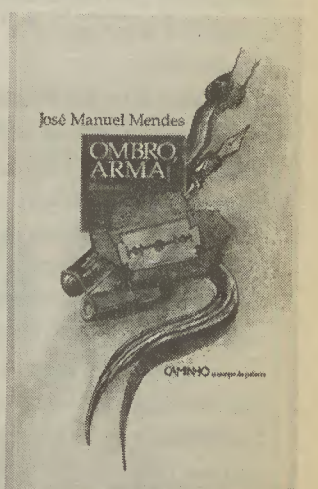
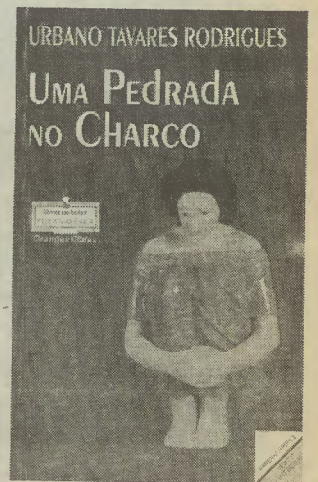


Jorge Vieira

LIVROS

Uma Pedrada no Charco

Certas reedições são mais do que o acrescentar de mais exemplares a um certo número deles. Despertam memórias. Propõem releituras. E, sobretudo, abrem a novos leitores a possibilidade de um primeiro encontro com um livro significativo. Como este, Uma Pedrada no Charco, de Urbano Tavares Rodrigues, que veio a público em 1958 na sua primeira edição e agora reaparece, na colecção livros de bolso da Europa-América, editado pela quinta vez. Novelas que foram, na literatura portuguesa da época, também uma pedrada no charco. Pelos temas que abordam, pela sociedade que observa, pelos costumes que escarpeliza, pela linguagem tensa e dramática que usa, sem se afastar de uma sobriedade que não rejeita uma certa paixão pelas personagens e pelas histórias que narra.



Ombro, Arma!

Outra reedição, esta de um livro muito mais recente na história, mas já longe em anos. A de Ombro, Arma!, romance de José Manuel Mendes, um dos primeiros títulos que veio desvendar entre numerosos leitores uma realidade que atingiu e envolveu centenas de milhares de portugueses. Ombro, Arma! pode ler-se no âmbito das obras literárias que foram escritas sobre a guerra colonial, embora se não desenrole a «história» no teatro de guerra. Mas o que era esse «teatro» se não o imenso espaço onde se angustiavam os portugueses de então? Jovens atirados para a guerra, ou familiares que os viam partir, gente que procurava encontrar difíceis caminhos de liberdade e de solidariedade por entre as estreitas veredas por onde eram forçadamente encaminhados, eis a personagem colectiva que preside a esse tempo narrado por José Manuel Mendes, desta vez em 5ª edição, na Editorial Caminho.

ATALHE DE FOICE O Bill da Net

Ontem, a página do Diário de Notícias sobre a Internet indignava-se em caixa com o seguinte: o «site» de Bill Gates na Web dedicado a Lisboa dá como esclarecimento aos cibernautas de todo o mundo, a «informação» de que o Padrão dos Descobrimentos é «um monumento aos conquistadores espanhóis».

Para que não restasse dúvidas, o justamente escandalizado articulista do DN foi ao pormenor de reproduzir a página, onde pontifica uma bela fotografia do Padrão dos Descobrimentos aproando o Tejo, com a Ponte 25 de Abril ao fundo e os seguintes dizeres ao lado: «A monument to the Spanish conquistadors stands at the harbor, Lisbon, Portugal».

Nada disto mereceria uma sombra de espanto, se Bill Gates fosse apenas o que aqui demonstra ser — um norte-americano empanturrado de dinheiro, sucesso e ignorância que, por isso mesmo, cauciona leviandades sobre os outros com a sobrançeria de quem actua no mundo através do umbigo.

E dizemos «cauciona» porque, obviamente, o presidente da Microsoft não é pessoalmente responsável por este dislate sobre a capital lusitana e a história de Portugal. A sua responsabilidade está a montante, lá no alto da montanha de dinheiro onde, aí sim, desenha pessoalmente os leitos por onde se despenham os rios do seu poder. E são esses rios que traçam a ignorância essencial de Bill Gates, ao espalharem-se pelo mundo numa enxurrada de desatenções que denunciam a visão estreitamente chauvinista e bronca do seu *deus ex machina*, por muitos códigos medievais que a criatura coleccione à força dos seus milhões, olhando tesouros da cultura universal como troféus a caçar pelo melhor predador.

Neste contexto, o assalariado de Bill Gates que transformou o Padrão dos Descobrimentos em monumento aos conquistadores espanhóis, até podia ter optado por dizer que o Padrão era uma homenagem ao Windows/98.

Continuava a ser um dislate, mas tinha a vantagem de enriquecer a galeria de troféus culturais do patrão. Mas Bill Gates não é apenas um norte-americano empanturrado de dinheiro, sucesso e ignorância. Ele é também «o homem mais rico do mundo» que excitou até ao delírio as primeiras páginas em Portugal, quando aqui se deslocou recentemente em viagem de negócios.

Ele é também «o homem mais rico do mundo» que viu esta sua viagem de negócios a Portugal ser transformada, pelas próprias altas instâncias do poder lusitano, numa espécie de visita de Estado a um reino de admiradores.

Ele é também «o homem mais rico do mundo» que, em Portugal, obteve o surpreendente privilégio de fazer o que sabe e quer como explorador de fortunas, sob os aplausos embevecidos dos próprios explorados.

Ele é também «o homem mais rico do mundo» que beneficiou pessoalmente, em Portugal, das mais subidas homenagens que um país pode proporcionar a alguém. E, neste caso, estamos a falar de um país com oito séculos de identidade, as mais antigas fronteiras da Europa e uma intervenção na História dos homens com uma singular importância.

Por tudo isto, o que espanta não é o retorno que «o homem mais rico do mundo» fez das deferências recebidas em Portugal, retribuindo tantas homenagens com o desprezo pela própria identidade dos homenageadores.

Está na lógica de quem compra originais de Leonardo da Vinci como quem pendura uma jóia ao peito, além de impor produtos no mercado que não funcionam. O que, verdadeiramente, espanta é termos assistido em Portugal, e em nome de todos nós, à recepção messiânica deste cavalheiro.

Pelo que o ridículo maior não está nas vigarices de um suposto génio. Está na suposta genialidade da homenagem nacional a um vigarista.

■ Henrique Custódio

Trabalhadores da Portugal Telecom, da Manutenção Militar e Guardas e Vigilantes da Natureza têm acções marcadas para hoje na capital

No Pavilhão dos Desportos concentram-se hoje, a partir das 14 horas, trabalhadores da Portugal Telecom vindos de todo o país para exigir o desbloqueamento das negociações salariais e do projecto de carreiras.

O plenário conta com a participação de todos os sindicatos da PT, que convergiram na Frente Comum Sindical, e surge na sequência dos plenários realizados no Porto e em Lisboa.

A Comissão de Trabalhadores salienta que o Ministro João Cravinho reconhece o direito dos trabalhadores de exigirem a harmonização do regime e das condições de trabalho, afirmando mesmo que a PT não pode proterlar indefinidamente a aplicação de um decreto-lei aprovado há quatro anos. Por seu lado, o presidente do Conselho de Administração da PT reconheceu que as dificuldades de ainda não haver acordo não se prendem com dificuldades económicas; enquanto os representantes da empresa na mesa de negociações não se cansam de afirmar que já se esgotaram os valores disponíveis para gastar com a conta 64, ou seja os custos de pessoal.

Face as estas afirmações contraditórias, a Comissão de Trabalhadores acusa a PT de esbanjar meios, referindo o «esbanjamento» de 140 milhões no Brasil e as sucessivas reestruturações, e nota que «só não há dinheiro para criar melhores

natureza concentram-se à porta do Ministério do Ambiente para exigirem a aprovação do seu novo regime de trabalho, nego-

impor as suas propostas que não venceram na mesa das negociações, violando as disposições da Lei da Negociação do sector.



Os trabalhadores dos EFA's continuam a exigir a aplicação do estatuto da Função Pública. A Manutenção Militar realiza hoje um plenário para debater acções de luta

condições de vida e de trabalho a quem produz riqueza».

Deste modo, para a CT a luta pela defesa do acordo de empresa não pode ser dissociada de outras questões como por exemplo «a destruição sistematizada de postos de trabalho, o encerramento de serviços, a mudança constante de local de trabalho e a degradação das condições de trabalho e a passagem de serviços para a esfera de empreitadas de ex-funcionários (outsourcing).

Guardas da natureza

Com uma greve de 24 horas anunciada para hoje, quinta-feira, os guardas e vigilantes da

ciado em finais de Julho com Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

Apesar de acordado, o novo regime aguarda publicação há dois meses e segundo informações do Ministério do Ambiente, alguns secretários de Estado, nomeadamente da Administração Pública e do Orçamento, suscitaram dúvidas quanto ao seu teor, o que tem impedido a sua aprovação.

Para a FP o atraso registado não tem justificação porquanto nas negociações, que se arrastaram por mais de dois anos, participaram representantes de ambos os secretários de Estado.

Para a federação sindical, os responsáveis no Governo pela Administração Pública tentam

Manutenção Militar

Desde 1989 que os trabalhadores dos EFA's aguardam pela revisão do seu sistema retributivo, à semelhança do que aconteceu com todos os outros servidores do Estado, civis e militares. De promessa em promessa, refere a Comissão de Trabalhadores da Manutenção Militar, «continua sem ser consagrado em Lei o estatuto da Função Pública».

Manifestando disposição de luta, a Comissão de Trabalhadores promove hoje uma conferência de imprensa junto aos portões da Manutenção Militar, para denunciar as medidas preconizadas pelo Governo, aproveitando as comemorações nesse local do dia da Logística do Exército.

Aveiro Eleito comunista denuncia irregularidades

Na última reunião da Assembleia Municipal de Aveiro, o eleito do PCP, nas listas CDU, António Salavessa, anunciou que, à luz de valores como a «transparência dos actos dos órgãos autárquicos» e a «completa separação entre a defesa do interesse público e a prossecução de interesses privados», iria entregar nos próximos dias, às entidades judiciais competentes, duas exposições visando desencadear o processo de perda de mandato por dois membros da Assembleia Municipal de Aveiro: Vítor Manuel da Silva Mar-

tins e Joaquim António Gaspar Melo Albino.

Segundo o autarca comunista, trata-se de uma decisão «difícil» mas «necessária e incontornável», já que, sob o ponto de vista «estritamente legal», estes dois eleitos não podem continuar a ter ali assento.

Em relação a Vítor Martins, é invocado o facto de a Câmara ter adjudicado à Papelaria Avenida - Vieira / Martins, Lda. - de que este eleito é sócio - o fornecimento continuado de material de papelaria. O que não seria problema se Vítor Martins «fosse

apenas membro da Junta ou da Assembleia de Freguesia de Santa Joana.» Mas, uma vez eleito Presidente da Junta, e, portanto, membro da Assembleia Municipal, «está obrigado às mesmas regras dos membros eleitos directamente.»

Quanto a Gaspar Albino, António Salavessa invoca o facto de a Câmara ter adjudicado à firma Gráfica do Vouga, Lda. - de que este eleito é igualmente sócio - a execução de parte do material gráfico (cartazes, autocolantes) para os vários certames a realizar no Parque de

Feiras e Exposições, durante o corrente ano.

Não tendo este fornecimento carácter continuado, existem, contudo, outros contratos celebrados entre a Câmara e a Gráfica do Vouga, Lda., no decurso deste mandato: a adjudicação do Boletim Municipal e da execução da obra «Arte Nova em Aveiro e no seu Distrito» e a alienação de um terreno municipal a favor da referida firma.

O eleito do PCP esclarece que não o «move qualquer animosidade pessoal ou política» contra Vítor Martins ou Gaspar Albino, não lhe repugnando os contratos entre a Câmara e estas empresas. «O que não pode é existir esta mistura, esta confusão, que nem sequer é benéfica para os visados», sempre sujeitos, em qualquer votação, «a que essa votação seja avaliada à luz de eventuais compromissos com a Câmara.»

ANAFRE na campanha pelo SIM

A Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) enviou uma carta aos 4241 presidentes de freguesia exortando-os a exercer uma acção pedagógica junto das populações sobre o processo de regionalização do país. A participação da associação na campanha para o referendo de 8 de Novembro inclui ainda a realização de vários debates.

Em declarações à Agência Lusa, o presidente da ANAFRE, José Manuel Rosa do Egípto, lem-

brou que a associação «foi desde sempre favorável» à criação de regiões administrativas e ratificou em Maio deste ano, no seu Congresso Nacional, uma moção de estratégia na qual constava um ponto específico em defesa da regionalização.

O presidente da ANAFRE afirma que a asfixia das freguesias pelas regiões é «falsa questão» porque, por um lado, «as competências das regiões estão definidas» e, por outro, «o papel das freguesias junto das populações é insubstituível».

